

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Alessandra Santos Ribeiro

**MATERNIDADE NO CURRÍCULO LATTES:
TEXTUALIDADES SOBRE GÊNERO, CARREIRA ACADÊMICA E CIENTÍFICA NO
BRASIL E A EMERGÊNCIA DO PROJETO *PARENT IN SCIENCE***

Belo Horizonte

2020

Alessandra Santos Ribeiro

**MATERNIDADE NO CURRÍCULO LATTES:
TEXTUALIDADES SOBRE GÊNERO, CARREIRA ACADÊMICA E CIENTÍFICA NO
BRASIL E A EMERGÊNCIA DO PROJETO *PARENT IN SCIENCE***

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG) para obtenção de título de mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Textualidades midiáticas

Orientador: Carlos Alberto de Carvalho

Belo Horizonte

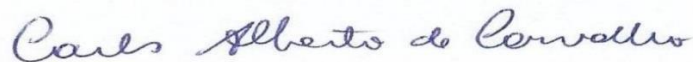
2020

301.16 R484m 2020	<p>Ribeiro, Alessandra Santos.</p> <p>Maternidade no Currículo Lattes [manuscrito] : textualidades sobre gênero, carreira acadêmica e científica no Brasil e a emergência do projeto Parent in Science / Alessandra Santos Ribeiro. - 2020.</p> <p>114 f.</p> <p>Orientador: Carlos Alberto de Carvalho .</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.</p> <p>1.Comunicação – Teses. 2.Maternidade - Teses. 3.Ciência - Teses. 4.Parent in Science. 5.Currículos - Teses I. Carvalho, Carlos Alberto de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------	---

MATERNIDADE NO CURRÍCULO LATTES: Textualidades sobre gênero, carreira acadêmica e científica no Brasil e a emergência do Projeto *Parent In Science*

Alessandra Santos Ribeiro

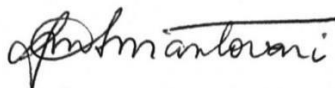
Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída por:



Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho
Orientador – DCS/FAFICH/UFMG



Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
UFT



Profa. Dra. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani
DCS/FAFICH/UFMG



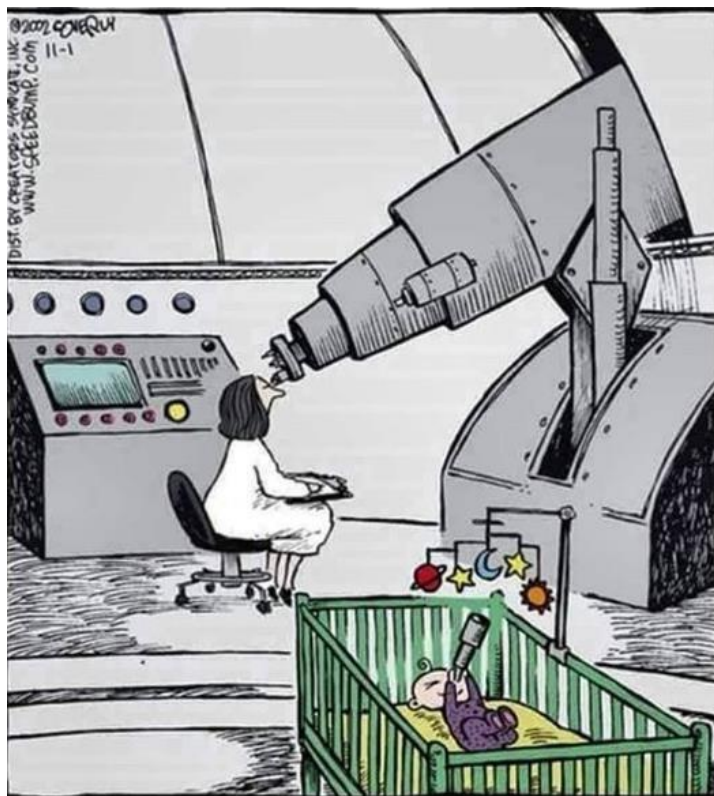
Profa. Dra. Verônica Soares da Costa
PUC-MG/Fapemig

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 30 de abril de 2020.

Para meu filho, Kenzo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às avós do meu filho, principais sustentadoras da rede de apoio que me permitiu ingressar na carreira acadêmica. A minha mãe, Ivone, por ter sido, além de avó, minha primeira inspiração feminista. A minha família e a meus amigos e amigas, por terem entendido minha ausência, ou minha presença distante, nos dois últimos anos. E, também, por me proporcionarem raros momentos de desligamento. Meus especiais agradecimentos àqueles que me incentivaram, desde o início, seja na leitura voluntária de meu primeiro projeto de pesquisa – oportunamente abortado, aliás –, seja na indicação de leituras, no empréstimo de livros, ou, simplesmente, como inspiradores. Obrigada aos que me acolheram nos momentos mais difíceis dessa jornada, que me ouviram, me aconchegaram no ombro, ou me estimularam a respirar fundo, para, uma vez mais, seguir em frente. Aos colegas de trabalho – especialmente, do projeto *Minas faz ciência*, da Fapemig –, por terem me concedido um breve, mas imprescindível, afastamento na etapa final. Minha gratidão ao Carlos Alberto, o melhor orientador que eu poderia ter, por se revelar tão presente e sensível, além de sempre respeitar meu próprio tempo. Por fim, agradeço, de modo especial, a meu filho, Kenzo, primeiro a me reconhecer como cientista, antes mesmo que eu pudesse fazê-lo. (E, claro, à dádiva divina, por ter sido escolhida como sua mãe.)



Arte: Dave Coverly

“A ciência e a vida cotidiana não podem e não devem ser separadas.”

Rosalind Franklin (1920-1958)

Biofísica britânica, autora da imagem que demonstrou a dupla hélice do DNA

RESUMO

A presente pesquisa analisa como questões de gênero e imaginários sociais sobre a mulher e a profissão de cientista se refletem nas discussões relacionadas aos conflitos entre maternidade e carreira científica no Brasil. A análise parte das redes de textualidades em torno do projeto *Parent in Science* e do movimento *#MaternidadenoLattes*, em diálogo com postulados da crítica feminista à ciência, o conceito de *mirada*, de Gonzalo Abril, e a Teoria dos Afetos. Conclui-se que o *Parent in Science* vale-se do próprio modo de organização do fazer científico para ganhar projeção e ampliar a visibilidade da questão da maternidade nas instituições de pesquisa e fomento. Não obstante sua contribuição, o projeto precisa avançar rumo a uma perspectiva interseccional, além de problematizar a pretensa universalidade das mulheres cientistas, pautada na ciência feita nos laboratórios. A situação das alunas de graduação também merece maior atenção do grupo.

Palavras-chave: Maternidade. Ciência. *Parent in Science*. Currículo Lattes. Gênero. Feminismo.

ABSTRACT

This research examines how gender issues and social imaginary about woman and scientists are reflected in discussions about the conflicts between motherhood and scientific careers in Brazil. The analysis starts from the textuality networks around the *Parent in Science* project and the #MaternidadenoLattes movement, in dialogue with postulates of feminist criticism of Science, Gonzalo Abril's *mirada* and The Affective Turn. Conclusion: *Parent in Science* uses scientific method to gain prominence and increase the visibility of motherhood in research and development institutes. Despite its contribution, the project needs to move towards an intersectional perspective, in addition to problematizing the alleged universality of women in science, based on the laboratory activities. The situation of undergraduate students also deserves greater attention from the group.

Keywords: Motherhood. Science. *Parent in Science*. Lattes. Gender. Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A coordenadora do <i>Parent in Science</i> , Fernanda Staniscuaski, com os filhos.....	14
Figura 2 – Fernanda Staniscuaski com os filhos, no laboratório	14
Figura 3 – Analista de RH defende perfil com foto do filho no <i>LinkedIn</i>	26
Figura 4 – <i>Draughtsman making a perspective drawing of a reclining woman</i> (Albrecht Dürer, 1600)	48
Figura 5 – Chamada para notícia publicada no site do CNPq (26/03/2019)	62
Figura 6 – <i>Print</i> de imagem de Veruska Benevides com o filho	67
Figura 7 – <i>Print</i> de imagem de grávida com sua dissertação	68
Figura 8 – <i>Print</i> de imagem de mulher com seu filho na defesa da dissertação	68
Figura 9 – <i>Print</i> de imagem de mulher com a filha ao lado do letreiro da universidade.....	69
Figura 10 – Fernanda Staniscuaski com os filhos, no laboratório	78
Figura 11 – Marca do projeto <i>Parent in Science</i>	79
Figura 12 – Cristina Junqueira, cofundadora do Nubank, na capa da revista <i>Forbes</i>	87

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
INTRODUÇÃO	16
1 FEMINISMOS, MATERNIDADES E CIÊNCIAS	28
2 IMAGINÁRIOS, TEXTUALIDADES E AFETOS	44
2.1 A via dos afetos.....	54
3 METODOLOGIA E LEITURA DO <i>CORPUS</i>	58
3.1 Primeiro movimento.....	58
3.2 Segundo movimento.....	60
3.3 Terceiro movimento.....	64
3.4 Quarto movimento.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	92
ANEXO A – Resultados preliminares <i>Parent in Science</i>	97
ANEXO B – Programa Embaixadores <i>Parent in Science</i>	107
ANEXO C – Guia prático para oferecimento de serviços de recreação em eventos científicos	111

APRESENTAÇÃO

Na perspectiva das textualidades, determinado modo de conhecer e investigar os acontecimentos e os fenômenos sociais pode se constituir como texto. Assim, a emergência de um texto não está desvinculada do engajamento de quem se propõe a fazer uma pesquisa:

[...] o 'objeto' a ser analisado depende dos interesses, das escolhas, premissas, ideologias e preconceitos incorporados pelo 'sujeito' do conhecimento. Posicionado no processo comunicacional, nas práticas sociodiscursivas que quer analisar, portanto, o pesquisador é um agente da textualidade, correndo, nesse caso, todos os riscos, para dizer o mínimo (LEAL, 2018, p. 29).

O interesse pelo recorte da maternidade na carreira científica, inserido nas discussões sobre gênero e ciência, está ligado à minha trajetória pessoal como jornalista, também atuante na divulgação científica, e mãe de um filho de sete anos – ele tinha cinco, no início da pesquisa.

Minha motivação inicial surgiu ao entrevistar a coordenadora do projeto *Parent in Science*, Fernanda Staniscuaski, por ocasião do I Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência. A entrevista foi veiculada na edição número 74 da revista *Minas Faz Ciência*, mídia impressa da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). A publicação, na seção Entrevista, representou um fato inédito nos 20 anos de história da revista: pela primeira vez, uma personalidade da ciência seria retratada na companhia dos filhos (FIGURAS 1 e 2).

Particularmente, determinado posicionamento assumido por Fernanda Staniscuaski chamou minha atenção: ela prefere colocar a maternidade em primeiro plano ao se apresentar, como “mãe, professora e pesquisadora” (STANISCUASKI, 2018, p. 6), nesta ordem. No início da pesquisa, este foi um fator de empatia, motivador do interesse pelo fenômeno de pesquisa em análise neste trabalho – a maternidade e a carreira científica no Brasil, a partir das redes de textualidades que circundam o projeto *Parent in Science* e o movimento *Maternidade no Lattes*.

Passados dois anos, pude constatar que prefiro me apresentar na ordem inversa: mulher, pesquisadora e mãe. Não se trata de uma crítica à Fernanda Staniscuaski, mas da constatação, alcançada ao longo do processo de pesquisa, de que as maternidades são plurais, estão em permanente construção e podem coexistir, ou até mesmo se alternar, numa só mãe. Podem, inclusive, ser o projeto pessoal de muitas mulheres que permanecem dedicadas a ser “mães em tempo integral”.

Esta percepção também é fruto do meu engajamento pessoal e profissional com um projeto desenvolvido paralelamente à pesquisa: o lançamento dos dois volumes do *e-book*

*Mulher Faz Ciência*¹, no âmbito do Programa de Comunicação Científica e Tecnológica (PCCT) da Fapemig, do qual sou bolsista. Cada uma das publicações reúne dez perfis de cientistas brasileiras, das diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por elas e, assim, incentivar jovens mulheres a seguir a carreira científica.

Ao conversar com essas vinte pesquisadoras, ao todo – incluindo a própria Fernanda Staniscuaski, retratada no primeiro volume – ouvi relatos de diferentes experiências com a maternidade. Não só delas, mas também de mulheres que tive a oportunidade de conhecer no processo de divulgação do *e-book*. A última, até o presente momento, foi uma professora da Universidade Federal de Minas Gerais (onde eu também trabalho, como funcionária terceirizada, lotada no Centro de Comunicação).

Numa roda de conversa promovida pelo coletivo Cientistas Feministas, da qual participamos juntas, ela revelou que, em determinado momento da carreira, diante da pressão de colegas de departamento para subir de nível como docente, tomou a decisão de fazer um estágio pós-doutoral no exterior, deixando a filha pequena no Brasil. Ela avaliou que era impossível levar a menina, sem contar com apoio financeiro (fora a bolsa de pesquisa individual), nem familiar, fora do País.

Embora eu já tivesse ouvido relato semelhante, no episódio “Não me chamo mãe”² do *podcast Maria vai com as outras*, da revista *Piauí*, o depoimento da professora da UFMG foi profundamente marcante, sobretudo quando ela contou que, ao retornar, outras mães, na escola da filha, sequer olhavam para ela. Ao que se seguiu a reflexão: quando um pai decide viajar a trabalho, ou mesmo para estudar, ele não costuma ser questionado, pois pressupõe-se que os cuidados com as crianças são de responsabilidade exclusiva da mãe – ela o acompanhando, ou não, na viagem.

Ouvi, ainda, relatos de mulheres como a médica Celina Turchi, eleita pela revista *Nature* uma das dez cientistas mais importantes do mundo, por ter descoberto a associação entre o Zika vírus e a epidemia de microcefalia entre recém-nascidos (as) no Brasil, em 2015. Além de ter contado sua experiência pessoal diante do olhar de indagação das mães afetadas – muitas abandonadas pelos pais das crianças, depois do nascimento de uma criança com deficiência – ela falou sobre sua trajetória não-linear na carreira, em razão da maternidade, e contou que os filhos estavam no dia da sua formatura, na graduação.

A esses relatos, somam-se outros, como o da astrônoma Rosaly Lopes, uma das primeiras brasileiras a ingressarem na Nasa, a agência espacial dos Estados Unidos.

¹ Os dois volumes estão disponíveis em: <http://minasfazciencia.com.br/especial/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

² MARIA VAI COM AS OUTRAS: Não me chamo mãe. Entrevistadora: Branca Vianna. Entrevistadas: Nádyá Pesce e Piti Lacerda. Rio de Janeiro: Estúdio Rastro, 25 de março de 2019. Podcast. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/maria-vai-com-as-outras-5-nao-me-chamo-mae/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

Eu tirei só duas semanas de licença, mas minha mãe veio para cá ajudar e trouxe uma *au-pair*. Então, eu acho que a escolha da mulher é uma escolha individual, tem mulheres que querem ficar em casa enquanto os filhos são pequenos e tem outras que não. Eu passava um tempo com meu filho, mas trabalhava em tempo integral. Eu acho que o importante para um filho, primeiro, é ser muito bem cuidado. Então se você não pode ficar em casa, tem que ficar uma avó, uma *baby sitter*, uma pessoa que dê muita atenção e carinho. Mas é uma escolha muito pessoal. Eu tenho muitas colegas que tiraram um ano ou dois de licença e estão de volta (informação verbal)³.

Ao longo da pesquisa, para minha surpresa, deparei-me com experiências de mulheres que, assim como Rosaly Lopes, abdicaram da sua licença-maternidade, não só em razão de algum tipo de pressão, ou porque trabalham como profissionais autônomas, mas por escolha própria. Por outro lado, com a angústia de outras, como a própria Fernanda Staniscuaski que, durante seu período de licença, não conseguiu cumprir o prazo de envio de um relatório para uma agência de fomento internacional e, conseqüentemente, perdeu o direito de concorrer a um novo financiamento – o que a motivou a fundar o *Parent in Science*, depois da ampla repercussão do desabafo publicado em *post* no *Facebook*.

É preciso considerar, ainda, que Fernanda Staniscuaski, diante de seu envolvimento pessoal com o projeto, foi também protagonista desta pesquisa, afinal, boa parte do material reunido para análise teve a mediação dela e das mídias sociais do *Parent in Science*. No início da pesquisa, ela era mãe de dois filhos. Hoje, são três.

A análise que será apresentada, a seguir, revelou-se desafiadora, visto que o fenômeno pesquisado é dinâmico, está em pleno processo de transformação e, portanto, não pode ser capturado em sua totalidade – o que, aliás, se aplicaria a qualquer outra pesquisa, ao admitir-se que, ainda que seja aprofundada, será sempre um recorte. Sua delimitação depende, como demonstraremos à luz da reflexão de Gonzalo Abril (2007; 2010; 2014), do lugar de observação. Tal posição implica no alcance do olhar, e, portanto, de tudo que permanece invisível ou torna-se visível, a partir deste gesto – a *mirada*.

³ Entrevista concedida a mim, por Whatsapp, pela astrônoma Rosaly Lopes, para o primeiro volume do e-book *Mulher faz ciência*.

Figura 1 – A coordenadora do *Parent in Science*, Fernanda Staniscuaski, com os filhos



Fonte: Revista Minas Faz Ciência, nº 74.

Figura 2 – Fernanda Staniscuaski com os filhos, no laboratório



Fonte: Revista Minas Faz Ciência, nº 74. Foto: Flávio Dutra/ UFRGS.

O esforço inicial de delimitação do *corpus* e os primeiros exercícios metodológicos revelam uma perspectiva ainda midiacêntrica, reflexo de uma trajetória profissional acostumada à linguagem dos *media*. A presente análise está influenciada, ademais, pelos afetos de uma pesquisadora cujo envolvimento não pode ser nem mesmo disfarçado, não só pelo fato de ser mãe, mas também cientista, embora o reconhecimento desta condição tenha se dado ao longo do processo da pesquisa – depois de ter sido constatado, primeiramente,

por meu próprio filho. Assim também foi com a posição de feminista, até então não assumida abertamente.

Cabe pontuar que o olhar de quem conduz esta pesquisa é o de uma mulher branca, de 36 anos, cisgênero, heterossexual, divorciada. Alguém que reconhece sua posição privilegiada, também por contar com uma rede de apoio para cuidar do único filho, sustentada, sobremaneira, por outras duas mulheres – as avós. Esta pesquisadora vivenciou (e continuará a vivenciar), intensamente, a interpretação de si, paralelamente à observação do (as) outro (as).

No limiar da ciência pós-moderna, Boaventura de Sousa Santos (1988) afirma que “o texto é a autobiografia de seu autor” (SANTOS, 1988, p. 64). Quem se vê no que vê se expõe à nudez total, diz o pensador. A pesquisadora que aqui se desnuda busca seu empoderamento, enquanto mulher, e o (auto)reconhecimento como cientista, para que possa se sentir realizada e, assim, exercer a maternidade de forma plena. Para tanto, como outras mulheres, precisa desconstruir um imaginário social segundo o qual a escolha entre uma coisa e outra é obrigatória.

INTRODUÇÃO

A proposta de investigação apresentada neste trabalho parte da percepção, inicialmente intuitiva, da ampliação do debate sobre questões de gênero nas ciências, mais especificamente na carreira científica, no Brasil. Este cenário parece ter contribuído para a emergência de um fenômeno, em particular, que consiste no objeto de análise desta pesquisa: a discussão, também supostamente amplificada, acerca da maternidade no ambiente acadêmico-científico brasileiro.

Nos últimos dois anos, o tema se fez presente por meio de diferentes textualidades: seja na forma da lei que instituiu a licença-maternidade para pesquisadoras, em dezembro de 2017; na elaboração de uma carta subscrita por dezenas de instituições científicas, entregue à maior agência de fomento brasileira, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2018; na organização de eventos e debates sobre maternidade no ambiente acadêmico-científico; na publicação de conteúdos em mídias sociais e institucionais, nos tradicionais veículos de imprensa, por um lado, e em *blogs* independentes, por outro; no lançamento dos primeiros editais de fomento à pesquisa, em 2019, que criaram formas de compensação para candidatas (e também candidatos) que tiveram filhos (as) e diminuíram a produtividade acadêmica no período de afastamento do trabalho; e, simbolicamente, no anúncio da inclusão da data de nascimento ou de adoção de filhos (as) no Currículo Lattes.

Trata-se do principal instrumento de registro da trajetória acadêmico-científica de pesquisadores (as) do País, adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa brasileiros como “[...] elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia” (CNPq, 2019). A medida foi aprovada pela diretoria executiva do CNPq no dia 19 de março de 2019.

Pouco antes, no dia 21 de fevereiro do mesmo ano, a Universidade Federal Fluminense (UFF) foi a primeira instituição pública de ensino superior brasileira a lançar um edital com pontuação diferenciada para docentes que tiraram licença-maternidade nos dois anos anteriores. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) concedeu cinco pontos extras na avaliação do currículo de candidatas que não tivessem alcançado a pontuação máxima, como forma de compensá-las pelo período de afastamento legal. A medida foi estendida a pais e casais homoafetivos que adotaram crianças.

No dia 11 de julho de 2019, o projeto *Parent in Science* compartilhou em seu perfil do *Instagram* parte do edital do Programa Institucional de Auxílio à Pesquisa de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que anunciava a extensão de um ano a mais na avaliação do Currículo Lattes para quem tirou licença-maternidade ou licença para

adotante. Conforme o texto, a regra não se aplica para licença paternidade. A medida foi destacada na postagem como “Uma vitória na UFRGS”: “Um muito obrigada à nossa Pró-Reitoria de Pesquisa, que nos recebeu para uma conversa e entendeu que esta medida era necessária e, acima de tudo, justa! Bora divulgar e levar o exemplo para outras universidades! #UFRGS #maternidadenolattes #mulheresnaciencia”⁴.

A presente pesquisa tem particular interesse na atuação do *Parent in Science*, projeto originário do Estado do Rio Grande Sul, criado em 2016, “[...] com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade!) dentro do universo da ciência do Brasil”⁵. O grupo inicial, coordenado pela pesquisadora Fernanda Staniscuaski, contava com mais seis integrantes: Adriana Seixas, professora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Alessandra Tamajusuku Neis, professora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa); Ida Vanessa Schwartz e Livia Rosa e Silva, professoras da UFRGS; Rossana Colla Soletti, também docente da UFRGS e idealizadora do site *Maternidade com Ciência*; e Felipe K. Ricachenevsky, professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – único do sexo masculino, afirma ter como projeto principal, com dedicação exclusiva e em tempo integral, sua filha, nascida em 2016, conforme resumo informado no Currículo Lattes. Quanto à área de atuação, as pessoas participantes da primeira formação do projeto pertencem às Ciências Biológicas e às Ciências da Saúde.

O *Parent in Science* assume a autoria do movimento *Maternidade no Lattes*, iniciado nas mídias sociais em meados de 2018, para estimular mulheres, principalmente, a informar o período de afastamento das atividades acadêmico-científicas, em razão de parto ou adoção, no resumo de seus respectivos currículos na Plataforma Lattes (ainda que não houvesse, até então, um espaço próprio para isso). Além disso, foi responsável pela entrega ao CNPq, em julho do mesmo ano, do documento subscrito por representantes de mais de 30 entidades científicas, com o pedido formal da inclusão de um campo no Currículo Lattes para que as pesquisadoras pudessem indicar o período da licença-maternidade.

Depois de realizar uma série de seminários em instituições de pesquisa do País, para sensibilizar a comunidade acadêmica para o tema da maternidade na carreira científica, o *Parent in Science* organizou o I Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, nos dias 10 e 11 de maio de 2018, na cidade de Porto Alegre. Na ocasião, foram apresentados resultados preliminares de um levantamento iniciado em 2017, envolvendo, até então, 1.182 pessoas de várias partes do País, sobre os impactos da maternidade na carreira acadêmico-científica das mulheres. A iniciativa foi registrada como um projeto de pesquisa formal, com submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BzzBgn-HI7D/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁵ Disponível em: <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>. Acesso em: 28 set. 2018.

(UFRGS). No Currículo Lattes da fundadora do projeto e coordenadora do grupo de pesquisa, Fernanda Staniscuaski, consta a seguinte descrição:

Com o aumento da participação feminina nos mais variados campos profissionais, as mulheres se deparam com o desafio de conciliar a vida pessoal e profissional, principalmente no que diz respeito à maternidade. Na carreira científica, esta situação também é encontrada. O tema “maternidade e carreira científica” é pouco discutido no meio acadêmico, e raros estudos avaliam o impacto da maternidade na vida científica das mulheres no Brasil, não existindo dados quantitativos sobre este impacto. Tendo isto em vista, o projeto *Parent in Science* foi criado, com o objetivo de realizar um estudo aprofundado sobre o real impacto da maternidade na vida acadêmica e científica das docentes universitárias, visando principalmente embasar novas políticas de apoio à participação das mulheres na ciência⁶.

A metodologia da pesquisa conduzida pelo *Parent in Science* consistiu na aplicação de questionários, por meio da ferramenta de pesquisa on-line *Survio*, direcionados a cinco diferentes perfis de participantes: “Cientistas mães” (que tenham tido filhos (as) a partir de julho de 2007), “Cientistas sem filhos” (chamado de grupo controle, para fins de comparação) “Cientistas pais” (que tenham tido filhos (as) a partir de 2007), “Pós-doutorandas” (que tenham tido filhos (as) durante a vigência da bolsa) e “Pós-graduandas” (que tenham tido filhos (as) durante os cursos de mestrado e doutorado, a partir de 2010).

A forma de organização das ações do *Parent in Science* sugere que o projeto se vale do próprio discurso científico, inclusive com o apoio de cientistas de reconhecida credibilidade, para ganhar projeção. Em entrevista concedida à Agência Brasil, Fernanda Staniscuaski afirma: “É a língua por meio da qual a gente vai conseguir conversar com as agências de fomento”⁷.

O primeiro texto referenciado pelo próprio projeto em sua página na internet como relevante, na seção “Conheça mais”, foi uma notícia publicada no dia 10 de agosto de 2017, intitulada “Mães que fazem ciência”⁸, na página da Academia Brasileira de Ciências (ABC) – “[...] uma das mais antigas associações de cientistas no país e reconhecidamente a mais prestigiosa dessas entidades”⁹. O depoimento da coordenadora do projeto, Fernanda Staniscuaski, é avalizado pela também professora da UFRGS, Marcia Barbosa, integrante da diretoria da ABC e ativista da questão de gênero na ciência. Além disso, é apresentado o *status* da pesquisa conduzida pelo *Parent in Science*, até então com 711 questionários respondidos.

⁶ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1737545840776257>. Acesso em: 22 jun. 2019.

⁷ Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2019-05/pesquisadoras-com-filhos-lutam-por-equidade-no-ambiente-academico>. Acesso em: 1 jun. 2019.

⁸ Disponível em: <http://www.abc.org.br/2017/08/10/maes-que-fazem-ciencia/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

⁹ Disponível em: <http://www.abc.org.br/a-instituicao/missao/>. Acesso em: 14 abr. 2019.

É justamente a partir da divulgação dos resultados preliminares da pesquisa (ANEXO A) que o *Parent in Science* ganha visibilidade ampliada. Os primeiros números apurados passam a ser o mote explorado em textos diversos: nas páginas institucionais das agências de fomento, nas conversações de *blogs* e das mídias sociais, e até mesmo em veículos de comunicação de ampla tiragem – a exemplo do jornal *Folha de S. Paulo*, que publicou em sua capa do domingo, 13 de maio de 2018, Dia das Mães, a chamada “Pesquisa indica que produção científica cai após maternidade”, para reportagem¹⁰ veiculada na editoria de Ciência.

Estudo qualitativo em andamento, realizado por Letícia Lovato Dellazzana-Zanon *et al.* (2019), analisa a página do *Parent in Science* no *Facebook* como fenômeno social, a partir dos conceitos de identidade, comunidades virtuais e gênero. As autoras tomaram como unidade de análise a postagem do dia 15 de maio de 2018, por ter recebido, até então, a maior quantidade de comentários e compartilhamentos e a segunda maior quantidade de reações na página. Trata-se da publicação que convocava as usuárias a incluir o período da licença-maternidade no Currículo Lattes e a compartilhar a *hashtag* #MaternidadenoLattes. Segundo a análise, esta foi a *hashtag* mais usada em toda a página e a palavra “maternidade” foi a mais frequente.

Para verificar a identificação do público da página com a causa, as autoras analisaram os perfis das pessoas que postaram e/ou responderam comentários na referida publicação. Os critérios utilizados para a análise dos perfis foram dados públicos disponibilizados pela plataforma: sexo (mulher/homem) e a presença de crianças na foto de perfil ou na capa de suas páginas pessoais. A hipótese era a de que pessoas que postassem fotos com crianças teriam maior identificação com a causa, o que não se confirmou. Do total de 364 perfis analisados, as mulheres correspondiam a 90%, das quais 32,9% exibiam fotos de crianças nas páginas iniciais dos perfis; os homens representavam 9,9% do público, dos quais apenas 0,8% exibiam crianças em seus perfis ou capas.

De acordo com as autoras, os resultados sugerem que a causa levantada pelo *Parent in Science* chama a atenção de mulheres mesmo que elas ainda não sejam mães, não queiram ser mães, não queiram revelar suas identidades de mães, ou, simplesmente, não percebam a maternidade como algo que as identifica como pessoa. Elas concluem que o assunto mobiliza não só mães, mas também mulheres que se solidarizaram com uma causa relacionada ao universo feminino. Elas também destacam que a comunidade *Parent in Science* possibilita o agrupamento de mulheres de campos científicos diferentes em torno de uma causa comum: “os desafios que enfrentam diariamente para dar conta dos múltiplos

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/05/producao-cientifica-de-pesquisadoras-cai-apos-maternidade-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2019.

papéis que exercem entre o mundo acadêmico e o mundo familiar” (DELLAZZANA-ZANON *et al.*, 2019, p. 1049).

As autoras sugerem, ainda, que o chamamento para que a maternidade seja mostrada no campo de apresentação do Currículo Lattes “[...] tenha suscitado nas mulheres uma chance de chamar atenção para um fato que elas têm tido que esconder, ou pelo qual têm tido que se desculpar: sua identidade materna” (DELLAZZANA-ZANON *et al.*, 2019, p. 1048). A pequena adesão do público masculino no universo analisado pelas autoras é atribuída ao menor impacto da paternidade nas carreiras dos homens e a uma provável identificação menos explícita com a paternidade.

Embora a emergência da discussão sobre maternidade e carreira científica pareça ser um fenômeno recente, não podemos considerar, de forma ingênua, que ela tenha sido inaugurada no Brasil pelo projeto *Parent in Science* e pelo movimento *Maternidade no Lattes*. Entendemos que uma série de eventos e discussões paralelas, na sociedade, favoreceram debates sobre a igualdade de gênero em diversas esferas sociais, o que também alcançou as ciências.

Segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2019), nas primeiras décadas do século XXI, o feminismo vive um movimento particularmente intenso, com a consolidação de correntes como o feminismo descolonial, a teoria *queer*, o pós-feminismo, os estudos transgênero e o pós-humanismo. Nancy Fraser (2019) afirma que, no contexto da globalização, as feministas passaram a utilizar novas tecnologias de comunicação para estabelecer redes transnacionais, de múltipla escala: “[...] as feministas são precursoras em estratégias inovadoras, tais como o ‘efeito bumerangue’, que mobiliza a opinião pública global dirigindo a atenção para abusos locais e envergonha os Estados que fecham os olhos para eles” (FRASER, 2019, p. 41).

É possível observar que o movimento *Parent in Science* cresce na sequência da aprovação da Lei 13.536, em 15 de dezembro de 2017, que oficializou o direito à licença-maternidade para bolsistas de pesquisa no Brasil. A lei permite a interrupção das atividades acadêmicas em razão de parto ou adoção por até 120 dias, sem a suspensão do pagamento das bolsas, e torna obrigatória a prorrogação do benefício pelo mesmo período. A medida já vinha sendo adotada, desde 2010, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em resposta a uma demanda da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). No entanto, somente com a aprovação da Lei, em 2017, o benefício se estendeu, ao menos oficialmente, para todas as agências de fomento à pesquisa no País.

O histórico evidencia que o direito à licença-maternidade para mulheres que escolheram a carreira acadêmico-científica no Brasil foi adquirido tardiamente: quase três décadas depois da licença-maternidade de 120 dias instituída pela Constituição de 1988, que

garante estabilidade para todas trabalhadoras no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) até seis meses após o final da gestação.

Fora do Brasil, também despontam iniciativas que problematizam a questão da maternidade no âmbito da carreira científica. Nos Estados Unidos, a campanha *500 Women Scientists*, iniciada após as eleições de 2016, lançou, mais recentemente, a jornada Sci.Mom, “[...] para trazer mais visibilidade aos desafios que as mães na ciência enfrentam quando começam ou constroem suas famílias”¹¹ (tradução da autora). A campanha também promove experiências de *crowdsourcing*, para trazer luz aos desafios que muitas mães enfrentam em instituições científicas, além de criar um repositório de recursos para mães e pais cientistas. A ideia é formar uma comunidade de apoio social, destacar programas, políticas e estratégias eficazes para mostrar e incorporar diversas narrativas na defesa de instituições mais favoráveis à questão.

As mulheres são encorajadas a compartilhar suas histórias. Algumas perguntas são sugeridas: “Você já experimentou desafios em obter licença parental suficiente, tirar leite no trabalho ou lidar com a infertilidade?”; “Quais estratégias você usou para equilibrar as demandas de trabalho e família?”; “Que apoios você encontrou em sua instituição?”; “Se você pudesse projetar o programa de suporte à vida profissional de sua instituição, como seria?”. Algumas experiências sobre infertilidade, aborto espontâneo, amamentação e licença parental são compartilhadas, sem revelar a autoria dos depoimentos. “Nossa creche custa mais por mês do que a nossa hipoteca”¹², declara alguém que se identifica como professora associada. A seguir, são traduzidos outros dois depoimentos, atribuídos a uma “associada no setor público” e a uma pós-doutora, respectivamente:

Tive que acumular licença médica suficiente antes que pudesse engravidar. Eu só tinha seis semanas de folga depois de ter meu bebê. Felizmente, minha gravidez e meu parto transcorreram sem problemas e eu tinha um marido acadêmico cuja agenda era flexível, para que pudéssemos nos revezar no cuidado do bebê no primeiro ano. No momento em que eu tinha acumulado licença médica suficiente (e eles finalmente mudaram a política) para um segundo filho, não pudemos engravidar novamente (ver seção de infertilidade).

*

Por razões que não posso compreender, o cuidado das crianças em nossa cidade é super caro (eu realmente quero dizer isso, é mais caro em nossa pequena cidade do que em Manhattan). Com um salário de pós-doutorado, fomos confrontados com a escolha de 1) prestadores de cuidados infantis realmente não-certificados, ou 2) comprometermos mais de metade de um dos nossos salários para proporcionar cuidados de boa qualidade. O ônus

¹¹ No original: “500 Women Scientists is launching a campaign to bring more visibility to the challenges mothers in science face when starting or building their families”. Disponível em: <https://500womenscientists.org/share-your-story/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹² No original: “Our daycare costs more per month than our mortgage”. Disponível em: <https://500womenscientists.org/share-your-story/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

financeiro dessa situação prejudicou nossas finanças de maneira que nunca iremos recuperar.¹³

Na Espanha, o site *La Voz de Galicia* veiculou, no dia 27 de dezembro de 2018, a matéria *Una gallega gana la batalla para que no se penalice a científicas embarazadas*. A narrativa envolve a campanha iniciada pela cientista María de La Fuente Freire, na plataforma Change.org, para pedir ao Instituto de Saúde Carlos III, do Ministério da Saúde, que não fomentasse a discriminação pela maternidade. “Sentia – disse – que alguns me apontavam com o dedo, porque podiam considerar que seguir trabalhando durante a licença-maternidade era o que tinha que fazer. Se considerava algo normal, mas por que temos que seguir trabalhando, em vez de cuidar de nossos filhos?”¹⁴.

Uma das reivindicações da pesquisadora era que o tempo da licença-maternidade não fosse computado nos processos de avaliação nos contratos públicos de pesquisa, de modo que as mulheres pudessem competir em igualdade de condições com as demais candidaturas – mesma demanda do projeto brasileiro *Parent in Science*. Em resposta, o governo local anunciou investimentos para a proteção de mulheres pesquisadoras e se comprometeu a “promover sua carreira científica com a reconciliação familiar”¹⁵ (ROMAR, 2018). A fala de outra pesquisadora, Carme Agustín, professora de Biologia na Universidade de Valencia, revela que, apesar da conquista, ainda há muito para avançar:

O que aconteceu agora é uma conquista e é justiça, mas o que acontece é que ainda estamos longe de tudo feito. Temos muitas medidas para desenvolver, porque o cuidado de crianças ou de ascendentes não termina com as 16 míseras semanas que temos de licença-maternidade. (*Ibdem*).¹⁶

¹³ No original: “I had to accumulate enough sick leave before I could get pregnant. I only had six weeks off after having my baby. Luckily my pregnancy and birth went smoothly and I had an academic husband whose schedule was flexible, so we could take turns doing baby care for her first year. By the time I had accumulated enough sick leave (and they finally changed the policy) for a second child, we were unable to get pregnant again (see infertility section). / For reasons I can't comprehend, childcare in our town is super expensive (I really mean it, it's more expensive in our small town than in Manhattan). On a postdoc salary, we were faced with the choice of 1) really shady non-certified childcare providers, or 2) commit more than half of one of our salaries to afford good quality care. The financial burden of this situation has damaged our finances in a way we will never recover.”

¹⁴ No original: “Sentía – disse – que algunos me señalaban con el dedo, porque podían considerar que seguir trabajando durante la baja maternal era lo que tenía que hacer. Se consideraba algo normal, pero ¿por qué tenemos que seguir trabajando en vez de cuidar a nuestros hijos?”. Disponível em: https://www.lavozdegalicia.es/noticia/sociedad/2018/12/27/gallega-gana-batalla-penalice-cientificas-embarazadas/0003_201812G27P25991.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

¹⁵ No original: “El Gobierno, en su impulso a la Acción Estratégica en Salud, a la que destinará 115 millones, dedica un apartado para proteger a la mujer investigadora y se compromete a ‘favorecer su carrera científica con la conciliación familiar’” (*Ibdem*).

¹⁶ No original: “Lo que ha ocurrido ahora es un logro y es de justicia, pero lo que pasa es que estamos aún muy lejos de que esté todo hecho. Nos quedan muchísimas medidas por desarrollar, porque el cuidado de hijos o de ascendientes no acaba con las 16 semanas míseras que tenemos de baja por maternidade”. Disponível em: https://www.lavozdegalicia.es/noticia/sociedad/2018/12/27/gallega-gana-batalla-penalice-cientificas-embarazadas/0003_201812G27P25991.htm. Acesso em: 20 maio 2019.

A avaliação da pesquisadora espanhola se assemelha ao depoimento da coordenadora do projeto *Parent in Science*, Fernanda Staniscuaski, durante evento promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Ela admite que o lançamento da campanha *Maternidade no Lattes* contribuiu para lançar luz ao assunto no Brasil, mas foi uma ação incipiente.

A ideia de incluir a maternidade no Lattes é sinalizar que aquela queda que os avaliadores estão vendo no currículo da cientista quando estão analisando para pedido de bolsa, pedido de edital, foi em decorrência da maternidade. Mas isso é uma ação isolada porque, primeiro, o período somente da licença-maternidade a gente sabe que é muito pouco; que são quatro ou seis meses e obviamente o impacto é muito mais estendido do que isso. Mas já é um início¹⁷.

A insuficiência do período padrão de licença-maternidade para pesquisadoras, de 120 dias, tal como apontado por Fernanda Staniscuaski, é evidenciada num estudo de caso sobre a política adotada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), conduzido por Camila Infanger e Manolita Correa Lima (2019).

A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas no período de março a maio de 2018, com cinco pesquisadoras paulistas, em diferentes níveis na carreira acadêmica (da graduação ao pós-doutorado), inseridas em contextos familiares distintos (de solteiras a casadas, com filhos), as autoras revelam dificuldades enfrentadas por todas elas para o pleno exercício da licença, com a ruptura completa das atividades acadêmicas ao longo dos quatro meses de afastamento, frente a uma cultura produtivista no ecossistema acadêmico.

Segundo as autoras, isso seria resultado da adaptação das instituições de pesquisa brasileiras a uma tendência global, em que as universidades assumem cada vez mais características de organizações empresariais, nas quais a primazia do produtivismo é cultivada (HESS, 2005; CHAUI, 2003 *apud* INFANGER; CORREA LIMA, 2019).

Dentre os relatos apresentados no estudo (as identidades das entrevistadas foram preservadas), uma pesquisadora denuncia situações de constrangimento ainda no período da gravidez, em consequência da decisão de não permanecer no ambiente do laboratório, justificada pela presença de materiais potencialmente perigosos para a gestação. Ela também relata o uso de recursos próprios para cobrir as despesas de uma substituta para manter o andamento do trabalho, a pressão para compensar o afastamento pelo trabalho remoto e, no retorno da licença-maternidade, para suspender a amamentação de modo a minimizar ausências.

Outra entrevistada conta que, ao retornar à universidade, após a licença, ouvia frequentemente que sua bolsa poderia ter sido melhor aproveitada se tivesse sido destinada

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nYIJcPvCKnM>. Acesso em: 22 jun. 2019.

a alguém disponível para dedicar-se integralmente à pesquisa, mais especificamente, que não precisasse estar ausente para cuidar de uma criança. Noutra depoimento, uma mulher relata que, na sessão de defesa de sua tese de doutorado, uma pessoa da banca examinadora incluiu em suas observações que “[...] sua tese se mostrou muito boa, apesar das complicações”¹⁸, em referência ao período de gravidez vivenciado pela pesquisadora.

As autoras do estudo de caso mencionam que é comum, no retorno ao trabalho, as pesquisadoras sofrerem com o sentimento de culpa, divididas entre as demandas da maternidade e a manutenção de seu valor para as instituições de pesquisa.

Parcialmente, isso explica por que as mulheres que retornam da licença-maternidade são muitas vezes surpreendidas por um forte sentimento de fracasso. Por um lado, acreditam que não poderão cuidar adequadamente de seus filhos, enquanto, por outro, sentem-se inseguras por terem deixado seus compromissos e, ao retornar ao trabalho, por não manter um desempenho satisfatório (MILLWARD, 2006 *apud* INFANGER; CORREA LIMA, 2019, p. 140).

Numa perspectiva semelhante, Leticia Lovato Dellazzana-Zanon *et al.* (2019) afirmam que as mulheres se sentem culpadas por não atingirem as expectativas de suas múltiplas identidades fundadas no amplo conceito cultural de maternidade segundo o qual “[...] mães devem ser intensamente focadas em seus filhos, colocando suas próprias necessidades em segundo plano” (MATTSSON, 2014 *apud* DELLAZZANA-ZANON *et al.*, 2019, p. 1046). As autoras enfatizam que, a despeito dos movimentos feministas e das conquistas em relação à igualdade de gênero, estudos demonstram que as mulheres continuam a ter mais responsabilidades com relação a cuidados diversos do que os homens.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com dados de 2015, enquanto 91% das mulheres afirmam fazer tarefas domésticas, apenas 55% dos homens dizem que cuidam da casa. São considerados afazeres domésticos tarefas ou atividades que não se enquadram no conceito de trabalho remunerado, como: arrumar ou limpar a casa; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça; cuidar de filhos (as) ou menores moradores; dentre outras atividades. Mulheres com filhos (as) trabalham seis horas a mais na realização de afazeres domésticos do que mulheres que não têm filhos (as). Entre os homens, não há diferença significativa nas horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos pelo fato de terem filhos (as) ou não (BARBOSA, 2018).

Camila Infanger e Manolita Correa Lima (2019) destacam que a maternidade frequentemente ocorre no mesmo período de desenvolvimento da carreira da pesquisa, o que leva à necessidade de políticas que impeçam a colisão dessas duas esferas. Elas concluem,

¹⁸ No original: “[...] her thesis worked out to be very good, despite the complications” (INFANGER; CORREA LIMA, 2019, p. 140).

a partir das entrevistas, que a gravidez é comumente considerada negativa, vista como uma barreira para a consolidação de uma carreira acadêmica. O trabalho aponta como uma das falhas da política de concessão da licença-maternidade da Fapesp a obrigatoriedade da autorização da pessoa responsável pela supervisão do projeto de pesquisa, que deve concordar com o período de extensão do benefício, com ajustes no cronograma e nas entregas associadas.

Como alternativas, as autoras sugerem a adoção de medidas tais como garantias à saúde das trabalhadoras no período da gravidez, ajustes nos calendários, possibilidade de ruptura total das atividades acadêmicas e redução das demandas durante a licença, garantia de estabilidade no retorno, estímulo a uma postura mais compreensiva por parte da comunidade acadêmica e o aprimoramento dos instrumentos legais que regulam a concessão do benefício.

Podemos perceber que as pautas elencadas, relacionadas ao exercício da maternidade no acadêmico científico, se aproximam de demandas das mães inseridas no mercado de trabalho mais amplo. A demanda pela garantia à saúde no ambiente do laboratório, por exemplo, encontra paralelo em recente alteração da CLT, promovida pela Reforma Trabalhista de 2017, que admitia a possibilidade de trabalhadoras grávidas e lactantes desempenharem atividades insalubres. A nova lei impôs a essas mulheres o ônus de apresentarem atestado médico como condição para o afastamento.

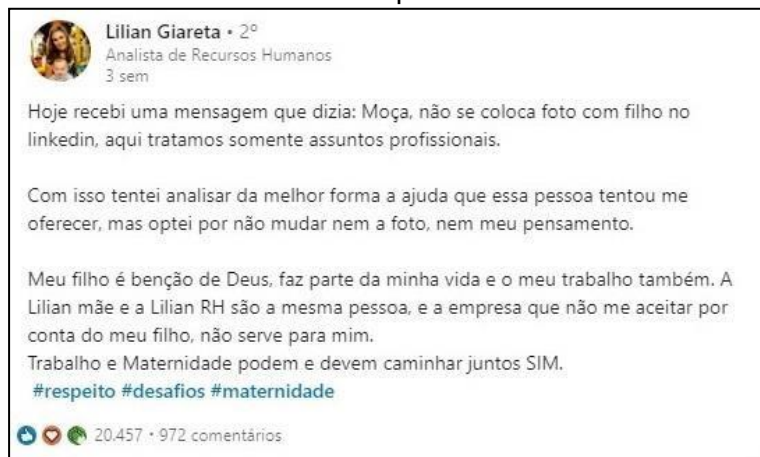
No dia 29 de maio de 2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a norma inconstitucional, por maioria de votos. Em seu voto, a ministra Rosa Weber qualificou a mudança estabelecida pela Reforma como “inegável retrocesso social”¹⁹. Único a divergir, o ministro Marco Aurélio Mello argumentou que as regras que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino. “Os preceitos encerram a liberdade da prestadora de serviços e visam atender às exigências do mercado de trabalho, para não se criar óbice à contratação de mão de obra feminina” (*Ibidem*).

De volta à pauta da inclusão da maternidade no currículo, tal como propõe o projeto *Parent in Science*, observamos que semelhante discussão também parece ganhar força no mercado de trabalho tradicional. No *LinkedIn*, rede social direcionada a interações profissionais, a publicação da analista de Recursos Humanos Lilian Giareta, que resolveu colocar uma foto de perfil em que aparece ao lado do filho, obteve mais de 20 mil reações e quase mil comentários, favoráveis e contrários a seu posicionamento. “Lilian mãe e a Lilian

¹⁹ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=412571>. Acesso em: 21 jun. 2019.

RH são a mesma pessoa, e a empresa que não me aceitar por conta do meu filho, não serve para mim. Trabalho e Maternidade podem e devem caminhar juntos SIM²⁰, ela diz.

Figura 3 – Analista de RH defende perfil com foto do filho no *LinkedIn*



Fonte: *LinkedIn* (nota n. 20).

Longe de ser uma questão particular das mulheres cientistas, a suposta incompatibilidade entre maternidade e carreira parece ter ganhado mais visibilidade em outros contextos, a exemplo do esporte. Em 2019, a Copa do Mundo de Futebol Feminino, transmitida pela primeira vez em canais de TV abertos, foi marcada por posicionamentos feministas mais explícitos, como o assumido pela jogadora Marta, camisa 10 da Seleção Brasileira – na partida contra a Austrália, ela usou uma chuteira personalizada com o símbolo da igualdade de gênero no esporte.

Ao que parece, o ambiente favoreceu a emergência de pautas como a levantada pelo site *El País Brasil*²¹, que revelou a existência de apenas uma mãe entre as 23 mulheres representantes do Brasil na competição, a lateral Tamires, enquanto entre os jogadores da seleção masculina, apenas seis não eram pais:

Tamires vivia, aos 21 anos, o auge da carreira. Já tinha subido para o profissional, atuado no exterior e se preparava para conciliar o esporte com os estudos nos Estados Unidos. Mas, ao fazer exames de rotina, descobriu que estava grávida. “Eu chorei por três dias seguidos. Achava que o futebol tinha acabado para mim”, conta a lateral-esquerda titular da seleção brasileira na Copa do Mundo feminina. Pela gestação e, mais adiante, para cuidar do

²⁰ “Hoje recebi uma mensagem que dizia: Moça, não se coloca foto com filho no linkedin, aqui tratamos somente assuntos profissionais. Com isso tentei analisar da melhor forma a ajuda que essa pessoa tentou me oferecer, mas optei por não mudar nem a foto, nem meu pensamento. Meu filho é benção de Deus, faz parte da minha vida e o meu trabalho também. A Lilian mãe e a Lilian RH são a mesma pessoa, e a empresa que não me aceitar por conta do meu filho, não serve para mim. Trabalho e Maternidade podem e devem caminhar juntos SIM. #respeito #desafios #maternidade”. Disponível em: <https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:6539943182937976832>. Acesso em: 21 jun. 2019.

²¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/13/deportes/1560383306_048881.html?rel=str_articulo#1561403254123. Acesso em: 24 jun. 2019.

filho Bernardo, ela ficou afastada dos gramados por quase quatro anos. “Era impossível viver a maternidade e a rotina de atleta ao mesmo tempo.”

[...]

Craque da seleção, Marta tem 33 anos e sonha ser mãe, mas só considera a possibilidade após parar de jogar. Ela compara as realidades do esporte entre feminino e masculino, frisando que, por ganharem maiores salários, os jogadores conseguem levar toda a família para a cidade onde jogam. Por isso, se considera, no momento, “casada com o futebol” (PIRES, 2019).

A fala de Marta, aqui recortada, parece sugerir que, para ser mãe, além do mais, seria preciso estar casada – não com o futebol. Mas o que se pretende com este exemplo é mostrar que a ampliação das discussões sobre questões de gênero na sociedade fomentam debates sobre o histórico conflito entre maternidade e carreira nas mais diversas esferas – neste contexto, ao que parece, a profissão de cientista não poderia ficar à parte de tais discussões.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca observar, a partir das redes textuais que circundam o projeto *Parent in Science* e suas ações, com especial interesse no movimento *Maternidade no Lattes*, como tais questões, até então supostamente veladas no ambiente acadêmico-científico (como denuncia o projeto), alcançaram as agências de fomento à pesquisa no Brasil e ganharam visibilidade ampliada nas mídias tradicionais e nas redes sociais digitais.

Paralelamente, pretende-se observar de que modo as reivindicações do *Parent in Science* dialogam com a crítica feminista à ciência e se tais demandas tensionam a institucionalidade e a objetividade do método científico, ao propor maior flexibilidade nos critérios de avaliação da produtividade acadêmico-científica.

Propõe-se, como problema de pesquisa, a investigação de fatores que contribuíram para a recente emergência de textualidades sobre maternidade e ciência no Brasil, no viés dos impactos da maternidade na carreira de mulheres cientistas.

1 FEMINISMOS, MATERNIDADES E CIÊNCIAS

Há pouco mais de 70 anos, em 1949, Simone de Beauvoir lançou as matrizes teóricas do feminismo contemporâneo com a publicação do livro *O segundo Sexo*. Uma das principais marcas da filósofa francesa foi a contestação do determinismo biológico de forma contundente, ao postular que “não se nasce mulher, mas torna-se” (BEAUVOIR, 1949, p. 185 *apud* SCAVONE, 2001).

Como lembra Lucila Scavone (2001), a crítica feminista acabou por mostrar que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente e refutou o determinismo biológico que reservava às mulheres o destino social de mães.

A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. Com base nesta evidência, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina (SCAVONE, 2001, p. 138).

No início da década de 1980, a filósofa francesa Elisabeth Badinter provocou reações exaltadas com o lançamento do livro *L'Amor em plus* (na tradução brasileira, *Um amor conquistado: o mito do amor materno*), ao levantar a hipótese de que o amor materno não é inato, mas adquirido durante a convivência entre a mãe e a criança. Badinter (1981) admite sua própria audácia, frente à perspectiva biológica, ao propor que o inconsciente da mulher prevalece até mesmo sobre seus processos hormonais.

[...] estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode “maternar uma criança”. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus “deveres maternos”. A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. É certo que a antiga divisão sexual do trabalho pesou muito nas atribuições da “maternagem” à mulher, e que, até ontem, esta se afigurava o mais puro produto da natureza (BADINTER, 1981, p. 17).

Badinter lembra que, aos olhos da cultura, uma mulher é feita para ser mãe. Mais do que isso, uma boa mãe. A filósofa destaca que determinismo social e imperativo biológico são frequentemente confundidos. “Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos. Por que não poderíamos admitir que quando não é valorizado por uma sociedade [...] o amor materno não é mais necessariamente

desejo feminino?” (BADINTER, 1981, p. 16). Assim, afirma, é preciso admitir que hoje uma mulher pode, inclusive, não querer ser mãe.

Na contramão da crítica feminista ao determinismo biológico, a escritora americana Camille Paglia, em depoimento ao ciclo de conferências Fronteiras do Pensamento, realizado no Brasil, em 2015, afirma que o feminismo contemporâneo ignora o desejo das mulheres de serem mães.

A segunda onda do feminismo, em sua correta preocupação com o avanço das mulheres nas profissões, tendeu a subestimar o desejo natural de gerar e criar filhos em muitas mulheres, não todas elas, mas em muitas. [...] Portanto, eu acredito na biologia, eu acredito na natureza, eu acredito nos hormônios, creio na existência de tremendos impulsos naturais, físicos, que ainda não conseguimos compreender completamente. E acredito que seja natural para muitas, muitas mulheres, o desejo de gerar filhos. E que seja natural que uma mulher, depois de dar à luz, sinta um elo, um chamado em direção à sua própria criança e um desejo, talvez de não voltar ao seu emprego, mas de permanecer com seu filho, e não simplesmente arrendar o cuidado dessa criança para um prestador de serviços, ou até para outros membros de sua própria família²².

Camille Paglia prossegue e afirma acreditar na existência daquilo que define como “[...] impulsos instintivos de reprodução”, existentes tanto em homens quanto mulheres, que demandariam mais estudos e “[...] um respeito maior dentro da teoria feminista”. A filósofa ilustra sua tese com a situação hipotética de uma mulher diplomada em uma instituição como Harvard que resolvesse casar e ser mãe: ela seria repreendida por estar desperdiçando sua formação e tratada como traidora de sua classe, diz.

Creio que o feminismo deva ser relacionado a escolhas. Vai haver mulheres que vão querer apenas uma carreira e não filhos. Vai haver mulheres que não vão querer uma carreira e mulheres que vão querer equilibrar as duas coisas. Penso que a sociedade deva criar instituições altamente flexíveis que permitam essa multiplicidade de escolhas. (*Ibdem*).

A intelectual propõe, então, que as universidades sejam abertas, por exemplo, à educação estendida de jovens mulheres, que tomaram a decisão de engravidar mais cedo, durante suas carreiras. Uma vez aprovadas em uma universidade, elas poderiam trancar o curso, ter filhos (as), voltar periodicamente, fazer uma única disciplina nos períodos iniciais da maternidade etc.

Camille Paglia encerra seu discurso com uma crítica à resistência do feminismo contemporâneo em aceitar o componente biológico da diferença entre os sexos, sob a ameaça de que isso poderia ser manipulado por pessoas conservadoras para tirar as

²² Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fronteiras-do-pensamento/2019/05/feminismo-contemporaneo-ignora-desejo-da-mulher-de-ser-mae-diz-camille-paglia.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 1 jun. 2019.

mulheres de suas profissões. “Penso que [...] agora seja a hora de abrir os portões do feminismo para aquelas mulheres que, por quaisquer razões, preferem ficar em casa e ter filhos e prezar a maternidade como um valor supremo em uma sociedade” (*Ibidem*).

Embora a proposta de Paglia possa parecer acolhedora, é necessário problematizar que trancar o curso ou, eventualmente, fazer disciplinas isoladas nos períodos iniciais da maternidade, não coloca as mulheres em condições de igualdade com seus colegas homens, especialmente numa carreira tão competitiva quanto a científica, pautada pela produtividade, como já mencionado. Seguindo a lógica estritamente biológica, eles não precisam interromper as atividades acadêmicas para ter filhos (as).

Com o objetivo de analisar criticamente alguns discursos feministas em relação à sua cumplicidade com outras formas de opressão, o psicólogo social português João Manuel de Oliveira (2014) alerta para a tendência de se esquecer que “os feminismos surgem em determinados contextos, sob determinadas configurações e que são apropriados pela formação social capitalista de modo a atingir determinados intentos” (OLIVEIRA, 2014, p. 70).

O autor esclarece que não pretende fazer uma crítica ao feminismo, até porque ele não existe no singular, e sim no plural; mas refletir sobre fragilidades, áreas de tensão e de cumplicidade. Como qualquer outra ferramenta política, ele diz, seus usos estão sujeitos a interpretações, apropriações e utilizações de maneiras inesperadas e contraditórias.

Como demonstrado, a questão da maternidade, por si só, é razão de conflito para as mulheres nos planos coletivo e individual (ser mãe ou não, investir na carreira ou passar mais tempo com as crianças, usufruir ou abdicar da licença-maternidade etc.). Ao longo da história, diferentes correntes feministas abordaram o tema de maneira diversa.

A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pôde ser abordada tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo (SCAVONE, 2001, p. 142).

Londa Schiebinger (2001) lembra que o termo “gênero” foi introduzido na década de 1970 “[...] em tentativas de refrear o então avassalador determinismo biológico, no sentido de distinguir formas culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade de ‘sexo’ biológico, construído como cromossomos, fisiologia e anatomia” (p. 45).

Pouco mais tarde, no início da década de 1980, as feministas se movimentaram na direção do que a autora chama de “feminismo de diferença”, com ênfase nas diferenças entre homens e mulheres, resultantes “[...] antes do determinismo cultural do que do biológico” (p. 10). Esta nova vertente do feminismo defendia, ainda, que “[...] para as mulheres alcançarem a igualdade na ciência, mudanças deveriam ocorrer não apenas nas próprias

mulheres, mas também nas aulas e currículos de ciência, nas teorias e laboratórios, nas prioridades e programas de pesquisa” (*Ibidem*).

Ao mesmo tempo em que defende o valor do feminismo de diferença, especialmente por refutar a afirmação de que a ciência é de gênero neutro, Schiebinguer aponta um caráter nocivo desta corrente tanto para as mulheres quanto para a ciência, também criticado por feministas pós-modernistas como Donna Haraway e Judith Butler: a tendência de postular uma “mulher universal”.

As mulheres nunca constituíram um grupo cerrado de interesses, antecedentes, valores, comportamentos e maneirismos comuns, mas sim vieram sempre de diferentes classes, raças, orientações sexuais, gerações e países; as mulheres têm diferentes histórias, necessidades e aspirações (SCHIEBINGUER, 2001, p. 26).

Londa Schiebinguer (2001) relata que, entre 1970 e 1980, muitas mulheres inseridas nas carreiras acadêmicas e científicas evitavam ter filhos (as) nos Estados Unidos. Segundo a historiadora, após a chamada “década anticriança de 1970”, as mulheres profissionais começaram a constituir famílias, mas, geralmente, de modo secreto. “O objetivo destas mulheres era ter filhos sem a licença-maternidade, sem uma pausa na produtividade, sem parecer ser diferentes de seus colegas homens” (2001, p. 187). Tal comportamento reflete a imagem da *Supermulher*, caracterizada como “[...] altamente organizada, eficiente, profissional que também é uma esposa amorosa e uma mãe perfeita – a mulher que ‘podia ter tudo’ e ‘que podia fazer tudo’” (SCHIEBINGER, 2001, p. 186).

Joliane Cruz (2007) aponta mudanças nas representações de mulheres veiculadas em imagens da divulgação científica no Brasil, no período 1996 a 2007. A análise da autora revela que, na metade da década de 1990, entrevistas com mulheres cientistas enfocavam sua vida doméstica, de modo a ressaltar seu duplo pertencimento: privado e público.

Mais recentemente, a pesquisadora observa a adoção de um tom semelhante às entrevistas com cientistas do sexo masculino, com foco no trabalho. Assim, conclui que a visibilidade ao extraordinário reforçou representações sociais de ciência e de cientista como um ser incomum e superdotado.

[...] na ciência, o normal é ser astro ou estrela, os que têm imagens são supercientistas; alguns desses profissionais, mais especificamente os tocados pelas disparidades de gênero que atingiram o seu cotidiano, parecem perceber a necessidade de dar visibilidade às mulheres, sem, contudo, atentar para a desconstrução da alegoria de super-heróis que continua a mistificar a ciência e seus trabalhadores (CRUZ, 2007, p. 159).

Ao final do II Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, realizado em maio de 2019, as pesquisadoras Fernanda Staniscuaski e Márcia Barbosa, da UFRGS, publicaram um artigo na coluna *Ciência e Matemática*, do jornal *O Globo*, intitulado “Parent in Science: A ciência não deve ser feita somente por super-heroínas”²³. No texto, elas afirmam que há um perfil característico em meio às pesquisadoras com filhos (as) que atingem o ápice da carreira, que elas chamam de “heroínas com privilégio”: “Heroínas no sentido de serem pessoas com uma capacidade de trabalho excepcional e com privilégio, pois tiveram condições de ter o apoio de babás, creches, família” (STANISCUASKI; BARBOSA, 2019).

As duas pesquisadoras defendem a presença de mulheres cientistas que não se enquadrem neste perfil, de modo a “ampliar a diversidade na ciência” (STANISCUASKI; BARBOSA, 2019) e argumentam que pessoas com histórias, culturas e formas de pensar diferentes resolvem problemas com mais eficiência. A questão da diversidade, aliás, foi apontada como eixo central das discussões da segunda edição do simpósio, com a emergência de temas como gênero, raça e filhos (as) com deficiências, o que sugere a ampliação do debate realizado na primeira edição do evento. No mesmo texto, as autoras avaliam como bem-sucedido o movimento *Maternidade no Lattes*, com a promessa de “inclusão dos filhos no currículo das(os) pesquisadoras(es) [...], na parte oculta para o público em geral, mas visível para avaliação”.

No entanto, podemos problematizar que esta visibilidade parcial apenas demonstra que assumir a maternidade no ambiente acadêmico-científico permanece como uma questão longe de ser resolvida, com a persistência dos problemas que as próprias pesquisadoras denunciam:

A ideia de que a maternidade é um freio para a carreira das mulheres é uma destas verdades não ditas que paira sobre as cabeças das nossas estudantes, docentes e pesquisadoras em geral. É como se ter um filho ou uma filha fosse uma sentença de morte científica. Se a maternidade ocorre quando a jovem ainda é uma estudante, ela passa a ocupar aquele local **invisível** dos que não terão sucesso no futuro. As oportunidades evaporam para uma estudante mãe. Estas jovens além de enfrentar o preconceito de docentes e colegas, precisam estudar e criar seus filhos em uma universidade destituída de infraestrutura para o cuidado das crianças. São raras as creches, os locais para amamentação e banheiros com local para trocar os bebês. (STANISCUASKI; BARBOSA, 2019. Grifo nosso).

As pesquisadoras afirmam, adiante, que se as mulheres resolvem adiar o projeto da maternidade para quando já estiverem empregadas, elas passarão pela graduação, pelo mestrado e pelo doutorado em uma “igualdade ilusória” (*Ibdem*). Caso venham a ser docentes e engravidem, farão a transição “[...] do reino das promissoras para o setor das mães com um

²³ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia-matematica/post/parent-science-ciencia-nao-deve-ser-feita-somente-por-super-heroínas.html>. Acesso em: 1 jun. 2019.

futuro profissional limitado” (*Ibdem*). Além disso, denunciam, não há uma cultura na universidade para a distribuição das tarefas de modo a evitar que quem tem crianças pequenas receba atribuições profissionais noturnas ou nos horários de saída das escolas infantis, por exemplo.

Assim, as autoras concluem, rapidamente as jovens mães pesquisadoras percebem que a “produção filho(a)” é acompanhada da diminuição da produção acadêmica. E como a avaliação de profissionais da pesquisa ocorre em intervalos periódicos que não se interrompem com a maternidade, um(a) novo(a) filho(a) implica no atraso nesta progressão, com conseqüente exclusão do corpo docente dos programas de pós-graduação e perda de oportunidades de financiamento.

Ao abordar forças culturais que levam mulheres a abandonar carreiras na ciência, nos Estados Unidos, Londa Schiebinger (2001) enumera uma série de desafios. Dentre eles, a falta de sincronia entre os relógios acadêmico e biológico, a necessidade de ocultar a gravidez tanto quanto possível, a luta para equilibrar maternidade e carreira e condições de trabalho inflexíveis. Segundo a historiadora, problemas cujas raízes remontam à Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII: as instituições científicas, como as universidades e academias, além das indústrias, foram estruturadas a partir da suposição de que cientistas seriam homens com esposas em casa para cuidar deles e de suas famílias.

A ciência – como a vida profissional em geral – foi organizada em torno do pressuposto de que a sociedade não precisa reproduzir-se, ou de que os cientistas não estão entre aqueles envolvidos nas tarefas diárias da reprodução. Embora isto possa ser verdadeiro para muitos cientistas do sexo masculino, não é verdadeiro para a maioria das cientistas mulheres. As mulheres com vida profissional ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos. (SCHIEBINGER, 2001, p. 182).

Alice Abreu *et al.* (2016) analisam que o mercado de trabalho brasileiro, de modo geral, ainda é pouco sensível às especificidades do curso de vida das mulheres e que a ascensão nas carreiras femininas não costuma ser linear, o que explica, em parte, a baixa participação das mulheres nas esferas mais elevadas de poder.

Mesmo que já não corresponda à realidade, as representações sociais rezam que mães investem mais tempo nos filhos, enquanto pais, no trabalho remunerado para o sustento familiar. Desse modo, mulheres e também mães requerem mais tempo para percorrer o mesmo trajeto profissional de um homem que também seja pai (ABREU, 2016, p. 154).

A participação feminina na carreira científica teve início a partir do século XIX, após movimentos de mulheres nas décadas de 1870 e 1880 as impulsionarem às universidades. “Conforme elas gradualmente eram admitidas às escolas de graduação – no

século XX um pré-requisito para o trabalho sério em ciência – elas entravam em programas de Doutorado” (SCHIEBINGER, 2001, p. 71). Somente a partir do final do século XX foram observados esforços para “[...] introduzir licenças de maternidade em instituições modeladas nos ciclos de vida dos homens” (SCHIEBINGER, 2001, p. 133).

No Brasil, o governo só abriu as instituições de ensino superior às mulheres em 1879 (DUARTE, 2016). Ao analisar a presença de mulheres em expedições científicas no País em meados do século XX, Mariana Sombrio (2016) destaca que a forte institucionalização das ciências, no decorrer do século XIX até a passagem para o século XX, com o confinamento da prática científica nos laboratórios e em instituições fechadas, dificultou a participação das mulheres.

Segundo a historiadora, anteriormente, os limites menos rígidos das práticas das ciências de campo e a realização de atividades nos ambientes domésticos facilitavam a incorporação de mulheres. Mais tarde, na década de 1970, estudos de gênero impulsionaram questionamentos às ciências, com o objetivo de “[...] abrir as portas da fechada instituição científica às críticas” (SOMBRIO, 2016, p. 6).

Lourdes Bandeira (2008) destaca que o pensamento crítico feminista negou a pretensão de universalidade da ciência, responsável por fixar parâmetros permanentes de poder. Nesta ótica, o conhecimento científico deixa de ser uma entidade neutra e objetiva e passa a ser associado à condição cultural das pessoas em seus respectivos papéis sociais.

Ao optar por procedimentos metodológicos “alternativos” postuladores da crítica e da dúvida, a crítica feminista serviu (in-diretamente) para questionar a maneira tradicional de fazer pesquisa, a cegueira em relação às mulheres, assim como duvidar das premissas conceituais e das hipóteses usuais que estruturam a lógica da investigação positivista (BANDEIRA, 2008, p. 225).

Tal análise dialoga com a visão da filósofa norte-americana Donna Haraway, autora do *Manifesto ciborgue* (1989), “[...] obra central para a compreensão da crítica feminista da ciência” (FONTGALAND; CORTEZ, 2015). Em discussões mais recentes sobre feminismo e tecnociência, Haraway parte da premissa que a autoridade científica foi construída a partir de uma visão masculina e defende que a ciência seja compreendida como uma prática cultural dentre tantas outras. Como alternativa ao conceito hegemônico de objetividade, a autora propõe a perspectiva dos “saberes localizados”, que reconhecem o objeto do conhecimento como ator e agente, ao mesmo tempo.

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero (HARAWAY, 1995, p. 31).

Em direção semelhante, Carvalho *et al.* (2019) defendem a retirada da aura mitológica das ciências – enfatizadas em sua pluralidade – simultaneamente à busca das suas interconexões com o mundo social, para promover sua desnaturalização. Exemplos desse processo são justamente estudos que denunciam hierarquias de gênero, historicamente relacionadas à criação de obstáculos que impedem a presença mais efetiva de mulheres em diversos campos científicos, “[...] com consequentes prejuízos salariais, dificuldades de contratação por universidades e demais centros de investigação, dentre uma série de outros constrangimentos e estratégias de inferiorização” (CARVALHO, *et al.*, 2019, p. 17). Nitidamente, tais percalços não são exclusivos da mulher cientista. Pelo contrário, refletem a condição feminina na sociedade e evidenciam as interseções das ciências com a vida cotidiana.

Marilena Chaui (2003) descreve uma profunda mudança sofrida pelas ciências na sua relação com a prática. Segundo a filósofa, até os anos 1940, a ciência era uma investigação teórica com aplicações práticas. Porém, as mudanças no modo de produção capitalista e na tecnologia provocaram uma dupla transformação:

[...] em primeiro lugar, ela [*a ciência*] deixou de ser a investigação de uma realidade externa ao investigador para tornar-se a construção da própria realidade do objeto científico por meio de experimentos e de constructos lógico-matemáticos – como escreveu um filósofo, a ciência tornou-se manipulação de objetos construídos por ela mesma – em segundo lugar e, como consequência, ela tornou-se uma força produtiva e, como tal, inserida na lógica do modo de produção capitalista. A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital (CHAUÍ, 2003, p. 8. Grifo nosso).

O resultado disso, aponta a autora, foi a submissão das novas formas de financiamento das pesquisas científicas às exigências do capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional. A avaliação do trabalho desenvolvido nas universidades, onde se concentra a produção científica do País, passou a ser pautada pela ideia de produtividade, “[...] que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido” (*Ibdem*). Na leitura de Chaui, as pesquisas passaram, então, a atender exigências de mercado, impostas pelas instituições financiadoras.

Boaventura de Sousa Santos (1988) descreve a transformação ocorrida nas décadas de 1930 e 1940 como um fenômeno global de “industrialização da ciência” (SANTOS, 1988, p. 59), o que levou ao comprometimento da ciência com os centros de poder econômico, social e político, que passaram a ter papel decisivo na definição das prioridades científicas. Segundo o autor, isso surtiu efeito no domínio da organização do trabalho científico: “as relações de poder entre cientistas tornaram-se mais autoritárias e desiguais e a esmagadora

maioria dos cientistas foi submetida a um processo de proletarização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação” (SANTOS, 1988, p. 59).

Sandra Harding (2019) afirma que procedimentos artesanais de produção do conhecimento foram substituídos por modelos industrializados, a partir do século XIX, no campo das ciências naturais, o que se estendeu para as ciências sociais, a partir do século XX. Deste modo, os padrões da filosofia da ciência aplicáveis a cientistas que trabalham de forma isolada tornaram-se ultrapassados para o entendimento da ciência contemporânea, de modo geral.

As filosofias tradicionais da ciência presumem uma imagem anacrônica do pesquisador como um gênio isolado da sociedade, selecionando problemas para pesquisas. Formulando hipóteses, criando métodos para testar as hipóteses, recolhendo dados e interpretando os resultados da investigação (HARDING, 2019, p. 114).

No Brasil, Camila Infanger e Manolita Correa Lima (2019) descrevem mudanças na forma de gestão, nos processos de avaliação e nos esquemas de financiamento dos programas de pós-graduação, a partir de meados dos anos 1990. As autoras destacam duas principais modificações, que afetaram não apenas a qualidade da produção acadêmica e institucional, mas também a vida pessoal de estudantes de mestrado e doutorado, além do corpo docente: a redução dos prazos de entrega final e a racionalização da qualidade da pesquisa desenvolvida em nível de pós-graduação; e avaliações dos programas associadas a compensações ou sanções na forma de bolsas de estudos. Como consequência, coordenação, docentes e estudantes sofreram maior pressão de classificações e fatores de impacto das publicações. Tais mudanças criaram um ambiente competitivo no âmbito dos programas, o que afetou as próprias instituições acadêmicas, de forma mais ampla.

Fabiane Silva e Paula Ribeiro (2014) mostram que, além da produção acadêmica, a ascensão profissional na carreira científica no Brasil está ligada a fatores como participação em cargos administrativos nas instituições de pesquisa e recebimento de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq (SILVA; RIBEIRO, 2014). Em 2015, o percentual de mulheres contempladas com esta modalidade de bolsas era correspondente a 35,5%, enquanto 64,5% do total de bolsistas eram do sexo masculino (CNPq, 2015). As autoras enfatizam que, para além das estatísticas, a produtividade das mulheres na ciência envolve dificuldades e barreiras muito mais complexas na construção de suas carreiras.

Emília Araújo e Margarida Fontes (2013) afirmam que atravessamos um período marcado pela globalização do conhecimento e pelo incremento do mercado internacional do trabalho científico, que elas denominam “capitalismo acadêmico”. Nesse contexto, as carreiras acadêmicas e de investigação estão, cada vez mais, sujeitas a mecanismos de avaliação do desempenho que incluem a mobilidade como fator de internacionalização e

desenvolvimento das carreiras individuais, com influência sobre o reconhecimento e o prestígio por pares.

A partir de questionários e entrevistas respondidos por 400 pesquisadoras e pesquisadores no nível de doutorado e pós-doutorado com vínculo a centros de pesquisa de Portugal, e em estudos existentes sobre o papel da mobilidade e as problemáticas de gênero nos campos profissionais da ciência e da investigação, as autoras demonstram que as mulheres enfrentam mais dificuldades do que os homens para fazer a mobilidade e obter todas as vantagens que esta propicia, em tese. Assim como o Brasil, Portugal apresenta uma estrutura de carreiras masculinizada, marcada pela presença dos homens nos níveis mais elevados da carreira, nos cargos de direção dos centros de pesquisa e em posições de coordenação na política científica (ARAÚJO; FONTES, 2013).

Partindo da definição de gênero como “[...] resultado da construção cultural e social dos papéis e das expectativas dos homens e das mulheres em sociedade” (ARAÚJO; FONTES, 2013), as autoras afirmam que a mobilidade internacional é um projeto que implica em dificuldades, particularmente, para as mulheres que são casadas e mães:

[...] a ausência ou a escassez da mobilidade, antes de serem explicadas pela real dificuldade em gerir exigências familiares, justificam-se à luz dos padrões de socialização das mulheres e dos papéis que lhes são socialmente atribuídos, que as tendem a prender espaço-temporalmente aos filhos (ARAÚJO; FONTES, 2013).

Tais papéis incluem a maior atenção e investimento das mulheres nas atividades familiares, sempre que elas existem, e o respeito pelas carreiras de parceiros do sexo masculino. É mais frequente as mulheres optarem pela mobilidade internacional em função das carreiras dos seus cônjuges, do que o contrário. Por outro lado, é mais comum que os homens possam levar suas companheiras consigo em estadias de longa duração (GREEN; CANNY, 2003 *apud* ARAÚJO; FONTES, 2013).

A importância da mobilidade internacional na carreira acadêmica é apontada como uma das explicações para o abandono da carreira por parte das mulheres, na fase do doutoramento, que coincide, muitas vezes, com outros projetos pessoais, tais como “a decisão de ser mãe” (ARAÚJO; FONTES, 2013) – a maternidade é percebida, consciente ou inconscientemente, como algo majoritariamente de responsabilidade feminina, em razão das expectativas sociais. Afora as próprias condições biológicas, tais como gestação, parto, amamentação e a maior parte das atribuições relacionadas aos cuidados com as crianças, alegações do prolongado confinamento da mulher ao espaço privado, como já citado por Lucila Scavone (2001).

Os estudos apresentados mostram que, se para os homens a família tende a ser um fator de estabilidade e de desenvolvimento da carreira, para as mulheres é um fator mais

desmotivador e impeditivo. As pesquisadoras casadas com companheiros do sexo masculino ou mães tendem a escolher estadias mais curtas e a serem condicionadas nas escolhas de locais mais próximos para participar de congressos, por exemplo. As mulheres têm maior dificuldade de prosseguir uma carreira linear, tal como acontece mais frequentemente com os homens.

Emília Araújo e Margarida Fontes (2013) ponderam que houve mudanças significativas nos comportamentos e atitudes masculinas em relação à valorização dos (as) filhos (as) e dos tempos familiares. Os motivos familiares são considerados muito importantes para a maior parte dos “não móveis” (79,6% das mulheres, ante 67,4% do homens). As autoras admitem que, mesmo que os homens atribuam importância a elementos de ordem familiar na tomada de suas decisões, é possível que eles não verbalizem ou reconheçam isso publicamente nos questionários, da mesma forma que as mulheres. Ainda assim, embora o percentual de respondentes que classificam esses fatores como “nada importantes” seja baixo, o valor é duas vezes superior no caso dos homens.

Ao admitir a influência da circulação de pessoas no potencial de desenvolvimento científico e inovação, as autoras defendem que as políticas de mobilidade levem em conta as diferenças de gênero e propõem medidas específicas. Dentre elas, a criação de mais condições para acolhimento de mulheres e famílias com filhos (as), ou de mulheres que deixam os (as) filhos (as) em seus países, tanto nas universidades de origem como nas universidades de destino (ARAÚJO; FONTES, 2013).

“Conciliar a maternidade com a carreira acadêmica é um dos maiores desafios que as mulheres enfrentam ao escolher o caminho da ciência”²⁴, revela reportagem publicada no dia 12 de setembro de 2017 pela *start-up* de jornalismo de dados Gênero e Número. As informações mostram que, apesar de responderem por 49% da produção científica brasileira, elas têm carreiras mais tardias e passam por dificuldades para alcançar postos mais avançados nos laboratórios.

A concentração das atividades de pesquisa no ambiente laboratorial é uma característica marcante da área das Ciências Biológicas, campo de atuação predominante na formação inicial do *Parent in Science* (o grupo era composto por seis pesquisadoras e um pesquisador). Nesta área, a participação feminina é predominante – o percentual de mulheres com bolsas de Produtividade de Pesquisa (PQ) ultrapassa 60% (CNPq, 2015). Em razão do caráter processual típico dos experimentos biológicos, a interrupção das atividades pode inviabilizar determinadas linhas de pesquisas, o que explica uma das reivindicações do

²⁴ Disponível em: <http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao- apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>. Acesso em: 29 set. 2018.

projeto: a concessão de bolsas para substituição das pesquisadoras durante a licença-maternidade.

Embora não se filie explicitamente a nenhuma corrente feminista, ao propor uma discussão política pautada nas questões de gênero no âmbito científico, o *Parent in Science* suscita à reflexão sobre as interseções entre o feminismo e as ciências. A causa do projeto expressa uma ambiguidade: por um lado, evoca a parentalidade, portanto, a responsabilidade compartilhada no cuidado com as crianças, como o próprio nome sugere; por outro, o movimento *Maternidade no Lattes*, dele derivado, textualiza a demarcação da maternidade como condição feminina – ainda que a ampliação da licença-paternidade, como forma de viabilizar a maior participação dos pais nos primeiros meses de vida da criança, e sua indicação no currículo também sejam defendidas.

Em um vídeo destacado na *homepage* do *Parent in Science*, a coordenadora Fernanda Staniscuaski usa o termo “dedicação exclusiva”, amplamente empregado para designar um regime de trabalho na carreira acadêmico-científica, para descrever a licença-maternidade. Neste caso, a dupla conotação pode ser lida como um indício de que o projeto e suas discussões sobre a maternidade na carreira acadêmico-científica tensionam um modelo de exclusividade na produção das ciências que ignora, entre outros aspectos, especificidades do corpo feminino.

Durante o período de licença, o que eu vi foi uma questão de dedicação exclusiva. Principalmente pela questão da amamentação, a gente precisa conversar sobre isso: a OMS recomenda seis meses de livre demanda e isso de fato é o que nos faz esta parte de dedicação exclusiva (*sic*) no início. Ficamos extremamente felizes, quando a gente fez o questionário, de ver que a grande maioria das pesquisadoras encararam a livre demanda por seis meses, de forma exclusiva. Então, esse período da licença, os seis meses que se seguem ao nascimento do nosso primeiro filho, é um período que a gente não tem como pensar e que a gente não deveria estar preocupada em pensar na carreira, na nossa vida profissional²⁵.

A necessidade da “dedicação exclusiva” durante o período de aleitamento, reivindicada por Fernanda Staniscuaski, pode ser uma das justificativas para a mencionada demarcação de uma condição feminina, o que acaba por enfatizar uma diferença biológica. Como já foi pontuado, a coordenadora do *Parent in Science* prefere colocar a maternidade em primeiro plano ao se apresentar, como “mãe, professora e pesquisadora” (STANISCUASKIRIBEIRO, 2018, p. 6), nesta ordem. Esta postura é condizente com a manifestação pública do período da licença-maternidade no Currículo Lattes, mas é preciso considerar que muitas mulheres podem não se sentir seguras para tanto, quando o mercado de trabalho e também a academia são hostis com as mães.

²⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=eTW8B2q2vTk. Acesso em: 16 set. 2018.

A breve exposição de controvérsias inerentes à crítica feminista e de aparentes contradições observadas na atuação do projeto *Parent in Science* revelam interpretações diversas sobre o tema da maternidade no âmbito da carreira científica, sem desconsiderar suas conexões com o amplo contexto social. Se a crítica feminista pode considerar o resgate da imagem da mãe que cuida dos filhos, associada ao espaço doméstico, como um retrocesso ao se retratar a mulher cientista, por outro lado, negar sua existência nos bastidores da carreira científica poderia subestimar um fator importante nas disparidades entre homens e mulheres nesse ambiente.

Este é justamente um dos problemas apontados por Sandra Harding (2019) para a teoria e a prática feministas. A autora afirma que o feminismo contemporâneo não endossa que as mulheres sejam tratadas da mesma maneira que os homens, mas que as diferenças sejam demarcadas. “Menstruação, penetração vaginal, práticas sexuais lésbicas, parto, aleitamento e menopausa são experiências sexuais que os homens não podem ter” (HARDING, 2019, p. 112). Desse modo, é preciso entender as implicações dessa configuração corpórea diversa sobre as relações sociais e a vida intelectual das mulheres. No entanto, é preciso considerar o risco de alimentar, assim, o determinismo biológico sexual.

Harding (2019) enumera instabilidades conceituais que aparecem ao examinarmos a crítica feminista à ciência e questiona se é mesmo possível “construir uma teoria feminista adequada” (HARDING, 2019, p. 98), que não seja totalizante, com conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais. Para a autora, a própria teorização é “perigosamente patriarcal” (*Ibdem*, p. 97), ao presumir a separação entre quem conhece e aquilo que é conhecido, entre pesquisador (a) e objeto de pesquisa, ao supor a possibilidade de uma “visão eficaz, exata e transcendente” (*Ibdem*).

Não há dúvida de que a crítica feminista das ciências naturais e sociais identificou e descreveu uma ciência mal conduzida – isto é, uma ciência distorcida pela visão masculina preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e interpretações dos resultados (HARDING, 2019, p. 101).

O perigo, alerta Harding, seria reproduzir a suposta associação patriarcal entre saber e poder, em prejuízo das mulheres cujas experiências ainda não foram inteiramente expressas na teoria feminista. “Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido, que não somente reproduzam, como uma imagem de espelho, as categorias e projetos que mistificam e distorcem os discursos dominantes?” (HARDING, 2019, p. 98), questiona.

A filósofa argentina María Lugones (2014) afirma que a crítica contemporânea ao universalismo feminista, feita por “mulheres de cor e do terceiro mundo” (LUGONES, 2014, p. 935), reivindica a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero, para além das

categorias da modernidade, que seguem uma organização homogênea, atômica e separável. A autora compreende o gênero e o sexo como imposições coloniais, ao desenvolver o conceito de “colonização de gênero”, em oposição às análises da opressão de gênero racializadas e capitalistas do feminismo ocidental.

Lugones (2014) analisa o papel da colonização na formação das noções de sexo e gênero em grupos indígenas e argumenta que a investigação das formas de resistência que esses povos desenvolveram é fundamental para refletir sobre possibilidades de desconstrução dos sistemas de opressão de mulheres em países pós-coloniais (HOLLANDA, 2019).

A possibilidade de superar a colonialidade é definida pela autora como “feminismo descolonial” (LUGONES, 2014, p. 941). Assim, a feminista descolonial deve perceber a diferença colonial e resistir, de forma enfática, ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Isso significa exigir, de si mesma, o abandono do encantamento com a mulher universal e aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial, postura que pode ser sintetizada na seguinte pergunta: “O que significa seu ‘nós’, mulher branca?” (LUGONES, 2014, p. 950). O movimento de leitura proposto vai contra a “análise sociocientífica objetificada” (*Ibidem*, p. 948) e visa, pelo contrário, a ênfase na subjetividade.

Tina Mattsson (2014) alerta para o risco de se defender e reproduzir estruturas sociais de opressão, mesmo ao fazer um trabalho com boas intenções. A autora define a interseccionalidade como a “[...] ambição analítica para explorar gênero, sexualidade, classe e raça como categorias complexas, entrelaçadas e mútuas de reforço da opressão e estruturas sociais”²⁶ (MATTSSON, 2014, p. 9, tradução da autora).

De acordo com Mattsson (2014), a interseccionalidade surge na teoria feminista a partir dos anos 1990, para capturar diferentes formas de opressão. “Um ponto principal para as feministas era a capacidade de apreender desigualdade e opressão dentro de grupos de mulheres, e não apenas entre homens e mulheres”²⁷ (MATTSSON, 2014, p. 10, tradução da autora). Assim, a perspectiva interseccional deve ser um meio de entender identidades individuais múltiplas, desigualdades sistêmicas interligadas no nível das estruturas sociais ou a multiplicidade dos discursos sociais, históricos e culturais. O objetivo central é compreender a complexidade das categorias e relações de poder.

Segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2019), o “reconhecimento da diferença” (HOLLANDA, 2019, p. 10) é o eixo da gramática feminista na virada do século XX para o XXI. Nancy Fraser (2019) descreve o processo de transição, nas décadas de 1960 e 1970, do

²⁶ No original: “Intersectionality might be explained as an analytical ambition to explore gender, sexuality, class, and race as complex, intertwined, and mutual reinforcing categories of oppression and social structures”.

²⁷ No original: “A main point for feminists was the ability to capture inequality and oppression within groups of women, and not only among women and men”.

feminismo da Segunda Onda, que expõe o forte androcentrismo capitalista, para o feminismo da Terceira Onda e sua luta por reconhecimento identitário, representação e participação.

A principal marca do feminismo da Segunda Onda é a crítica da sociedade capitalista, afinal, “a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado apagou a importância social do trabalho não assalariado de cuidado da família e do trabalho reprodutivo” (FRASER, 2019, p. 30), predominantemente executados por mulheres. Posteriormente, com a entrada em grande escala das mulheres nos mercados, o ideal do salário familiar, então monopolizado pelos homens, foi substituído pelo modelo familiar sustentado por duas pessoas assalariadas do capitalismo neoliberal.

[...] tal espírito inclui uma narrativa masculinista do indivíduo livre, desimpedido, automodelado [...]. E seus trabalhadores indispensáveis são desproporcionalmente mulheres, não apenas jovens mães solteiras, mas também mulheres casadas e mulheres com filhos; não só mulheres racializadas, mas virtualmente mulheres de todas as nacionalidades e etnias (FRASER, 2019, p. 38).

Para Nancy Fraser (2019), a crítica da Segunda Onda do feminismo ao salário familiar do capitalismo androcêntrico resultou em um “pós-vida” perverso, que acabou por intensificar a valorização do trabalho assalariado capitalista. Sob a nova narrativa do avanço feminino e de justiça de gênero, o capitalismo neoliberal esconde a queda dos níveis salariais, a diminuição da segurança no emprego, o declínio nos padrões de vida, o aumento das horas trabalhadas em troca de salários por família e a exacerbação da dupla jornada de trabalho, frequentemente tripla ou quádrupla, acompanhada do aumento de lares chefiados por mulheres.

Apesar de criticar o feminismo da Segunda Onda por ter favorecido essa contradição, Fraser pondera que o movimento foi precursor da alternativa interseccional, que inclui como pautas as lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes. A autora reconhece o papel decisivo das feministas da Segunda Onda para os ideais de igualdade de gênero tornarem-se populares e passarem a fazer parte do imaginário social: críticas sobre assédio sexual, tráfico de mulheres e desigualdade salarial, por exemplo, são princípios amplamente apoiados hoje, embora ainda precisem ser colocados em prática.

Diante das instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista, Sandra Harding (2019) propõe duas vias alternativas. A primeira seria a revisão assídua dos esquemas teóricos feministas, à medida que são descobertos androcentrismos nos conceitos e categorias utilizados – o que implicaria na falta de um esquema permanente de construção das explicações. A segunda via seria a aceitação desta característica como recurso de pensamento e prática. A autora defende que tais categorias devem, de fato, ser instáveis,

uma vez que a vida social, objeto de estudo das teorias feministas, “[...] está em fervilhante transformação” (p. 99).

2 IMAGINÁRIOS, TEXTUALIDADES E AFETOS

Pesquisa publicada na edição de novembro/dezembro de 2018 da revista *Child Development*²⁸, a partir de 78 estudos que reúnem mais de 20 mil desenhos feitos por crianças e adolescentes em idade escolar nos Estados Unidos, nas últimas cinco décadas, revela que, cada vez mais, mulheres são desenhadas para representar cientistas. Enquanto nos anos 1960 e 1970 menos de 1% retratavam cientistas como mulheres, em 2016 este percentual atingiu 34%. Considerados apenas os desenhos feitos por meninas, o índice foi semelhante nas duas primeiras décadas (1%); na última década, ultrapassou 50%.

Os resultados apontam que as representações de cientistas por crianças tornaram-se mais diversificadas ao longo do tempo, embora as crianças ainda associem a ciência aos homens à medida que crescem – isso pode indicar que elas ainda observam mais homens do que mulheres cientistas em seus ambientes, segundo a análise. No entanto, estereótipos que ligam a ciência aos homens enfraqueceram à medida que a participação das mulheres nas ciências aumentou nos Estados Unidos – de 1960 a 2013, a porcentagem de mulheres que ocupavam cargos científicos subiu de 28% para 49% nas Ciências Biológicas, de 8% para 35% em Química e de 3% para 11% em Física e Astronomia. Ademais, os *mass media* passaram a retratar mais mulheres cientistas, conclui a pesquisa.

Ainda assim, um estudo realizado em 2017 pela Fundação Nacional da Ciência (NSF) dos EUA²⁹, com a participação de 50 mil cientistas de 428 instituições de pesquisa norte-americanas, logo após a conclusão do doutorado, revela que as mulheres ganham 20% a menos do que os homens. Para pesquisadores que obtiveram o título de doutor e já tinham um emprego, o salário médio anual foi de US\$ 88 mil. Já para as doutoras, o valor era de US\$ 70 mil.

A explicação apontada para a disparidade é a maior presença de homens nos campos que pagam os maiores salários, como Matemática e Ciência da Computação – onde a proporção masculina chega aos 75%. Doutores nessas áreas costumam ganhar US\$ 113 mil por ano, ao passo que as doutoras recebem US\$ 99 mil. Em áreas menos valorizadas, como as Ciências Sociais, os salários são mais equilibrados (homens ganham em média US\$ 66 mil e as mulheres US\$ 62 mil). Uma das medidas apontadas para reduzir tais disparidades é incentivar garotas em idade escolar a se interessarem pelas carreiras nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM, na sigla em inglês).

²⁸ Disponível em: <https://www.sciencemag.org/news/2018/03/what-does-scientist-look-children-are-drawing-women-more-ever?fbclid=IwAR3Igl2g3ISkWZ-yhtTRx449b6Ac-4L76ssNPsQzeHq9iVZFPiaLIRUiMbo>. Acesso em: 13 abr. 2019.

²⁹ Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-019-00220-y?fbclid=IwAR3tti31QVrl2vRoV0NwueCXGWyqQ-qhQc5ZtMMwnpcaZbdUrvkEvgAEQAI>. Acesso em: 22 jun. 2019.

No Brasil, ao longo da última década, a proporção de brasileiras entre perfis de autoria identificada por gênero em atividades de pesquisa aumentou em todas as áreas. Entre 2011 e 2015, a proporção foi equilibrada: as mulheres correspondiam a 49% e os homens representavam 51%. Os dados indicaram um aumento de 11%, na comparação com resultados da pesquisa anterior (INFANGER; CORREA LIMA, 2019).

No entanto, “as imagens e narrativas dominantes sobre a atividade científica e sobre a figura dos/das cientistas continuam sendo associadas principalmente ao universo masculino” (CASTELFRANCHI; VILELA *et al.*, 2016, p. 79). Com base em diversos estudos nacionais e internacionais, aponta-se que carreiras científicas e tecnológicas são aconselhadas de forma menos frequente para meninas; e jovens mulheres tendem a não se ver como possíveis futuras cientistas.

Para Gonzalo Abril (2014), “[...] os imaginários sociais são também territórios de luta pelo controle do sentido, pelo uso social e político dos símbolos”³⁰ (ABRIL, 2014, p. 68, tradução da autora). As imagens são compreendidas não somente como códigos gráficos, mas como representações dotadas de sentido estético, ético e político, portanto, componentes de um *imaginário*. Reconhecidas a partir de redes imagéticas, elas não estão isoladas, mas associadas, de forma mais ampla, a imaginários sociais, históricos, entendidos como matrizes da produção e da reprodução de imagens, por conseguinte, como formações ou matrizes culturais (ABRIL, 2010).

Vemos através dos olhos de nossa cultura (e com esta metáfora representamos a cultura como um conjunto de modos de olhar possíveis, que necessariamente contém seus ‘pontos cegos’ também nossas experiências de leitores de textos visuais [...]. Isso supõe que ao olhar e fazer olhar selecionamos, de modo consciente ou não, *lugares de enunciação* construídos e atribuídos como posições sociais (ABRIL, 2014, p. 63, tradução da autora)³¹.

Considerando tais imaginários como textos visuais, eles só podem ser materializados “[...] em seu processo interpretativo, na experiência de sua leitura e de suas condições socioculturais” (ABRIL, 2014, p. 46)³².

O gesto de olhar para estes textos, que o autor define como *mirada* – “[...] a visão modalizada por um querer ver (uma mirada ‘segundo o desejo, como dizem os psicanalistas),

³⁰ No original: “[...] los imaginarios sociales son también territorios de pugna por el control del sentido, por el uso social y político de los símbolos”.

³¹ “Vemos a través de los ojos de nuestra cultura (y con esta metáfora representamos la cultura como un conjunto de modos de mirar posibles, que necesariamente contiene sus <<puntos ciegos>> y también de nuestra experiencia de lectores de textos visuales [...]. Ello supone que al mirar y hacer mirar seleccionamos, de modo consciente o no, *lugares de enunciación* construídos y asignados como posiciones sociales [...]”.

³² No original: “[...] para nosotros el texto es sólo objetivable em su proceso interpretativo, en la experiencia de su lectura y de sus condiciones socioculturales”.

ou um querer saber/poder através da visão”³³ (ABRIL, 2007, p. 8) –, não é exterior, mas está neles contido. A mirada pressupõe a existência de um (a) espectador (a), de um lugar de observação, que pode ser privilegiado e, nesse sentido, significar uma forma de poder, que recebe determinações particulares em cada contexto sociocultural.

A mirada vigilante, ou cautelosa, ou cortesmente desatenta, o jogo de interação entre essas e outras formas de olhar nos contextos cotidianos, são uma parte fundamental da cultura contemporânea, e através delas se modulam as estruturas da reciprocidade, do reconhecimento mútuo, da hierarquia e da luta por espaço e domínio (Abril, 2007, p. 8).³⁴

Abril (2014) afirma ser impossível separar aquilo que se vê daquilo que se sabe. A ordenação do visível, com o universo simbólico da imagem, qual seja, com imagens estruturadas conforme imagens culturais, dá-se, então, pela mirada.

Além desta, o autor propõe a existência de outras duas dimensões do texto e da cultura visual: a visualidade e a imagem. Interdependentes, cada uma dessas dimensões torna possível a relação e a realização mútuas: o exercício de ver (ou não ver), imaginar e olhar (*mirar*) constitui uma relação de mediação. Assim, ilustra o autor, uma experiência visual só pode ser ativada como determinada imagem por meio das disposições concretas da mirada.

Abril (2014) enfatiza que a imagem sobre a qual teoriza não é, necessariamente, visual, uma vez que, nem sempre, o que se chama de imagem nos textos visuais é propriamente visível: “[...] em certo sentido filosófico, tudo é imagem”³⁵ (ABRIL, 2014, p. 65). Assim, “[...] as imagens visuais não se esgotam no visível, mas sempre existe nelas traços do invisível, marcas do visível reprimido, ou pressuposto, ou postergado”³⁶ (ABRIL, 2014, p. 53). Não sendo propriamente visíveis, certos fenômenos têm efeitos no sentido do que se vê, afirma o autor.

A visualidade, por sua vez, para além do mero sentido de visão como atividade sensorial e perceptiva, não remete apenas à informação e aos dados visuais, mas a tramas visuais. Como explica Abril, associamos o que vemos a supostas experiências de similitudes. A visibilidade abrange o que se define como *visão socializada*: “[...] a relação visual entre o sujeito e o mundo está mediada por um conjunto de discursos, de redes significantes, de

³³ No original: “La mirada, que es visión modalizada por un querer ver (una mirada “según el deseo”, que dicen los psicoanalistas), o un querer saber/poder a través de la visión”.

³⁴ No original: “La mirada vigilante, o cautelosa, o cortesmente desatenta, el juego de interacción entre esas y otras formas de mirar en los contextos cotidianos, son una parte fundamental de la cultura contemporánea y a través de ellas se modulan las estructuras de la reciprocidad, del reconocimiento mutuo, de la jerarquía y de la lucha por el espacio y el dominio”.

³⁵ No original: “[...] em certo sentido filosófico, *todo* es imagen”

³⁶ No original: “[...] las imágenes visuales no se agotan en lo visible, sino que hay en ellas siempre trazos de lo invisible, marcas de lo visible reprimido, o presupuesto, o postergado”.

interesses, desejos e relações sociais”³⁷ (WALKER; CHAPLIN, 2002 *apud* ABRIL, 2014, p. 48). Os dois autores são retomados, mais adiante, para reafirmar: não existem olhos que vejam imagens visuais sem relação com o conjunto dos conhecimentos e da memória de cada pessoa.

Os imaginários sustentam, portanto, ordens políticas que se expressam por meio de determinado *regime de visão*: “[...] tanto de uma administração da visibilidade e da invisibilidade quanto da aplicação de procedimentos específicos de *tornar visível* (portanto, do não tornar visível e do tornar visível) e de seu controle, e da administração da mirada aceitável ou legítima”³⁸ (ABRIL, 2010, p. 21).

O autor afirma que, por muito tempo, os imaginários dos meios de comunicação de massa foram ingredientes e agentes da experiência cotidiana, mas passam, agora, por um suposto declive histórico. Neste contexto, Abril (2010) defende que a leitura das relações sociais não se restrinja a uma teoria midiacêntrica, ao que propõe uma teoria dos intermeios:

[...] quero sublinhar que as relações entre modos de visão e conformações do espaço público político não devem ser examinadas restritivamente somente a partir de textos e práticas midiáticas. Frente à habitual perspectiva “midiacêntrica” que quer achar a fonte das realidades, as interações e os comportamentos públicos nos meios informativos impressos, o cinema, a televisão, o rádio, e hoje em dia, também os meios digitais interativos, é sempre conveniente a análise dos intermeios, do *entre*: entre meios, por uma parte, e por outra entre os media, as instituições, as práticas de interação e intercâmbio nos distintos âmbitos da vida social (ABRIL, 2010, p. 23. Grifo do autor)³⁹.

Para Abril (2014), na medida em que nossa experiência contemporânea está submetida à da cultura de massas, muitos de nossos modelos ou padrões são conformados por ela. Disso resultam imagens típicas de categorias compartilhadas na forma do estereótipo, que o autor define como uma imagem simplificadora e degradante de alguém. Tais imagens resultam, em geral, da mirada de quem detém o poder sobre as pessoas subalternas, a exemplo do poder da mirada masculina dominante sobre o corpo feminino, ilustrado pela obra *Draughtsman making a perspective drawing of a reclining woman*, do artista alemão Albrecht Dürer, datada de 1600: “[...] ela é o objeto desta mirada, a que se entrega a seu poder técnico,

³⁷ No original: “[...] la relación visual entre el sujeto y el mundo está mediada por un conjunto de discursos, de redes significantes, de intereses, deseos y relaciones sociales”.

³⁸ No original: “[...] tanto de una determinada administración de la visibilidad y la invisibilidad cuanto de la aplicación de procedimientos específicos del *hacer visible* (y por ende, del *no hacer visible* y del *hacer invisible*) y de su control, y de la administración de la mirada aceptable o legítima”.

³⁹ No original: “[...] quiero subrayar que las relaciones entre modos de visión y conformaciones del espacio público-político no se deben examinar restrictivamente sólo a partir de textos y prácticas mediáticas. Frente a la habitual perspectiva “mediocéntrica” que quiere hallar la fuente de las realidades, las interacciones y los comportamientos públicos *en* los medios informativos impresos, el cine, la televisión, la radio u, hoy em día, también en los medios digitales interactivos, es siempre conveniente el análisis de lo intermedio, del *entre*: entre médios, por una parte, y por otra entre los media, las instituciones, las prácticas de interacción e intercambio en distintos âmbitos de la vida social”.

cognitivo, normativo e estético, embora como o gravado nos permite inferir, não o faz sem resistência”⁴⁰ (ABRIL, 2014, p. 62).

Figura 4 – *Draughtsman making a perspective drawing of a reclining woman* (Albrecht Dürer, 1600)



Disponível em: <http://library.bc.edu/venetianart/items/show/1469>. Acesso em: 20 jan. 2020

A feminista pós-colonialista indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) apresenta perspectiva semelhante no aspecto da resistência. No artigo *Pode o subalterno falar?*, a autora critica a pretensão, por parte da classe intelectual-, de representar grupos subalternos, ao adotarem uma posição de suposta transparência. A autora começa por questionar o próprio conceito de *representação*.

Dois sentidos do termo “representação” são agrupados: a representação como “falar por”, como ocorre na política, e representação como “representação”, como aparece na arte ou na filosofia. Como a teoria é também apenas uma “ação”, o teórico não representa (fala por) o grupo oprimido (SPIVAK, 2010, p. 31-32).

Para Spivak (2010), se o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, no contexto da produção colonial, a condição subalterna feminina é ainda mais crítica: “o sujeito da exploração não pode conhecer nem falar o texto da exploração feminina, mesmo se for assegurado à mulher – de forma absurda pelo intelectual que não pode representá-la – um espaço no qual ela possa falar” (SPIVAK, 2010, p. 70).

Ao mesmo tempo em que reconhece, como Foucault, que “[...] tornar visível o que não é visto pode também significar uma mudança de nível” (FOUCAULT *apud* SPIVAK, 2010, p. 61), como resultado do esforço do intelectual representante, a autora afirma que o deslize consiste em considerar que tornar visível seria equivalente a “tornar o indivíduo vocal” (*Ibdem*), ou seja, dar-lhe voz.

Tal reflexão é sintetizada por Heloisa Buarque de Hollanda (2019) no conceito de *lugar de fala*, “[...] segundo o qual se defende que a pessoa que sofre preconceito fale por si, como protagonista da própria luta e movimento, pleiteando o fim da mediação e, conseqüentemente, da representação” (HOLLANDA, 2019, p. 14).

⁴⁰ No original: “[...] ella es el objeto de esa mirada, la que se entrega a su poder técnico, cognitivo, normativo y estético, aunque como el grabado nos permite inferir, no lo hace sin resistencia”.

Retomando o movimento da mirada, sugerido por Gonzalo Abril (2014), propomos uma aproximação ao que Paul Ricoeur (1989) apresenta como um novo conceito de interpretação. Para o pensador francês, a interpretação de um texto tem caráter de apropriação, na medida em que “[...] completa-se na interpretação de si dum sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou que começa mesmo a compreender-se” (RICOEUR, 1989, p. 155). Assim, quem lê está em busca do sentido da sua própria vida.

Ricoeur (1989) atribui à leitura o papel de forçar “[...] o movimento do texto para a significação” (RICOEUR, 1989, p. 155): Ao partir do caráter aberto do texto, este, “[...] enquanto escrita, espera e faz apelo a uma leitura; se a leitura é possível, é exatamente porque o texto não está fechado em si mesmo, mas aberto a outra coisa; ler é, em qualquer hipótese, encadear um discurso novo no discurso do texto” (*Ibidem*). Entendemos, aqui, que o texto não se resume à escrita, mas se amplia para a dupla possibilidade de leitura sinalizada pelo próprio filósofo:

Podemos, enquanto leitor, permanecer na expectativa do texto, tratá-lo como texto sem mundo e sem autor; explicamo-lo, então, pelas suas relações internas, pela sua estrutura. Ou, então, podemos levantar o suspense do texto, consumir o texto em falas, restituindo-o à comunicação viva; nesse caso, interpretamo-lo (RICOEUR, 1989, p. 149).

Tal movimento, proposto por Ricoeur, encontra paralelo na compreensão do texto enquanto rede textual, como ilustra Bruno Leal (2018), a partir da metáfora formulada por Gonzalo Abril (2007).

[...] sendo “rede” (ou entramado, arquipélago, tecido, etc), as conexões que o compõem remetem simultaneamente a um fora e um dentro, ou seja, às suas articulações “internas”, sintáticas e/ou paradigmáticas, e “externas”, com a história, as ideologias, os interlocutores (potenciais e concretos) (LEAL, 2018, p. 25),

Segundo Leal (2018), a ideia da rede extrapola uma *visada* “presentista” dos processos comunicacionais, que costuma simplificar as complexas relações que perpassam e instituem textos e textualidades, ao reduzir o texto ao presente de uma situação comunicativa e ao supor que o “todo” textual está delineado por sua imanência. Pelo contrário, o que se propõe é que o texto seja inserido numa dinâmica temporal que o conecte com experiências do passado e expectativas de futuro.

Nesse sentido, o texto é um “processo em curso”, que articula elementos diversos, em vários níveis: “[...] todo e cada texto é necessariamente ‘híbrido’, ‘intertextual’, ‘dialogico’, ‘impuro’ e ‘heterogêneo’, ainda que nem sempre polifônico, a depender do nível que se

observa e da definição de polifonia mobilizada” (LEAL, 2018, p. 26). Assim, a imagem da rede expõe “[...] nós, linhas visíveis e espaços aparentemente (só aparentemente) vazios” (*Ibidem*) que revelam o caráter múltiplo e provisório da textualidade e dos processos comunicacionais.

Tomando o texto como uma emergência, o modo como quem lê se integra a esse processo define como o texto vai ser experienciado e apreendido, o que se constitui em um desafio para a pesquisa. Diante da expansão da noção de texto, as textualidades e os afetos, bem como as materialidades, presenças e demais relações de sentido, não podem ser dissociados. As experiências comunicativas ganham sentido no compartilhamento de sensações e sentimentos (LEAL, 2018).

Algo como a jornada à procura da significação de si, descrita por Ricoeur (1989), que também encontra paralelo na reflexão do filósofo Cornelius Castoriadis (2000) sobre as significações imaginárias sociais. As significações “são aquilo, mediante e a partir do que os indivíduos são formados como indivíduos sociais” (CASTORIADIS, 2000, p. 411). É por meio das significações imaginárias que as visões subjetivas tornam-se possíveis, afinal, “[...] não pode haver sentido para um sujeito, se não há, efetivamente, sentido para ninguém, significação social e instituição desta significação” (CASTORIADIS, 2000, p. 412).

Com base na teoria da interpretação dos sonhos, elaborada por Sigmund Freud, Castoriadis coloca em questão o potencial do movimento interpretativo em restituir a lógica e a ordem das representações do inconsciente e determinar seu sentido. Tal gesto seria uma “[...] ‘resposta’ à exigência de significação colocada pelo social-histórico, resposta que deve também propiciar a possibilidade e a efetividade do sentido para os indivíduos sociais que ela [a significação] institui e fabrica” (CASTORIADIS, 2000, p. 330).

Para o filósofo, a significação remete a representações suscitadas pelo imaginário, cuja função é “[...] preencher, fechar, cobrir, o que é necessariamente abertura, clivagem, insuficiência do sujeito” (CASTORIADIS, 2000, p. 331). Ao mesmo tempo, o intelectual esclarece que o mundo das significações não pode ser reduzido às representações individuais, ou meramente àquilo que cada pessoa pensa.

Há um conjunto de significações imaginárias sociais que Castoriadis define como centrais, a exemplo da família, das leis, do Estado, e até mesmo de Deus, que não têm referente na realidade: elas são sua própria referência e “[...] instituem um modo de ser das coisas e dos indivíduos como referidos a elas” (CASTORIADIS, 2000, p. 409). Tais significações, que instituem determinada sociedade e as diferencia das outras, estão em permanente processo de transformação, assim como as atividades, os valores, as pessoas e os objetos sociais desta sociedade.

No âmbito da presente pesquisa, considera-se que a ciência – ou as ciências, no plural, como preferimos enfatizar – pertence a esta categoria de significações imaginárias sociais centrais. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (1988), a ciência manteve sua

posição de centralidade, até a contemporaneidade, sustentada pela própria explicação científica dos fenômenos. “A consagração da ciência moderna nestes últimos quatrocentos anos naturalizou a explicação do real, a ponto de não o podermos conceber senão nos termos por ela propostos” (SANTOS, 1988, p. 68).

Segundo o cientista social, o paradigma científico da ciência moderna foi fundado em determinadas características, como a luta contra todas as formas de dogmatismo e de autoridade, uma vez que o “[...] conhecimento objetivo, fatural e rigoroso não tolerava a interferência dos valores humanos ou religiosos” (SANTOS, 1988, p. 66). Esta concepção é marcada pela forte distinção entre natureza e humanidade e pelo rompimento do conhecimento científico com o senso comum. Tal modelo de racionalidade constituiu-se a partir da Revolução Científica do século XVI e se desenvolveu, nos séculos seguintes, com o predomínio das ciências naturais, dentre as quais a matemática ocupava posição privilegiada.

A matemática fornece à ciência moderna não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação. Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas consequências principais. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações entre o que se separou” (SANTOS, 1988, p. 50).

Consideradas um modelo de conhecimento com validade universal, as ciências naturais passaram a influenciar, também, os estudos dos fenômenos sociais, na tentativa das ciências sociais de adquirir o mesmo *status* de cientificidade. No entanto, como observa o autor, uma das diferenças marcantes entre as ciências sociais e as naturais é a subjetividade. Os fenômenos sociais, historicamente condicionados e culturalmente determinados, devem ser compreendidos a partir do sentido que os (as) agentes conferem às suas ações: “[...] os seres humanos modificam o seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire” (SANTOS, 1988, p. 53). Para tanto, são necessários métodos de investigação diferentes dos empregados nas ciências naturais, métodos qualitativos como alternativa aos quantitativos, “[...] com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético” (SANTOS, 1988, p. 53).

Há, entretanto, uma contradição na delimitação estabelecida entre o estudo da humanidade e o estudo da natureza, que acaba por reforçar a prioridade cognitiva das ciências naturais. “Se por um lado, se recusam os condicionantes biológicos do

comportamento humano, pelo outro usam-se argumentos biológicos para fixar a especificidade do ser humano” (SANTOS, 1988, p. 54).

Santos (1988) aponta para uma crise de legitimidade da ciência moderna, com o fim do ciclo de hegemonia das ciências naturais na ordem científica. O intelectual coloca em questão o rigor científico, ao afirmar que a requerida objetividade não implica na neutralidade do conhecimento e que este é socialmente construído. Ele atribui, então, nova centralidade às ciências sociais antipositivistas, e defende que a ciência se reconcilie com o senso comum, para transformar-se num senso comum renovado e mais esclarecido.

A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer nossa relação com o mundo. [...] A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida (SANTOS, 1988, p. 70).

O paradigma emergente da ciência pós-moderna passa pelo fim da distinção entre ciências naturais e ciências sociais, que dá lugar a uma aproximação, mais do que isso, a uma síntese entre elas – “[...] um movimento de vocação transdisciplinar” (SANTOS, 1988, p. 56), com a tendência de revalorização dos estudos humanísticos, que passa pela recusa de qualquer forma de positivismo lógico ou empírico. Assim, a distinção hierárquica entre conhecimento científico e conhecimento vulgar tende a desaparecer e “[...] a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática” (SANTOS, 1988, p.48).

Nesta nova abordagem, todo o conhecimento científico é autoconhecimento. “A ciência não descobre, cria, e o ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente antes que conheça o que com ele se conhece do real” (SANTOS, 1988, p. 67). Dentro do novo paradigma, o mundo, hoje dividido entre natural ou social, “[...] amanhã será ambos, visto como um texto, como um jogo, como um palco ou ainda como autobiografia” (SANTOS, 1988, p. 63). Seguindo a analogia do mundo como um texto, como sugere Santos, há uma convergência entre sentidos e constelações de sentido. “Não se trata de um amálgama de sentido (que não seria sentido mas ruído), mas antes de interações e de intertextualidades organizadas em torno de projetos de conhecimento indiviso” (SANTOS, 1988, p. 64).

Podemos comparar a figura do amálgama, desenhada por Santos (1987), aqui entendida como um “[...] conjunto formado por elementos diferentes ou heterogêneos” (HOUAISS, 2010, p. 39), a um modo de organização tal qual o *magma*, descrito por Castoriadis:

Um magma é aquilo de onde se podem extrair (ou, em que se podem construir) organizações conjuntistas em número indefinido, mas que não pode jamais ser reconstituído (idealmente) por composição conjuntista (finita ou infinita destas organizações). [...] tudo o que pode efetivamente ser dado – representação, natureza, significação – é segundo o modo de ser do magma; [...] a instituição social-histórica do mundo, das coisas e dos indivíduos [...] é sempre também instituição da lógica identitária e portanto imposição de uma organização conjuntista [...]; mas que também ela nunca é e nunca pode ser somente isso – que ela é sempre também, e necessariamente, instituição de um magma de significações imaginárias sociais (CASTORIADIS, 2000, p. 388-390).

A representação, adverte Castoriadis, é, na verdade, “inanalizável” (2000, p. 318), pois o que nela existe “[...] remete ao que não existe ou o solicita” (*Ibidem*, p. 319). Assim, é um equívoco separar a representação, seja ela consciente ou inconsciente, do afeto. O “[...] magma de significações imaginárias sociais” descrito pelo filósofo, ou seja, este “[...] mundo de significações” (*Ibidem*, p. 404. Grifo do autor), é indissociável, simultaneamente, das individualidades que ele mesmo constitui. Afinal, as significações imaginárias sociais “[...] fazem com que os ‘sujeitos’ existam como sujeitos e como estes sujeitos” (*Ibidem*, p. 409. Grifo do autor).

Nesta tentativa de organização do mundo, o filósofo alerta para o risco da universalização ou da unificação ingênua” (CASTORIADIS, 2000, p. 386) afinal, “[...] toda organização que instauramos/descobrimos mostra-se, cedo ou tarde, parcial, lacunar, fragmentária, insuficiente – e mesmo, o que é mais importante, intrinsecamente deficiente, problemática e finalmente incoerente” (*Ibidem*, p. 315). O sentido, diz, “[...] não se encontra ‘na natureza’ dos elementos organizados, mas no *modo de organização*” (*Ibidem*, p. 330), uma vez que tal movimento é repleto de significância para quem o conduz.

De modo semelhante, Boaventura de Sousa Santos (1988) afirma que “[...] a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que dividimos para observar e medir” (SANTOS, 1988, p. 55). Assim, no ato da observação, o (a) cientista social não pode libertar-se dos valores que informam a sua prática, inclusive a de cientista.

Depois da euforia cientista do século XIX e da conseqüente aversão à reflexão filosófica, bem simbolizada pelo positivismo, chegamos a finais do século XX possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios” (SANTOS, 1988, p. 57).

Se os imaginários construídos em torno da ciência moderna eram associados à hegemonia das ciências naturais, ditas exatas, ainda hoje sob domínio de cientistas do sexo masculino, como já explicitado, a emergência da ciência pós-moderna, anunciada por Boaventura de Sousa Santos (1988), deve passar, também, pela transformação do imaginário social que envolve a profissão de cientista.

Como observa Londa Schiebinger (2001), valores e modos de conhecer caracterizados, equivocadamente, como estritamente femininos, a exemplo da subjetividade, do sentimento e do cuidado, foram desvalorizados e excluídos da ciência desde a Revolução Científica do século XVI, marco da ciência moderna.

2.1 A via dos afetos

Na década final do século XX, ganhou força, nos Estados Unidos, uma corrente teórica que deu origem à chamada “virada afetiva” (CLOUGH, 2007) nas ciências humanas e nas sociais. Nesta perspectiva, os afetos são entendidos não apenas como sentimentos positivos. “Eles podem ser experimentados como um prazer e um choque, como uma pausa vazia ou uma ressaca arrastada, como uma sensibilidade que se encaixa ou uma profunda desorientação. Eles podem ser engraçados, perturbadores ou traumáticos” (STEWART, 2007, p. 1-2).⁴¹

Como descrevem Carlos Mendonça *et al.* (2019), os afetos se opõem aos dualismos da ciência cartesiana, que separa humanidade e natureza, corpo e alma, razão e emoção. Em oposição ao racionalismo científico, que atribui um gesto investigativo parcial e neutro a quem pesquisa, supostamente à parte de qualquer subjetividade ou experiência sensível, a virada afetiva valoriza o corpo e a tomada de consciência da sensibilidade: “[...] o/a próprio/a pesquisador/a precisa estar ciente de seu papel corpóreo – o que implica sua ação ininterrupta e como ela afeta o ambiente de sua pesquisa, ao mesmo tempo em que também é afetado por ele – e compreenda que não há mais lugar para almejar uma assepsia científica” (MENDONÇA *et al.*, 2019, p. 43).

Ademais, a relação entre sujeito e objeto dá lugar à relação entre sujeitos – pesquisador (a) e pesquisado (a). Mais do que um evento passível de observação, o fenômeno de pesquisa passa a ser considerado, também, como produtor de textos. “Ao ser pensado, o fenômeno não é um bloco de dados quantitativos que se apresenta como um oposto ao pensante e, portanto, deva ser fragmentado para ser decifrado” (MENDONÇA *et al.* 2019, p. 43).

É o que Sônia Pessoa (2015) define como *corpus sensível*, que desperta em quem pesquisa emoções e afetos passíveis de influenciar seu gesto epistemológico, de modo que tanto pesquisados (as) quanto pesquisadores (as), estejam na posição central da investigação. Como resultado dessa negociação, propõe-se, então, a escrita afetiva. Tal gesto implica, no processo de “tessitura do texto” (MENDONÇA *et al.*, 2019), a classificação

⁴¹ No original: “They can be experienced as a pleasure and a shock, as an empty pause or a dragging undertow, as a sensibility that snaps into place or a profound disorientation. They can be funny, perturbing, or traumatic”.

de afetos que, *a priori*, não contribuem para a pesquisa, simultaneamente à abertura para afetações inicialmente consideradas secundárias, mas com potencial de modificar visões analíticas, quando reavaliadas.

Trata-se de um duplo movimento, de não se fechar hermeticamente em um ambiente e, ao mesmo tempo, tangenciar limites sobre o que é pesquisado. “Aquilo que o sujeito percebe de forma individual tem implicações sociais maiores do que um microuniverso fechado em si mesmo e deve ser considerado no momento da análise e da escrita da pesquisa” (MENDONÇA *et al.*, 2019). Desta forma, evita-se que parte do que é fundamental para a compreensão do evento escape a quem pesquisa, na tentativa de fazer um exame com distanciamento objetivo e de congelar o momento em categorias analíticas (MORICEAU; MENDONÇA; 2016).

Para Sônia Pessoa *et al.* (2019), “[...] os afetos não podem ser codificados, definidos, delimitados ou congelados em uma escrita impessoal ou indiferente” (PESSOA *et al.*, 2019). A perspectiva dos afetos enseja novas formas de escrita e leitura e novas abordagens para os objetos/fenômenos pesquisados. Isso implica no reconhecimento e na gestão das emoções por parte de quem pesquisa, bem como no movimento de ora afastar-se de seu *corpus* de análise, para depois se reposicionar diante dele.

O caminho dos afetos é apresentado como alternativa viável de análise dos fenômenos comunicacionais, no campo das textualidades midiáticas, especialmente nas situações que tensionam o desenvolvimento da pesquisa, por envolver questões que sensibilizam o (a) pesquisador (a).

Para algumas correntes de pensamento, o envolvimento pessoal com um fenômeno contamina as observações que um observador poderia fazer do mesmo, enquanto outras abordagens enfatizam o conhecimento adquirido através da vivência como uma fonte inestimável de informações que poderiam passar despercebidas para um investigador supostamente indiferente (PESSOA *et al.*, 2019).

As autoras resgatam, ainda, a tradição das “pesquisas emancipatórias” (HENDERSON, 1995 *apud* PESSOA *et al.*, 2019), na qual a transformação social é um dos objetivos do trabalho científico, que não pode ser isolado do contexto histórico e sociocultural em que é desenvolvido. A ideia de uma ciência isenta é substituída pela convicção ética de que a produção de conhecimento pode (e deve), também, afetar a sociedade.

Alphonso Lingis (*apud* MORICEAU, 2019), que se junta a Patricia Clough (2007) e Kathleen Stewart (2007) na proposta de uma virada aos afetos, afirma que a responsabilidade do (a) pesquisador (a) vai além do que se costuma denominar “ética da pesquisa”. Sua capacidade de afetar e ser afetado (a) implica na posição de uma comunicação ética, na qual a experiência incorporada pelo (a) pesquisador (a) seja

compreendida como aprendizado, e não mera produção do conhecimento. Lingis sugere uma postura sustentada em três relações éticas: com a diferença, com o (a) leitor (a) e entre campo estudado e leitor (a).

A ética da relação com a diferença requer pensar sobre como afetamos o que está sendo estudado, ao mesmo tempo em que nos afetamos – inclusive em nossa legitimidade como pesquisadores (as), ao repensarmos nossas certezas –, e sobre os efeitos de nossa escrita. É preciso tomar cuidado para não “[...] tomar posse de um lugar de fala e fingir saber em nome de outros” (LINGIS *apud* MORICEAU, 2019, p. 45).

Na ética da relação entre campo estudado e leitor (a), quem pesquisado coloca-se numa posição de mediação.

Como mídia, é ele quem coloca em contato, quem transmite, quem torna o relacionamento possível, mas quem pode obstruir ou distorcer. A circulação do encontrado para o leitor é mediada, filtrada, em perigo de ser interrompida pelo autor (que não é transparente). O pesquisador tem uma responsabilidade ética por essa comunicação. Não é uma questão de explicar ou traduzir, ou mesmo imitar o afeto, mas de tentar recriá-lo (LINGIS *apud* MORICEAU, 2019, p. 45).

Por sua vez, na ética com o (a) leitor (a), o relacionamento estabelecido não deve ser o de quem sabe para quem ainda não sabe, mas pressupõe a igualdade de inteligências e o desejo de transmitir o aprendizado, de compartilhar uma experiência de vida: “[...] não é explicá-la, não apenas descrevê-la, é recriar os afetos, as deformações, os poderes que forcem a pensar” (LINGIS *apud* MORICEAU, 2019, p. 47).

Trata-se de um esforço em transmitir os aprendizados adquiridos no encontro com o (a) *outro* (a). A escrita deve ser cuidadosa em recriar a participação de todas as partes envolvidas na pesquisa, de tal forma que quem lê também tenha espaço para criar novos afetos.

Para a historiadora feminista Joan Scott (1998), escrever é comunicar o conhecimento adquirido por meio da experiência, que a autora descreve com a metáfora da visibilidade. “O conhecimento é adquirido através da visão; a visão é uma apreensão direta de um mundo de objetos transparentes. Nesta conceitualização o visível é privilegiado; escrever é, portanto, colocado a seu serviço. Olhar é a origem do saber” (SCOTT, 1998, p. 300).

Scott (1998) afirma que a experiência foi introduzida na escrita histórica “[...] no bojo da crítica ao empirismo” (*Ibidem*, p. 305), para corrigir aquilo que foi negligenciado por uma visão incorreta ou incompleta, que reivindica legitimidade sobre a autoridade da “[...] experiência direta de outros, bem como a do historiador, que aprende a observar e iluminar a vida desses outros em seus textos” (*Ibidem*, p. 300).

A autora defende que a própria experiência também seja historicizada, assim como as identidades que ela produz. “Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o conhecimento que é apresentado” (SCOTT, 1998, p. 304). Assim, a posição de quem pesquisa em relação ao conhecimento que produz torna-se relevante.

[...] não se questiona se é importante para a história que eles escrevem se os historiadores são homens, mulheres, brancos, negros, heteros ou homo. [...] Seu conhecimento, refletindo como algo separado dele, é legitimado e apresentado como universal, acessível a todos. Não há poder ou política contidos nessa ideia de conhecimento e experiência (SCOTT, 1998, p. 308).

Na perspectiva de Joan Scott (1998), quem investiga é, ao mesmo tempo, objeto da própria investigação, na medida em que estuda a si mesmo (a), no presente ou no passado, seja na experiência de explorar os arquivos (no caso do/a historiador/a) ou na observação participante (a exemplo do/a antropólogo/a).

Retomando a metáfora da visibilidade/visão – que aqui se aproxima da *mirada* de Gonzalo Abril – Scott afirma que “[...] vemos o que aprendemos a ver” (1998, p. 320). Desse modo, a experiência pode tanto confirmar o que já é conhecido, como perturbar o que parecia óbvio. Quando reajustamos nossa visão para tomar consciência dos conflitos, ou resolvê-los, nós aprendemos com a experiência. Não é possível prescindir da experiência, afirma Scott. Afinal, ela faz parte da linguagem cotidiana, é indissociável de nossas narrativas. “Experiência é sempre e imediatamente algo já interpretado e algo que precisa de interpretação” (*Ibidem*, p. 324).

Na leitura de Andrea Moraes e Patrícia Silveira de Farias (2018), a partir de Scott, a experiência e o afeto, normalmente excluídos dos modelos tradicionais dos discursos científicos, podem ajudar a interpelar os discursos de autoridade, que ocupam posição central no ambiente acadêmico. A experiência, afirmam as autoras, deve ser pensada “[...] não como uma verdade a ser acessada a partir da vivência como mulher, mas como uma *outra* maneira de narrar o que foi vivenciado, sentido e racionalizado” (MORAES; SILVEIRA, 2018, p. 227). Longe de ser uma autoridade irredutível, a experiência é um novo modo de olhar .

3 METODOLOGIA E LEITURA DO *CORPUS*

3.1 Primeiro movimento

Na primeira fase de coleta dos textos para análise, foram reunidas 60 publicações, disponíveis na internet, datadas a partir de 10 de agosto de 2017 até o dia 12 de maio de 2019 (data em que foi comemorado o Dia das Mães). Inicialmente, os textos foram selecionados a partir da indicação do próprio *Parent in Science*, que disponibiliza, em sua página eletrônica, *links* para as primeiras publicações relacionadas ao projeto. O conteúdo do canal do projeto no *Youtube*, onde estão registradas atividades do I e do II Simpósio Brasileiro de Maternidade e Ciência, também será considerado na análise.

Durante a pesquisa, foram acompanhados os perfis do *Parent in Science* no *Facebook* e no *Instagram*. O acompanhamento se deu de forma não sistematizada, a partir da experiência pessoal e intuitiva da pesquisadora como usuária das redes sociais digitais, evidentemente com a influência de suas preferências e da mediação algorítmica das próprias plataformas. Não houve o uso de ferramentas automatizadas de coleta de dados, com exceção do buscador do *Google*, a partir de termos como “maternidade e ciência”, *Parent in Science* e *Maternidade no Lattes*. Também foi utilizada a ferramenta de alerta do *Google* para os termos *Maternidade no Lattes* e *Parent in Science*.

Outros textos incluídos no *corpus* foram selecionados com a mediação das seguintes páginas no *Facebook*: “Elas nas Exatas”, “Eles por elas – He for She Brasil”, “L’Oréal Unesco Para Mulheres na Ciência”, “Meninas na Ciência”, “Mulheres na Ciência”, além dos perfis das pesquisadoras Fernanda Staniscuaski (professora da UFRGS e coordenadora do *Parent in Science*) e Márcia Barbosa (professora da UFRGS e integrante da Academia Brasileira de Ciências), dentre outros. No *Instagram*, foram acompanhados os perfis @mulheresnacienciabr e @maternidade.com.ciência⁴².

Os primeiros textos coletados estavam disponíveis na seção “Conheça mais”⁴³ da página eletrônica do *Parent in Science*, com a listagem de sete publicações, conforme descrição a seguir (do topo para baixo): “Reportagem sobre o *Parent in Science* feita pela Academia Brasileira de Ciências – 10/08/2017”; “Matéria no Jornal Universitário da UFRGS – Dezembro/2017”; “Texto publicado no site Mulheres na Ciência – 25/08/2017”; “Vídeo da palestra realizada no Instituto de Biociências da USP - 29/06/2017”; “Entrevista na Rádio

⁴² O perfil @maternidade.com.ciência acabou excluído da análise em razão da característica de seu conteúdo, mais direcionado a questões fisiológicas relacionadas à maternidade do que aos impactos na carreira de mães cientistas, foco da presente pesquisa.

⁴³ Disponível em: <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Nacional da Amazônia - 08/03/2018”; “Entrevista Rádio da UFRGS - 08/03/2018”; “Reportagem UFRGS Ciência - 08/03/2018”.

Por meio desta listagem, percebe-se que as mídias institucionais da UFRGS constituíram espaço prioritário de divulgação do projeto. O modo como as informações são hierarquizadas, sem considerar a ordem cronológica, acaba por destacar o conteúdo publicado pela ABC. É possível constatar a coincidência da publicação de três dos conteúdos listados numa mesma data, 8 de março de 2018 – Dia Internacional da Mulher.

A ampliação do *corpus*, para além dos primeiros textos destacados pelo *Parent in Science*, mostra que um terço das primeiras 60 publicações coletadas, sobre o projeto e o movimento Maternidade do Lattes, foram veiculadas nos meses de março e maio, quando se comemoram o Dia Internacional da Mulher e o Dia das Mães, respectivamente. O anúncio da inclusão do período da licença-maternidade no Currículo Lattes, pelo CNPq, por exemplo, se deu no dia 26 de março de 2019⁴⁴. Na mesma semana, foram publicados outros 10 textos, incluídos no *corpus* da pesquisa, que traziam a notícia ou a repercussão da medida.

Dentre estas dez publicações, nota-se que os títulos materializam textualidades diferenciadas, quanto ao protagonismo da ação. A agência de fomento veiculou a seguinte chamada: “CNPq inclui data de nascimento ou adoção de filhos no Currículo Lattes”. Sete das publicações subsequentes apresentaram chamadas semelhantes: “Currículo Lattes vai incluir períodos de licença maternidade e paternidade”⁴⁵ e “Currículo Lattes permitirá inclusão de licença maternidade e paternidade”. Tal repetição pode ser atribuída à reprodução do conteúdo da agência *FolhaPress*. No portal *Estadão*, o título escolhido foi “Plataforma Lattes terá informação sobre filhos”⁴⁶. Embora também tenha reproduzido o conteúdo da *FolhaPress*, o site *Gazeta do Povo*, do Paraná, optou pelo título “Cientistas poderão incluir período de licença maternidade ou paternidade no currículo”⁴⁷. Apenas o portal de notícias *G1* enfatizou o protagonismo “de cientistas”, sem especificações de gênero: “Após pedido de cientistas, CNPq irá incluir período de licença maternidade e paternidade no currículo Lattes”⁴⁸.

Outro texto veiculado pelo portal *G1*, publicado anteriormente, em 13 de novembro de 2018, foi amplamente reproduzido em outras páginas da internet, assim como o conteúdo da *FolhaPress*. Neste caso, havia clara referência a uma demanda feminina: “Cientistas

⁴⁴ Disponível em: http://cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/7197016. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/03/curriculo-lattes-vai-incluir-periodos-de-licenca-maternidade-e-paternidade.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁴⁶ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/plataforma-lattes-tera-informacao-sobre-filhos/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/cientistas-poderao-incluir-periodo-de-licenca-maternidade-ou-paternidade-no-curriculo/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁴⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/03/27/apos-pedido-de-cientistas-cnpq-ira-incluir-periodo-de-licenca-maternidade-e-paternidade-no-curriculo-lattes.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2019.

mulheres pedem inclusão de período de licença-maternidade no currículo Lattes⁴⁹. O conteúdo foi reproduzido, com o mesmo título, em páginas de entidades ligadas à comunidade científica, como as da Sociedade Brasileira de Matemática e da Sociedade Brasileira de Química.

Os 60 textos previamente selecionados foram assim classificados, segundo o local de veiculação: 24 em páginas associadas a universidades, agências de fomento e outras entidades científicas (incluído o programa *Para Mulheres na Ciência*, da Unesco); 23 veiculados em agências de notícias e outros meios de comunicação tradicionais; 6 em organizações de mídia independentes (*Gênero e Número*, *Greenme*, *Lunetas* e site *Filos*, especializado na cobertura de ciências); 4 em *blogs* feministas (*Mulheres na Ciência* e *Cientistas feministas*); e 3 na categoria “outros” (British Council e Vakinha). A ideia é refinar este primeiro recorte, para então ampliá-lo, e evidenciar, a partir deste material, falas das mulheres envolvidas, textos de especial interesse nesta análise.

Além do anúncio, pelo CNPq, da inclusão do campo de informação do período da licença-maternidade/paternidade no currículo Lattes, e das datas sazonais (Dia das Mães e Dia das Mulheres), identificamos outro momento em que a pauta “maternidade e ciência/carreira científica” teve repercussão ampliada, com base na análise do *corpus* de pesquisa. Trata-se da divulgação, em fevereiro de 2019, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), de um edital⁵⁰ de distribuição de bolsas de iniciação científica com pontuação diferenciada para docentes que tiraram licença-maternidade/paternidade, ou se afastaram em razão da adoção de crianças. Percebe-se que o ineditismo foi o mote para a divulgação da iniciativa em mídias externas à instituição. Embora a UFF não tenha feito qualquer menção ao *Parent in Science*, por ocasião do lançamento do edital, reportagem publicada no site da Universidade Federal de Minas Gerais⁵¹, veiculada pela Rádio UFMG Educativa, estabeleceu correlação entre a iniciativa da universidade fluminense e o projeto.

3.2 Segundo movimento

Após esta primeira tentativa de categorização do *corpus*, a proposta, frente ao fenômeno que nos propomos a analisar, é refletir em que medida a inserção do período da licença-maternidade (ou paternidade) no Currículo Lattes de fato confere visibilidade às variadas e complexas questões que envolvem a maternidade no âmbito da carreira científica. O esforço pretendido é fazer emergir algumas dessas questões, supostamente ainda

⁴⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/11/13/cientistas-mulheres-pedem-inclusao-de-periodo-de-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.uff.br/?q=uff-reconhece-direito-de-maes-no-edital-pibic-2019>. Acesso em 13 jul. 2019.

⁵¹ Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/uff-lanca-incentivo-para-maes-pesquisadoras-em-edital-de-financiamento>. Acesso em: 13 jul. 2019.

invisíveis, a partir dos depoimentos das mães escolhidas como personagens nas narrativas veiculadas nas mídias das agências de fomento, dos veículos jornalísticos, das redes sociais digitais e de outros eventuais espaços identificados ao longo da pesquisa.

No exercício da experiência da *mirada*, sugerida por Abril (2014), e da interpretação, tal como proposto por Ricoeur (1989), propomos uma primeira leitura, dentre outras tantas possíveis, do movimento *Maternidade no Lattes*. Para fins de análise, consideramos como marco inicial a entrega da carta subscrita por mais de 30 entidades científicas ao CNPq, noticiada no site da instituição no dia 24 de julho de 2018⁵². O documento reivindicava a inclusão, no Currículo Lattes, de um campo específico para informar o período da licença-maternidade (ou paternidade), ou de afastamento em razão da adoção de uma criança, como forma de justificar a queda na produtividade científica neste intervalo de tempo. A intenção, segundo o projeto *Parent in Science*, que assume a autoria da iniciativa, era sensibilizar o CNPq e outras agências de fomento para que o período deixe de ser computado nos processos de avaliação para a concessão de financiamentos, de modo a garantir condições de competitividade com demais pesquisadores e pesquisadoras.

No dia 26 de março de 2019, como já mencionado, o assunto voltou a ser noticiado na página eletrônica do CNPq, com o anúncio, pela agência de fomento, da futura inclusão da data de nascimento ou de adoção de filhos(as) no Currículo Lattes. A chamada para a notícia, publicada com *status* de “Destaque em CT&I [Ciência, Tecnologia e Inovação]”, vinha acompanhada de uma imagem, que assim podemos descrever: uma criança de pele branca, em primeiro plano, aparece de mão dadas com uma pessoa adulta, também branca, que identificamos como uma mulher. A inferência se dá a partir do contorno do corpo, da vestimenta (supostamente uma saia) e da bolsa a tiracolo, que remetem a imaginários socialmente compartilhados de uma figura feminina – mais precisamente da mãe, se associarmos a figura à chamada inscrita sobre a foto, *Maternidade no Lattes*, que faz alusão ao movimento iniciado pelo projeto *Parent in Science*.

52

Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/6258109. Acesso em: 13 jul. 2019.

Figura 5 – Chamada para notícia publicada no site do CNPq (26/03/2019)



Fonte: cnpq.br.

Se pretendemos expandir a mera descrição imagética para uma experiência de *mirada*, como sugere Abril (2014), podemos refletir como o texto verbovisual que dá a ver a resposta do CNPq à reivindicação do *Parent in Science* acaba por reduzir a ideia de parentalidade, expressa no próprio nome do projeto, a uma questão feminina. Poderia ser diferente, se a imagem escolhida mostrasse, do outro lado, talvez, uma figura masculina, também de mãos dadas com a criança. O invisível nesta foto permite interpretar que o cuidado com as crianças é uma demanda que diz respeito diretamente à mulher. Mas não podemos ignorar que o próprio nome do movimento, *Maternidade no Lattes*, que aparece na chamada, apesar de sua força e de seu apelo, acaba por induzir a tal interpretação.

O CNPq esclarece, na notícia, que o preenchimento do campo é facultativo, tanto para homens quanto para mulheres, e que a informação sobre a data de nascimento ou a adoção dos (as) filhos (as) não será exibida nas consultas públicas dos currículos. A proposta é “[...] subsidiar o levantamento de dados e a realização de estudos sobre o impacto da maternidade e da paternidade na carreira científica”⁵³, ao que parece, pela própria agência de fomento, uma vez que a informação supostamente continuará invisível – a menos que um pedido de acesso às informações seja submetido ao CNPq, como ocorre nos moldes atuais.

Esta forma de inserção da licença-maternidade no Currículo Lattes sugere que, longe de ser uma questão resolvida, assumir a maternidade, ou mesmo a paternidade,

⁵³ Disponível em: http://cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/7197016. Acesso em: 13 jul. 2019.

permanece como algo mal acolhido, ou, no mínimo, mal resolvido, junto à comunidade acadêmico-científica. Podemos refletir como o engajamento em prol da inserção do período da licença-maternidade no Lattes, inicialmente, parece ter dado maior contribuição para ampliar a visibilidade da maternidade na carreira científica do que a própria medida, em si.

Ainda que a informação venha a se tornar pública, observamos que a inserção do período da licença-maternidade/paternidade no currículo não é consensual e não dá conta da complexidade de questões envolvidas na relação entre maternidade e mercado e trabalho, de forma geral, não apenas na carreira científica. É o que sugerem, por exemplo, comentários publicados no *Twitter*, em resposta ao *tweet* “Cientistas mulheres pedem inclusão de período de licença-maternidade no currículo Lattes”⁵⁴, postado no perfil do portal de notícias *G1*, no dia 13 de novembro de 2018. A seguir, a transcrição de comentários feitos pela usuária @lacerdajully:

Sou cientista e obviamente, bem tanto atualmente, sou mulher. E não vejo sentido em colocar essa informação no Lattes. As feministas miss [sic] vezes perdem a noção. O Lattes diz respeito a produção acadêmica, é um currículo”⁵⁵.

[...]

“Sem contar que será mais um motivo para preterir ou menosprezar as mulheres em concursos ou seleções. Parece que quem coloca esse tipo de informação espera alguns benevolência do avaliador... É um tiro no pé”⁵⁶.

Outro usuário, que se apresenta em um perfil masculino, comenta: “E depois questionam o porquê de não conseguirem emprego”⁵⁷. Posições contrárias ao movimento também são identificadas a partir da rápida observação da *hashtag* #MaternidadenoLattes na mesma plataforma. “Eu não sei se curto ou não. Pq ninguém emprega mãe com filho, ainda mais se colocar a idade deles. Uma faca de dois gumes essa m*”⁵⁸, comenta a usuária @loureirojessica. “Ah tá... pra quem tem esse lattes aí, pode colocar qualquer coisa”⁵⁹, responde o perfil @elisappb.

⁵⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/11/13/cientistas-mulheres-pedem-inclusao-de-periodo-de-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁵⁵ FRAGA, Jully. Sou cientista e obviamente, bem tanto atualmente, sou mulher. E não vejo sentido em colocar essa informação no Lattes. As feministas miss vezes perdem a noção. O Lattes diz respeito a produção acadêmica, é um currículo. Cidade, 13, novembro. 2018 *Twitter*: @lacerdajully. Disponível em: <https://twitter.com/g1/status/1062420266356236288>. Acesso em: 15 maio 2019.

⁵⁶ FRAGA, Jully. Sem contar que será mais um motivo para preterir ou menosprezar as mulheres em concursos ou seleções. Parece que quem coloca esse tipo de informação espera alguns benevolência do avaliador... É um tiro no pé. Cidade, 13, novembro. 2018 *Twitter*: @lacerdajully. Disponível em: <https://twitter.com/g1/status/1062420266356236288>. Acesso em: 15 maio 2019.

⁵⁷ PASCHOAL, Flávio. E depois questionam o porquê de não conseguirem emprego. Cidade, 13, novembro. 2018 *Twitter*: @lacerdajully. Disponível em: <https://twitter.com/g1/status/1062420266356236288>. Acesso em: 15 maio 2019.

⁵⁸ LOUREIRO, Jessica (@loureirojessica). “Eu não sei se curto ou não. Pq ninguém emprega mãe com filho, ainda mais se colocar a idade deles. Uma faca de dois gumes essa m*”. 16/05/2018, 14:23. *Twitter*. Disponível em: <https://twitter.com/loureirojessica/status/996863779337134082>. Acesso em: 9 set. 2018.

⁵⁹ BARBOSA, Elisa (@elisappb). “Ah tá... pra quem tem esse lattes aí, pode colocar qualquer coisa”. 16/05/2018, 10:48. *Twitter*. Disponível em: <https://twitter.com/elisappb/status/996809572319973377>. Acesso em: 9 set. 2018.

A análise destes comentários revela, mais uma vez, conexões entre demandas relacionadas à maternidade na carreira científica e ao mercado de trabalho, de forma mais ampla. Percebe-se o entendimento de que a mulher cientista está sujeita à discriminação de gênero (expressa nos próprios comentários) como em qualquer outra profissão. Ao mesmo tempo, o uso dos termos “emprego” e “emprega” sugere, a partir dos textos transcritos, que as particularidades da carreira científica são ignoradas, como o fato de o Currículo Lattes não ser apenas um instrumento de apresentação profissional, mas a principal ferramenta de avaliação da produtividade científica, por meio das publicações listadas no formulário do CNPq, dentre outros detalhes da produção acadêmica e científica: projetos de ensino, pesquisa e extensão em desenvolvimento ou já concluídos; orientações de iniciação científica, de mestrado e de doutorado; composição de bancas de qualificação e de defesa de mestrado e doutorado; participação em eventos nacionais e internacionais; participação em convênios de cooperação nacionais e internacionais; emissão de pareceres para agências de fomento; composição de conselhos editoriais de periódicos nacionais e internacionais; trabalhos técnicos; registro de patentes; revisão de periódicos nacionais e internacionais, dentre outros. A lista se estende e pode se diversificar em função da área científica de atuação.

Como se percebe, as dificuldades de alcançar a produtividade padrão incluem para as mães, potencialmente, restrições de viagens e indisponibilidade para muitas das tarefas listadas, tornando efetivamente mais complexas as discussões sobre os projetos *Parent in Science* e *Maternidade no Lattes*. Não dispomos do número de pesquisadoras que decidiram inserir informações sobre filhos nos resumos de seus currículos, antes mesmo da criação de um campo específico para o preenchimento da informação na plataforma do CNPq, como propõe o movimento *Maternidade no Lattes*. Assim, não é possível avaliar a amplitude da adesão à campanha.

3.3 Terceiro movimento

O terceiro movimento de análise foi inspirado na proposta de Sônia Pessoa *et al.* (2019), na perspectiva dos afetos, de afastamento provisório do *corpus* de pesquisa, seguido de um reposicionamento diante dele, como estratégia de reconhecimento e gestão das emoções por parte da pesquisadora.

Para tanto, foi analisada a campanha #MãeECientista, lançada pelo perfil Mulheres na Ciência (@mulheresnacienciabr) no *Instagram*, na semana anterior ao Dia das Mães, em 2019. A iniciativa buscava incentivar mulheres a compartilhar suas histórias, com a *hashtag* mencionada, e “[...] sair na luta de direitos por uma Ciência com mais equidade É

[sic] menos obstáculos para as mães que fazem ciência! Afinal, ser mãe OU cientista NÃO deve ser uma escolha!"⁶⁰.

Em vez de selecionar depoimentos de mães escolhidas como personagens nas narrativas veiculadas nas mídias das agências de fomento e dos veículos jornalísticos, mediados por essas instituições, como inicialmente proposto, fizemos a opção de reunir testemunhos publicados pelas próprias mulheres no âmbito desta campanha .

A princípio, não foi identificada nenhuma menção explícita, na divulgação da campanha, ao *Parent in Science* ou ao movimento *Maternidade no Lattes*. No entanto, uma das participantes que aderiu à campanha, Roberta Ekuni, que se identifica em seu perfil como cientista e mãe, usou a *hashtag* #maternidadenolattes em duas postagens, ambas republicadas pelo perfil *Mulheres na Ciência*, dentro do desafio #MãeECientista. Na primeira delas, ela também faz menção ao *Parent in Science*, em seu depoimento.

Meu primeiro dia das mães com o Luke fora da barriga está chegando! adorei a iniciativa da @mulheresnacienciabr e tb vou falar sobre o desafio de ser #mãeeticientista sem romantizar... porque é uma luta diária e cada uma sabe o seu limite...

Na minha gestação, trabalhei até quase 41 semanas. O Luke nasceu de quase 42 de uma cesária necessária e tudo bem! @drvinifernandes Mãe cientista durante a gestação foi um desafio em menor proporção do que no pós-parto. Tive uma luta muito desgastante pelas minhas ICs (relato no Facebook do @parentinscience), mas consegui cumprir com os prazos e obrigações na Universidade que leciono...

Ser mãe e cientista pós-parto: um desafio totalmente diferente... No primeiro mês, nem liguei o computador! Claro, quando precisei, orientei pelo WhatsApp, pq as pesquisas e os prazos continuam...

Os meses foram passando, estamos nos readaptando! Submeti artigos pendentes, ainda há mais pendentes, o ritmo está mais demorado do que imaginava... As orientações estão boas, até teve a semana do cérebro! Minhas alunas são as melhores! claro, não estive presente em todos os momentos como se eu não tivesse um recém baby... Estou fazendo meu melhor: quando ele dorme, trabalho, tento conciliar, descansar! Tento fazer outras coisas nos momentos que mamys ou marido fica com ele... não é fácil: tem o julgamento das pessoas "nossa, mas pq vc prefere fazer essas coisas da faculdade do que curtir seu filho?" (Oi?), tem sua consciência falando "o tempo está voando, será que estou aproveitando tudo o que posso?"... Tem a luta interna para você viver o luto do seu ser antigo (sim, agora vc tem um ser humanozinho que depende de vc! E vc não pode fazer tudo o que fazia antes) e tem a luta para tentar ser a melhor mãe possível conciliando os papéis do que vc era e quer manter, do seu papel de esposa, de filha, de amiga, cientista e principalmente, de MÃE! São muitos papéis... São muitos desafios que exigem muito de você e da sua rede de apoio! Gratidão a todos da minha rede!

E um novo desafio começará em breve com o fim da minha licença maternidade...

⁶⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxKs4wip1Ku/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

#maternidade
 #maternidadenolattes
 #maternidareal
 #womenin⁶¹.

Neste depoimento, é possível observar as múltiplas identidades da mulher, apontadas por Letícia Lovato Dellazzana-Zanon *et al.* (2019), e como elas competem com sua identidade materna. A mãe revela os questionamentos sociais aos quais é submetida por não estar focada exclusivamente na criança. Ao mesmo tempo em que responde que não há razões para que se sinta culpada, ela revela a angústia por não poder acompanhar tudo, à medida que o filho cresce. O relato dá a entender que, durante o período da licença-maternidade, ela respondeu a estudantes, submeteu artigos, dentre outras atividades, porque “[...] as pesquisas e os prazos continuam”. Prevalece o imaginário da cientista como uma *Supermulher* que dá conta de tudo, nos termos de Londa Schiebinger (2001).

Várias imagens escolhidas pelas mulheres para ilustrar suas postagens, reproduzidas pelo perfil *Mulheres na Ciência*, retratam mães com crianças no colo, no ambiente doméstico, ao lado do computador, sugerindo a realização do trabalho acadêmico simultaneamente ao cuidado com os filhos. Em pelo menos duas imagens, as mulheres aparecem amamentando enquanto usam o *notebook* (FIGURA 6), como reforça o relato de Veruska Benevides, doutoranda em Física.

Seguindo o exemplo das #maescientistas posto essa foto.
 Momentos antes da minha pré defesa do doutorado, ensaiando a apresentação, mas agora todas as minhas atividades incluem um bb e uma pausa para amamentar.
 ##MãeECientista #maesnaciencia #mulheresnaciencia #diadasmaes⁶².

A exposição da gravidez também é recorrente – uma das pesquisadoras, com a barriga à mostra, segura a dissertação nas mãos, como um troféu (FIGURA 7). Das 20 imagens que identificamos com a *hashtag* #MãeECientista, republicadas pelo perfil *Mulheres na Ciência*, esta é a única em que aparece uma figura masculina, numa posição periférica do quadro, a registrar a foto da pesquisadora com um *smartphone*. No depoimento, a mulher descreve a conclusão do trabalho como se tivesse dado à luz mais uma criança.

Nasceu! Agora somos Mestre! Como é bom segurar meus dois bebês nas mãos! Estamos radiantes por ter chegado esse momento tão esperado! Obrigada Senhor por mais essa conquista na minha carreira! Obrigada por me capacitar quando pensei que nada sabia, obrigada por me dar forças para vencer todos os desafios, obrigada por me dar discernimento nos momentos de dúvida, obrigada por colocar amigos no meu caminho para me encorajar e apoiar nos momentos em que pensei em desistir. Obrigada a todos amig@s

⁶¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxPTFavpt66/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

⁶² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxVDVuAJB6j/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

por trilharem comigo este caminho que não foi fácil, mas foi muito enriquecedor! Meu amor, @duubessa, minha família: essa conquista é NOSSA. TE AMO infinitamente, obrigada por tudo! Tese de Mestrado defendida com 38sem de gestação!

#umjanasceu #mestre #eeusp #eachusp #obstetrizemestre #obrigadasenhora #aparteiravaiparir

#MãeECientista #mulheresnacienciabr #MãeECientista #mulheresnacienciabr.⁶³

Figura 6 – Print de imagem de Veruska Benevides com o filho



Fonte: *Instagram*/@mulheresnacienciabr.

A exposição do trabalho final, como um objeto materializado, é outra recorrência, assim como imagens do rito de defesa da dissertação/tese ou da colação de grau (FIGURA 8). Em vários depoimentos, filhos (as) são mencionados (as) como uma produção a ser considerada, numa alusão à produção científica.

Agora somos MESTRE! Benício sem dúvidas é a maior e melhor produção de tudo isso. E que produção!

Sou grata a Deus todos os dias por mais essa conquista. Sou grata por ter vencido todos os obstáculos que só nós mulheres sabemos que surgem no meio do caminho, e caminham lado a lado da nossa gestação. Entre uma mamada e uma escrita, entre reuniões e mamada, escrita e trocas de fraldas, aqui estamos nós! Simplesmente, vencemos! Mestrado defendido com um filho de 10 meses, No COLO! Colo de amor, colo de carinho, colo de afeto! Mestrado com a produção mais linda que nós mulheres podemos alcançar: um filho!

⁶³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxNGImLprM2/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

#mestre #mestreUFMG #eeufmg #maesmestres #maesqueamamentam #umjanasceu #maeeducadora #mulheresnacienciabr.

Figura 7 – Print de imagem de grávida com sua dissertação



Fonte: Instagram/@mulheresnacienciabr.

Figura 8 – Print de imagem de mulher com seu filho na defesa da dissertação



Fonte: Instagram/@mulheresnacienciabr.

Annie Schmaltz Hsiou, que se apresenta em seu perfil como “Mãe, feminista, professora universitária, bióloga e paleontóloga”⁶⁴, também compara o filho e a filha às produções acadêmicas. Mais uma vez, percebemos interseções nas narrativas que aproximam o esforço da conclusão de um trabalho científico ao ato de parir uma criança.

Minhas produções reprodutivas! Pq mãe cientista, além de parir artigos científicos, pari [sic] filhos e sempre está na contradição da maternidade vs ciência. Aos que acham que tudo isso é lamúria e piegas, está enganado. É o que me dá mais forças pra romper os estereótipos de gênero na Ciência. O caminho não é mais fácil, mas ficou muito mais leve depois da chegada do Gael e a Maia na minha vida. Sabe, eu realmente tenho um bom motivo pra não desistir de absolutamente nada.

#mulheresnacienciabr #mãeecientista #womeninscience
#maternityandscience⁶⁵.

Percebemos mais uma tendência dentre as imagens veiculadas na campanha #MãeECientista, que insere a maternidade no universo acadêmico-científico, ora no registro de uma pesquisadora grávida no ambiente de um congresso, ora durante o trabalho de campo, ou na imagem da neurocientista com a filha no colo, ao lado do letreiro da UFRGS (FIGURA 9) – que acaba por nos remeter ao projeto *Parent in Science*, uma vez que vários de seus integrantes são docentes da mesma universidade.

Figura 9 – *Print* de imagem de mulher com a filha ao lado do letreiro da universidade



Fonte: *Instagram*/@mulheresnacienciabr.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/anniehsiou/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁶⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxYVO4YJfHx/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Em seu depoimento, a neurocientista identificada como @michellecechin também menciona o parâmetro da produtividade. Ela faz referência, ainda, a “superpoderes”, que evocam, duplamente, ao imaginário do(a) cientista com capacidades extraordinárias, tal como descrito por Joliane Cruz (2007); e à *Supermulher*, que Londa Schiebinger (2001) caracteriza como altamente eficiente e organizada, capaz de fazer qualquer coisa para dar conta de competir com colegas do sexo masculino em condições de igualdade.

Em meio ao mestrado em psiquiatria, engravidei da Sofia. Foi um momento muito feliz e mágico da minha vida, também marcado por discriminação e várias dificuldades. A gestação e a maternidade ainda são vistas como não produtivas, como um empecilho para a produção acadêmica. Por ser da área da neurociência, sei que o cérebro de uma mãe é "turbinado", e ao contrário do que pensavam, criei "superpoderes" e uma força indescritível, que me permitiam trabalhar 40 horas semanais, amamentar, cuidar, brincar e passar as madrugadas fazendo análises estatísticas e calculando anisotropias fracionais. Eu dormia praticamente 4 horas por noite e não me permitia passar o dia sem brincar e estar sorridente para minha bebê. Não sei se terei esta capacidade de produção novamente. Foi com muito estudo, foco e perseverança que concluí meu mestrado, estando presente para minha filha. Desagradei muita gente, disse muito não, nem tudo saiu perfeito, mas o resultado foi lindo. Pude contar com o apoio do meu orientador, que se tornou pai durante este tempo também, e algumas poucas pessoas que acreditam no poder e importância da maternidade. Esta é a foto do dia em que fomos buscar o meu diploma. Fiz questão de ir com minha filha. Passamos um dia lindo no campus, passeamos, conhecemos o espaço e eu mostrei a ela meu diploma, explicando o que significava, abracei-a e agradei pela imensa força e valentia que herdei da minha filha. Especial para @mulheresnacienciabr
 #mulheresnaciencia #mulheresnacienciabr #mulheresnacienciabr
 #mãeecientista #mestrado #psiquiatria #neurociencia #ufrgs
 #confissõesdeumamãeadespertar⁶⁶.

Em todos os casos, cabe refletir se a comparação de filhos e filhas a uma produção acadêmico-científica de fato ironiza a lógica da produtividade ou acaba por reforçá-la, como forma de atribuir valor à maternidade neste universo. A contradição se assemelha à apontada por Nancy Fraser (2009) no feminismo da Segunda Onda, que ao criticar o monopólio masculino do salário familiar acabou por valorizar o trabalho assalariado capitalista com suas condições precárias para as mulheres. Nesses termos, a importância social do trabalho não remunerado de cuidado da família e do trabalho reprodutivo permanece subvalorizada, a menos que seja convertida nos moldes da produtividade.

A análise da campanha #MãeECientista mostra que a iniciativa acaba por se inserir na rede de textualidades do *Parent in Science* e do *Maternidade no Lattes*, não apenas pela menção explícita de uma das usuárias, por meio de *hashtags*, mas por várias outras interseções. Aqui, mais uma vez, a proximidade do Dia das Mães é explorada, na suposta

⁶⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxTaTRTplv6/>. Acesso em: 21 jul. 2019.

tentativa de dar projeção a demandas que permanecem reprimidas noutros momentos, que não os reservados para as mulheres no calendário social.

Na plataforma do *Instagram*, o espaço privilegiado das imagens que, somadas aos depoimentos, constituem textos verbovisuais mais complexos, parece expandir as possibilidades de leitura dos conflitos entre maternidade e carreira científica alcançadas pelos textos publicados nas páginas institucionais das agências de fomento e centros de pesquisa e nos tradicionais veículos de comunicação.

A imagem da doutoranda em Física que se prepara para a banca de defesa, por exemplo, sentada com o filho, no chão, no interior de sua casa (ou apartamento), como sugere o varal ao fundo, tensiona o imaginário remanescente da profissão de cientista circunscrita ao ambiente do laboratório. Ao mesmo tempo, as imagens que se seguem evocam rituais e objetos tradicionalmente associados ao universo acadêmico-científico e os ressignificam, ao confrontá-los com imagens que pertencem aos imaginários sociais da maternidade, mas já não podem ser exclusivos a eles.

Embora este terceiro exercício de análise possa parecer desconectado do fenômeno central da pesquisa – a emergência do projeto *Parent in Science* e do movimento *#MaternidadenoLattes*, tal experiência foi fundamental para o reconhecimento e a gestão das emoções por parte da pesquisadora, como sugerido na perspectiva dos afetos (PESSOA *et al.*, 2019).

Foi ao confrontar com as imagens dessas mulheres, sobretudo aquelas que estavam ocupadas com suas pesquisas no ambiente doméstico, que eu me reconheci nelas e percebi, claramente, minha posição de investigadora que estuda a si mesma (SCOTT, 1998), através das *outras*.

Esta percepção teve influência decisiva no modo de olhar, na *mirada*, sobre o *Parent in Science* e sua pretensão de representar a universalidade das mulheres cientistas, a partir de uma perspectiva ainda centrada na ciência feita nos laboratórios, como se verá a seguir.

3.4 Quarto movimento

O quarto e último movimento de análise consiste, portanto, num reposicionamento diante do fenômeno de pesquisa, agora circunscrito às redes textuais institucionais do projeto *Parent in Science*.

Ao final de 2019, o *Parent in Science* apresentou em seu *Instagram*⁶⁷, no formato de *stories*, uma retrospectiva das ações e dos resultados alcançados ao longo do ano,

⁶⁷ [Instagram.com/parentinscience](https://www.instagram.com/parentinscience).

simultaneamente ao início da divulgação do III Simpósio Brasileiro Sobre Maternidade e Ciência, marcado para os dias 21 e 22 de maio de 2020⁶⁸, em Porto Alegre, com o tema “As interfaces entre universidade e sociedade”. Na ocasião, conforme anunciado, seriam apresentados os resultados finais da pesquisa sobre os impactos da maternidade e da paternidade na carreira científica, com base nos questionários respondidos por quase 3 mil pessoas, até fevereiro de 2020.

Na abertura da segunda edição do simpósio, realizada em 2019, a coordenadora do *Parent in Science* atualizou, em sua apresentação⁶⁹, as informações sistematizadas a partir da análise dos questionários. Responderam à pesquisa 1644 pesquisadoras/docentes mulheres, 365 discentes de pós-graduação que são mães, 50 pós-doutorandas mães e 141 pesquisadores/docentes pais. Neste universo, segundo Fernanda Staniscuaski, 78% das entrevistadas são mães e 22% não têm filhos. Com base neste dado, ela infere que “a maioria das cientistas brasileiras são mães” (STANISCUASKI, 2019).

Entre docentes, 56% das(os) entrevistadas(os) têm apenas um (a) filho (a), 38% têm até dois, 5% têm até três e 1% têm mais de três filhos (as). As mulheres têm filhos, em média, dois anos após a contratação, na faixa etária dos 33 anos. No caso das alunas de pós-graduação, a média de idade no momento do nascimento do (a) primeiro (a) filho (a) é de 29 anos; 36% delas tiveram filhos (as) durante o mestrado e 64% durante o doutorado; 71% têm só um (a) filho (a), 25% têm dois e 4% têm três filhos (as) ou mais.

De acordo com os dados da pesquisa, 60% das mães relatam impactos negativos da maternidade na carreira. Para as cientistas já vinculadas a alguma universidade ou centro de pesquisa, a principal dificuldade enfrentada é a obtenção de financiamento. Já para as alunas de pós-graduação, a principal queixa é a burocracia enfrentada para fazer o pedido da licença-maternidade e de extensão da bolsa junto aos programas de pós-graduação (PPGs). Fernanda Staniscuaski destaca que o problema é relatado por uma minoria das estudantes, que considera a atuação dos PPGs negativa ou bastante negativa. Para 40% delas a atuação dos PPGs é neutra, 25% consideram a atuação positiva e 16% bastante positiva. A surpresa apontada pela coordenadora do *Parent in Science* foi a avaliação dos (as) orientadores (as), apontada por 47% como bastante positiva, 22% como positiva e 7% como bastante negativa.

⁶⁸ Em março de 2020, o *Parent in Science* anunciou o adiamento do simpósio, por tempo indeterminado, em decorrência das medidas para controle do coronavírus. “Em virtude do cenário atípico mundial em decorrência da elevação do número de casos de Covid-19, e por recomendação da OMS no intuito de minimizar a propagação de doenças infectocontagiosas em eventos, optamos por suspender temporariamente as inscrições ao III Simpósio Brasileiro sobre maternidade e ciência. A UFCSPA, sede do simpósio em 2020, suspendeu todos os eventos em suas dependências por 100 dias, o que inclui nosso simpósio. Desta maneira, teremos que adiar sua realização. Em breve enviaremos novas informações e detalhes sobre o adiamento, com a divulgação da nova data assim que possível. Frisamos nossa intenção de manter a realização do evento em 2020. Pedimos desculpas pelo transtorno, mas acreditamos ser esta a melhor decisão a ser tomada neste momento, visando preservar a saúde e o bem estar de todos”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9tq6LMJgUj/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <https://youtu.be/KlelrOmtPO4>. Acesso em: 19 mar. 2020.

O principal objetivo da terceira edição do simpósio, segundo resumo apresentado na página do projeto⁷⁰, seria “[...] a troca de experiências entre o ambiente empresarial e a universidade” (PARENT IN SCIENCE, 2020). Em seguida, são apresentadas diversas questões a serem discutidas no encontro, referentes a práticas e políticas de apoio às mães nos dois ambientes e às possibilidades de compartilhar ações bem-sucedidas em ambos. Também estão previstas discussões sobre a influência da maternidade na carreira de mulheres cientistas fora da universidade; o papel das cientistas mães no empreendedorismo e na inovação; e os aspectos legais relacionados à maternidade e ciência, tanto na academia, quanto nas empresas.

No dia 5 de dezembro de 2019, o *Parent in Science* anunciou, por meio de uma postagem na página do projeto no *Facebook*, o ingresso em mais uma rede social digital: o *LinkedIn* – como já mencionado, a plataforma é destinada a interações de caráter profissional, principalmente no mundo corporativo. O primeiro *post* no novo perfil foi relacionado à terceira edição do simpósio, com informações voltadas para a captação de patrocínio, o que sugere a estratégia de ampliar a visibilidade desta ação no novo espaço digital.

Posteriormente, além da distribuição de *links* publicados nas outras mídias sociais do projeto, o *Parent in Science* reproduziu uma postagem com as *hashtags* #filhosnocurrículo e #meufilhonocurrículo, demonstrando apoio à campanha da consultoria *Filhos no currículo*, “focada no impacto da chegada dos filhos na carreira”, segundo a descrição apresentada em seu perfil⁷¹. A iniciativa estimula usuários(as) a incluir os (as) filhos(as) no perfil do *LinkedIn*.

Percebe-se um nítido movimento de ampliação das discussões do projeto, antes restritas ao universo acadêmico-científico, como se este estivesse circunscrito a uma bolha, em direção às interseções com a sociedade, o que é um aspecto positivo. Ao mesmo tempo, a análise dos tópicos de discussão propostos para o próximo simpósio reforça a hipótese de que as instituições de pesquisa brasileiras seguem a tendência global de incorporação de características das organizações empresariais, dentre as quais, a cobrança pelo produtivismo (HESS, 2005; CHAUI, 2003 *apud* INFANGER; CORREA LIMA, 2019). Ao se aproximar deste modelo capitalista, o movimento arrisca-se a assumir uma posição incoerente com sua crítica aos instrumentos de avaliação adotados pelas agências de fomento, pautado na produtividade dos(as) cientistas.

Como já mencionamos, no Brasil, a produção científica está concentrada nas universidades. Levantamento realizado pela empresa Clarivate Analytics⁷², a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), revela que 15

⁷⁰ Disponível em: <https://www.parentinscience.com/iii-simposio-2020>. Acesso em: 13 mar. 2020.

⁷¹ Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/filhosnocurrículo/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

⁷² Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 8 mar. 2019.

universidades são responsáveis por mais de 60% do conhecimento científico produzido no País no período de 2003 a 2018. O parâmetro utilizado é o número de artigos científicos publicados por estas instituições na base *Web of Science*, que reúne mais de 20 periódicos internacionais.

O relatório da Clarivate Analytics aponta, ainda, que a produção de trabalhos acadêmicos em colaboração com a indústria cresce de forma exponencial no País, desde a virada do século, e a maioria dessas colaborações é feita com universidades públicas. Tal constatação corrobora a tese de “industrialização da ciência” apontada por Boaventura de Sousa Santos (1988), Sandra Harding (2019) e Marilena Chaui (2003), com a imposição da lógica da produtividade.

De acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), o Brasil é o país da região com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres, sejam como autoras principais ou coautoras. Dos 53,3 mil artigos publicados no Brasil de 2014 a 2017, 72% são assinados por pesquisadoras mulheres. Quando se leva em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, elas representavam 49% do total, em 2017.

Ainda que este percentual seja equilibrado, lembramos que a lógica pautada no volume das publicações coloca as mulheres com filhos (as) em posição de desvantagem, sobretudo com relação aos pesquisadores homens, em razão da natural queda na produção de artigos durante a licença-maternidade e nos primeiros anos de vida das crianças, especialmente no momento de pleitear recursos para a continuidade das pesquisas junto às agências de fomento, com editais majoritariamente pautados neste tipo de produção científica.

De volta ao balanço apresentado pelo *Parent in Science*, o projeto dobrou o número de integrantes ao longo de 2019, de sete para 14, além da incorporação de duas bolsistas, uma de extensão e outra de iniciação científica. As novas integrantes são: as estudantes da UFRGS Beatriz Muller, do Instituto de Biociências, e Larissa Kafruni, do curso de Enfermagem; a professora do departamento Ciências Administrativas da UFRGS, Fernanda Reichert, também coordenadora do projeto *Mulheres e Inovação*; a fisioterapeuta Pâmela Billig Melo Carpes, professora da Unipampa e ganhadora do prêmio *Para Mulheres na Ciência*, em 2017; a bióloga Fernanda Werneck, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), ganhadora do prêmio *Para Mulheres na Ciência*, em 2016; Lis Custódio, do departamento de Ciência da Computação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Eugenia Zandonà, do departamento de Ecologia, também da UERJ; Letícia de Oliveira, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), na área de Neurofisiologia e coordenadora do projeto *Mulheres na Ciência*, ligado à administração da mesma instituição; e Camila Infanger, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo;

Percebemos, com a nova formação, a ampliação regional da área de atuação do projeto, consideradas as instituições às quais as novas integrantes estão vinculadas. Se a formação inicial do *Parent in Science* se restringia à Região Sul do Brasil, passam a fazer parte pesquisadoras da Região Sudeste (eixo Rio-São Paulo) e uma pesquisadora da Região Norte. Também é perceptível a ampliação do escopo das ciências nas respectivas áreas de atuação: além da Biologia e da área da Saúde, predominantes no grupo de origem, aparecem pesquisadoras das Ciências Exatas e das Ciências Sociais Aplicadas.

Soma-se a isso a última grande ação de 2019 anunciada pelo *Parent in Science* – o lançamento do Programa Embaixadores (ANEXO B) do projeto. De acordo com o edital⁷³, cujo período de candidaturas foi estabelecido até 31 de janeiro de 2020, os objetivos da iniciativa são: capilarizar a influência do grupo a um alcance nacional, com impacto no maior número possível de estados, a fim de mobilizar redes locais; levantar dados das realidades estaduais do ecossistema científico brasileiro; e habilitar soluções para problemas da esfera da maternidade na academia. “Ser mãe ou pai” e “Ser pesquisador(a) (incluindo alunos(as) de pós-graduação e pós-doutorandos(as))” são os critérios obrigatórios mencionados para seleção de embaixadores (as).

Também são citados critérios não obrigatórios: estar envolvido(a) em projeto ou ação relacionada à temática de gênero na ciência – mulheres na ciência, maternidade e ciência, mulheres em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), comunicação científica feminista, carreira da mulher na ciência, dentre outras. A inserção em algum coletivo universitário é outro critério desejável para os(as) embaixadores(as).

O edital prevê a escolha de até quatro embaixadores (as) por instituição de ensino e/ou pesquisa: até dois pesquisadores docentes (uma mãe e um pai) e até dois pesquisadores discentes de pós-graduação/pós-doutorandos(as) (uma mãe e um pai). Há uma ressalva para instituições onde já existem integrantes permanentes do *Parent in Science* (UFRGS, Unipampa, UFF, INPA, UERJ e UFCSPA). Nestas, não serão selecionadas embaixadoras na categoria “pesquisadoras docentes mães”. A exceção é para aquelas que atuem em cidades distintas das demais.

Entendemos que a restrição da escolha de embaixadoras nesta categoria indica que este é o perfil majoritário das integrantes do *Parent in Science* e que o projeto busca diversificá-lo para ampliar a abrangência de suas discussões. Lembramos que a iniciativa nasce a partir das demandas deste grupo específico, formado, em geral, por servidoras concursadas, que contam com maior estabilidade e regularidade de pagamento dos salários no serviço público, se comparadas às discentes de pós-graduação. Estas, por sua vez, quando não recebem bolsas de mestrado e doutorado defasadas em relação à remuneração

⁷³ Disponível em: <https://www.parentinscience.com/embaixadores>. Acesso em: 8 mar. 2020.

do mercado e sujeitas aos cortes de recursos das agências de fomento, podem ser submetidas a uma tripla jornada: além de conciliar maternidade e carreira acadêmica, muitas mantêm empregos paralelamente – o que se aplica à autora da presente pesquisa.

Observa-se que a atuação do projeto é limitada quanto às demandas das alunas de graduação, não mencionadas no edital, para quem a gravidez, no decorrer do curso, pode significar a interrupção dos estudos e o abortamento, prematuro, do próprio ingresso na carreira científica. Na apresentação *Parent in Science: atualização dos dados do projeto e relato dos avanços nas ações desenvolvidas*⁷⁴, na abertura do II Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, em 2019, Fernanda Staniscuaski deixa claro, ao responder questões levantadas pela plateia (formada quase totalmente por mulheres), que o abandono dos cursos por discentes de graduação em decorrência da maternidade não está no escopo da pesquisa realizada pelo projeto. Ela cita outras iniciativas, criadas a partir da mobilização das próprias alunas nas universidades, para discutir o problema e criar alternativas para resolvê-lo.

Em julho de 2019, o *Parent in Science* reproduziu, em sua página no *Instagram*, parte de uma reportagem (manchete e foto) publicada no jornal *Metrópoles*, do Distrito Federal, intitulada “Universitárias criam projeto para ajudar alunas que têm filhos”⁷⁵, com a seguinte legenda: “Conhecem a @redevoaunb ? A Rede Voluntária de Apoio Infantil foi criada por alunas da UnB para ajudar universitárias que são mães e não têm com quem deixar as crianças durante suas atividades na Universidade. Seguimos todas na luta!”⁷⁶.

No Brasil, apenas 19,6% da população de 25 a 34 anos têm educação superior; na faixa etária dos 55 aos 64 anos, esse percentual cai para 13,7% (INEP, 2019). As mulheres são 57% do total de estudantes dos cursos de graduação. Na pós-graduação (mestrado e doutorado), o percentual cai para 53% (CAPES, 2020). Ao ingressarem na carreira da docência no ensino superior, elas passam a ser minoria: 45,9% (ALBORNOZ *et al.*, 2018). A participação feminina diminui à medida que se avança de nível na carreira acadêmico-científica – o chamado “efeito tesoura”.

Não podemos ignorar que aquelas que ingressaram na docência representam uma elite, quando comparadas às outras mulheres que não conseguem ascender a esta posição. Nesse sentido, elas têm o importante papel de alçar outras mulheres – suas próprias alunas – a patamares mais elevados, ou mesmo a acessar a carreira científica, enquanto lutam por igualdade com os homens, que dominam os cargos de prestígio, como já demonstrado e, conseqüentemente, concentram os recursos financeiros distribuídos na área.

⁷⁴ Disponível em: <https://youtu.be/KlelrOmtPO4>. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/universitarias-da-unb-criam-projeto-para-ajudar-alunas-que-tem-filhos>. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B0Hdz4tntFt/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

Aqui, é pertinente a reflexão de Joan Scott (1998) sobre a relação entre a invisibilidade da experiência e aquilo que foi escondido pela história. “Tornar o movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevalecentes e abre novas possibilidades para todos” (SCOTT, 1998, p. 298). Ao mesmo tempo, pondera a autora, tornar visível a experiência de um grupo e expor a existência de mecanismos repressivos não expõe, necessariamente, sua lógica interna e como as diferenças foram constituídas. Esta análise ilustra, outra vez, a metáfora da *mirada*, elaborada por Gonzalo Abril (2007; 2010; 2014): há um conjunto de modos de olhar possíveis; o próprio lugar de observação pode ser privilegiado, significar formas de poder e revelar pontos cegos.

A partir da exposição de Fernanda Staniscuaski, no II Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, concluímos que, no âmbito do *Parent in Science*, a situação das alunas de graduação só é discutida, ainda de forma incipiente, no caso específico das bolsistas de Iniciação Científica (IC). Inferimos que isso se explica pelo fato delas também serem “cientistas em formação” – é assim que a coordenadora do projeto descreve as discentes de pós-graduação.

Staniscuaski expõe a situação peculiar das bolsistas de IC, que não têm direito à licença-maternidade, porque o benefício só é previsto para bolsas com vigência superior a um ano (prazo máximo das bolsas de IC). Ela relata casos em que a bolsa de IC foi estendida para alunas que se tornaram mães, por iniciativa da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFRGS. No entanto, houve resistência por parte da comunidade acadêmica na contratação dessas bolsistas, visto que elas ficariam afastadas durante parte do período de vigência de seus contratos.

No vídeo, Fernanda Staniscuaski também aborda a questão da resistência, entre docentes, à presença de crianças levadas pelas alunas nas salas de aula. Ela conta que costuma levar os próprios filhos à Universidade e que não enfrenta constrangimentos quanto a isso, pelo fato de ser professora. A docente atribui a restrição imposta às alunas a questões legais, dentre elas, o seguro contratado pelas instituições para estudantes e servidores (as), que não prevê a cobertura das crianças, ao que propõe a intermediação de sindicatos para oferecer espaços próprios para as crianças nos *campi*. E confessa:

Eu já tive que dizer não para uma aluna, porque dou aula dentro de laboratório. Eu não posso ter aquela criança lá dentro. Por mais que eu me simpatize com aquela aluna, eu não vou permitir isso, porque aí, sim, se acontecer alguma coisa, eu, pessoalmente, vou ser responsabilizada, e a Universidade. Eles trabalham com químicos lá dentro e eu não posso permitir. (STANISCUASKI, 2019).

Por mais plausíveis que sejam as justificativas apresentadas neste depoimento de Fernanda Staniscuaski, e ainda que ela demonstre sensibilidade à situação da aluna,

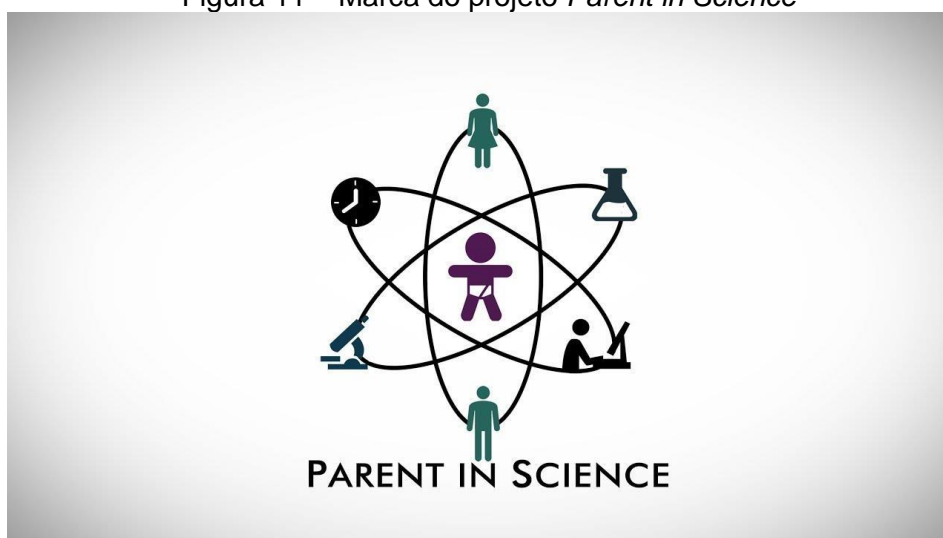
identificamos, aqui, um ponto frágil da imagem da mulher cientista materializada nas textualidades do projeto *Parent in Science*. Na foto icônica de Flávio Dutra/UFRGS (FIGURA 10), reproduzida na revista *Minas faz Ciência* (FIGURA 2), que circulou em tantas outras mídias, institucionais, jornalísticas, nas redes sociais digitais e nas peças de divulgação de eventos associados ao projeto, a cientista aparece ao lado dos filhos, no laboratório. Esta leitura é induzida a partir dos materiais organizados nas prateleiras, da geladeira, dos instrumentos, etc. que remetem ao imaginário social compartilhado sobre este ambiente.

Figura 10 – Fernanda Staniscuaski com os filhos, no laboratório



Foto: Flávio Dutra/UFRGS.

A associação entre crianças e laboratórios também pode ser apreendida a partir da marca do *Parent in Science*, em que a imagem de um bebê aparece no centro de um átomo, envolto por símbolos como um tubo de ensaio e um microscópio, que remetem ao universo da ciência (FIGURA 11).

Figura 11 – Marca do projeto *Parent in Science*

Fonte: *Parent in Science*.

A análise das redes textuais do *Parent in Science* revela que as imagens veiculadas pelo projeto escondem uma realidade implícita: a inviabilidade da presença das crianças nos laboratórios, sobretudo para quem não detém o livre acesso a estes espaços privilegiados da pesquisa. Longe de ser mal intencionada, entendemos que a escolha das imagens chama a atenção justamente por tensionar (ainda que reafirme) o estereótipo do (a) cientista isolado (a) em seu laboratório – embora ultrapassado, como alerta Sandra Harding (2019).

Retomando a análise do edital do Programa Embaixadores do *Parent in Science*, o documento demonstra a insistência do projeto em engajar pais pesquisadores nas discussões relacionadas ao impacto da chegada de um (a) filho (a) durante a carreira acadêmica. Tal esforço pode ser claramente observado no *post* do biólogo Felipe Ricachenevsky⁷⁷, único integrante do sexo masculino do *Parent Science*, compartilhado no dia 15 de janeiro de 2020, na página do projeto no *Facebook*, e reproduzido em matéria publicada no site do Instituto Serrapilheira⁷⁸, no dia 24 de janeiro.

No texto, Ricachenevsky afirma que o efeito da paternidade na carreira dos cientistas brasileiros ainda é desconhecido e faz um apelo para que pesquisadores homens (docentes, pós-graduandos e pesquisadores em estágio pós-doutoral brasileiros) respondam ao questionário do *Parent in Science*: “Infelizmente – e talvez refletindo o baixo envolvimento dos pais com questões envolvendo os filhos – temos participação muito pequena de homens,

⁷⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/parentinscience/posts/2720230088067696?__tn__=K-R. Acesso em: 9 mar. 2020.

⁷⁸ Disponível em: <https://serrapilheira.org/ainda-nao-sabemos-o-efeito-da-paternidade-na-carreira-dos-cientistas-brasileiros/>. Acesso em: 9 mar. 2020.

pais e não-pais (pesquisadores que não tem filhos nos ajudam também, pois são nossos controles)” (RICACHENEVSKY, 2020).

Em seu depoimento, o integrante do *Parent in Science* relembra o dia do nascimento da filha e conta sobre a descoberta das dificuldades associadas à experiência de ser pai. Ao mesmo tempo, compara tais desafios aos enfrentados pelas mães e demonstra como a pressão é maior sobre elas, mesmo quando os cuidados são divididos com os pais.

E quando eu, pai, olhava para o lado, eventualmente achando que talvez estivesse com uma fatia grande da dificuldade, via a mãe. No mundo perfeito, a divisão seria igual entre nós dois, incluindo cansaço. E nos esforçamos para ser, sempre – até hoje. Mas a realidade se impôs, e eu percebi porque eu era, de nós dois, o que sempre estaria com a menor carga: porque espera-se pouco de mim. Mesmo que nós dois equilibrássemos a balança, eu sempre estaria em vantagem. Porque o pai não tem como errar.

O pai moderno, que “até troca fralda” (como se esse fosse o limite da dificuldade que um homem deve enfrentar ao ser pai – não é, obviamente), tem um benefício quase intransponível. Se o pai está no trabalho, e a filha doente em casa, ele é um profissional sério – “imagina, veio assim mesmo”. Se está atrasado porque ficou cuidando da filha doente, é um excelente pai, “participa, consegue conciliar as duas coisas”. Qualquer pequeno ato, qualquer tentativa de ser o que a mãe é o tempo todo, nos garante pontos.

Porque ainda se espera muito pouco dos pais. Porque se não fazemos, se não estamos lá, é implícito que a mãe esteja. A mãe, ao contrário, sempre é cobrada: devia estar mais no trabalho (“a qualidade dela caiu desde que virou mãe”), mas também não está suficientemente com o filho (“vejam só, ela se preocupa com a carreira numa hora dessas”). Nós, os sortudos, sempre ganhamos créditos extra – ser pai, talvez, possa ser até benéfico para nossa carreira! (RICACHENEVSKY, 2020).

Ao final, o biólogo defende que os pais passem a dividir, ativamente, o ônus da “maternidade/paternidade”: dizendo que não podem estar presentes em algumas reuniões e outras atividades, em razão dos (as) filhos (as), para que todos entendam que ambos, pais e mães, são responsáveis por outra pessoa que requer cuidados e atenção, com prioridade; que precisam pegar os (as) filhos (as) na escola no final da tarde, que o final de semana não é livre, e que não podem aceitar trabalho em sobreposição aos momentos com as crianças. “Nós, pais, precisamos deixar claro que isso não é algo que se deve esperar apenas das mães, mas de qualquer um que tiver filhos. E que queremos esse ônus profissional igualmente dividido” (RICACHENEVSKY, 2020).

Ao compartilhar sua experiência, Ricachenesky propõe um novo modo de olhar a partir da perspectiva masculina, repleto de afetos, que não destitui as mulheres de seu lugar de fala. Seu posicionamento demonstra que é possível, no espírito do movimento “ElesporElas” (ver nota nº 79), que homens e meninos atuem como parceiros das mulheres na luta pela igualdade de gênero.

De volta à retrospectiva do *Parent in Science*, outros destaques apresentados foram: a participação no Fórum do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, com o compromisso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), de enviar para as demais fundações, como modelo, os textos de seus editais que consideram a licença-maternidade; a realização de um seminário realizado pelo *Parent in Science* em parceria com o movimento *HeForShe*⁷⁹; a participação da integrante Fernanda Reichert em um evento organizado pelo Coletivo Alma Mater sobre empreendedorismo materno; a participação da integrante Pâmela Billig como palestrante do Simpósio Internacional de Transparência em Pesquisa, numa mesa-redonda sobre os desafios da carreira científica, e num evento sobre mulheres e ciência na UFRGS; a participação da coordenadora Fernanda Staniscuaski nas discussões do evento *Gender, Work and Organization*, organizado pela Fundação Getúlio Vargas; o lançamento, pelo *Parent in Science*, de um guia prático para oferecimento de recreação para crianças em eventos científicos; a participação da integrante Eugenia Zandonà como organizadora de um evento para debater as questões de gênero e raça na ciência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; a participação de três integrantes do projeto na cerimônia de entrega do Prêmio L'oréal-Unesco Para Mulheres na Ciência; a premiação do *Parent in Science* no XX Salão de Extensão da UFRGS; a participação da coordenadora Fernanda Staniscuaski no evento Mulheres na Ciência, em Porto Alegre; o estabelecimento da parceria com o movimento internacional *Mothers in Science*; a participação da integrante Letícia Oliveira na reunião anual da Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento, com a apresentação de demandas relativas à maternidade; a apresentação das ações do *Parent in Science* por Fernanda Staniscuaski no evento Maternidades e Ciência, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS; a participação da coordenadora também no evento *Elas na Ciência*, na Universidade Federal de Pelotas, e num evento sobre gênero e ciência no Instituto Federal Goiano; e a participação da integrante Rossana Soletti no I Simpósio Primavera das Mulheres, realizado na Universidade Federal de Itajubá (Unifei), em Minas Gerais.

O balanço das ações do *Parent in Science* reforça que a estratégia de atuação do grupo segue o modelo acadêmico-científico, seja na condução de uma pesquisa, propriamente dita, sobre os impactos da “m(p)aternidade” na carreira de cientistas, seja na

⁷⁹ Criado em 2014 pela ONU Mulheres, a entidade da Organização das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, o movimento *ElesPorElas* (*HeForShe*) é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade. O alcance da igualdade de gênero requer uma abordagem inclusiva, que reconheça o papel fundamental de homens e meninos como parceiros dos direitos das mulheres e detentores de necessidades próprias baseadas na obtenção deste equilíbrio. O movimento *HeForShe* convoca homens e meninos como parceiros igualitários na elaboração e implementação de uma visão comum da igualdade de gênero que beneficiará toda a humanidade. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

contratação de bolsistas de iniciação científica e de extensão, ou, ainda, na agenda predominantemente marcada pela participação em congressos, simpósios e outros eventos similares, sediados principalmente nas universidades.

Quanto a esta última característica, merece destaque o lançamento, pelo *Parent in Science*, em novembro de 2019, do *Guia prático para oferecimento de serviços de recreação em eventos científicos*⁸⁰ (ANEXO C). Trata-se de um documento de três páginas, com orientações para que organizadores(as) de eventos possam oferecer espaços destinados às crianças em encontros científicos. Nas primeiras linhas do guia, apresenta-se a justificativa: “Visando permitir a participação de mães e pais em eventos científicos, é essencial que a organização do evento leve em consideração o acolhimento de crianças” (PARENT IN SCIENCE, 2019).

Cabe ressaltar que o guia foi elaborado com base na experiência do próprio *Parent in Science*, que ofereceu o serviço nos dois primeiros simpósios realizados pelo grupo. A primeira orientação é conhecer a demanda, a partir do envio de questionários para dimensionar o interesse das pessoas inscritas no evento científico e a previsão do número de crianças a serem atendidas. O modelo de questionário do *Parent in Science*⁸¹ inclui perguntas como “Este serviço é essencial para sua participação no evento?”, e “Qual a sua relação com a criança que utilizaria o serviço?”, às quais se seguem as seguintes alternativas, nesta ordem: mãe, pai, responsável.

O formulário também indica quatro possibilidades de serviços a serem oferecidos: recreação infantil, serviço de cuidadores(as) para bebês, sala para aleitamento/ordenha e banheiro com trocadores. O projeto expressa preocupação com questões de acessibilidade, na seguinte pergunta: “Alguma das crianças possui alguma necessidade especial de cuidado?”.

Além de instruções relacionadas a aspectos logísticos, como levantamento de custos e contratação de prestadores (as) de serviços confiáveis, há orientações quanto ao levantamento de recursos financeiros para viabilizar a iniciativa, uma vez que, “Via de regra, agências de fomento não possuem uma rubrica em seus editais que permitam a utilização de verba para serviços de recreação” (PARENT IN SCIENCE, 2019). Uma das alternativas apresentadas é a parceria com instituições de ensino superior que tenham “cursos relacionados a essas atividades, como Pedagogia ou Educação Física” (*Ibidem*). A sugestão é propor atividades de extensão conjuntas, com a mediação de docentes dos cursos, que

⁸⁰ Disponível em: <https://www.parentinscience.com/documentos>. Acesso em: 10 mar. 2020.

⁸¹ Disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdRa1pCWTqQ_Z9pwW3GoZ4LSRVxE62L17EBIYhrhDLuxSKxEw/vi
ewform. Acesso em: 10 mar. 2020.

devem ser contactados(as) com antecedência, de modo que a atividade possa ser planejada e devidamente registrada.

Aqui, mais uma vez, fica evidente que o *Parent in Science* se organiza conforme a lógica clássica das universidades, pautada no tripé ensino/pesquisa/extensão, como forma de legitimar seu discurso em meio à comunidade acadêmico-científica e também de se manter. Ao mesmo tempo, estreita relações com a iniciativa privada, como já demonstrado, na busca de patrocínio junto às empresas e na abertura das discussões para o compartilhamento de experiências desenvolvidas no ambiente empresarial. Em que pese o caráter inovador da iniciativa de oferecer espaços para crianças, com cuidadores (as) e atividades de recreação, nos eventos científicos, é preciso refletir como tal iniciativa se insere no contexto da defesa da licença-maternidade e da igualdade de gênero na carreira científica.

Primeiramente, é preciso valorizar a preocupação com espaços de aleitamento e ordenha nos locais de realização dos eventos. Sabemos que raras instituições, públicas e privadas, dispõem deste tipo de espaço para acolher as mães no retorno da licença-maternidade, quando, em geral, ainda estão amamentando e passam um longo período longe das crianças. Para amenizar o desconforto físico da produção contínua de leite que precisa ser extravasada e, ao mesmo tempo, armazenar leite materno para oferecê-lo às crianças enquanto estão fora de casa, muitas mulheres não têm outra opção senão executar o processo nos banheiros de seus locais de trabalho – como vivenciou a autora da presente pesquisa. Nesse sentido, humanizar espaços de realização de eventos científicos para que sejam mais acolhedores às mulheres nesta condição é uma iniciativa importante.

No entanto, levar as crianças para o ambiente dos congressos parece controverso. Não temos o número de quantos pais manifestaram interesse ou mesmo chegaram a requisitar o serviço nos próprios simpósios do *Parent in Science*. Mas é possível inferir, com base na baixa participação masculina na pesquisa realizada pelo projeto, demonstrada no apelo do integrante Felipe Ricachenevsky, que esta demanda deve ser ínfima. A falta de espaços para crianças nunca impediu que os homens avançassem na carreira científica, afinal, como destaca Londa Schiebinger (2001), as instituições científicas, em especial as universidades, assim como as indústrias, foram estruturadas com base na suposição de que cientistas são homens que contam com suas esposas (ou mães, ou empregadas) para cuidar de seus lares e de sua prole.

Ainda que a iniciativa viabilize a participação de mulheres que, de outra maneira, não poderiam acompanhar as atividades, por não terem com quem deixar as crianças, é preciso enfatizar que o foco do *Parent in Science*, como o próprio nome sugere, deve ser o estímulo da parentalidade, ou seja, do cuidado compartilhado com os (as) filhos (as), que permita à mãe participar de um congresso ou outra atividade científica sem, necessariamente, estar preocupada em levar a criança consigo.

Como bem diz um provérbio africano, “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”. Assim, além dos pais, é preciso envolver famílias, de forma mais ampla, e a sociedade como um todo, para que este cuidado não seja responsabilidade exclusiva da mãe. Isso inclui as próprias universidades e demais centros de pesquisa, que devem investir em políticas de apoio e na construção de creches nos *campi*, por exemplo, além das agências de fomento, que precisam respeitar a recente licença-maternidade conquistada pelas pesquisadoras, não só na concessão do período de afastamento, sem a suspensão das bolsas, como também no momento de avaliar a requerida produtividade em seus editais de financiamento.

E, assim, que a licença-maternidade seja efetivamente usufruída, sem que as mães se sintam obrigadas (a menos que seja um desejo delas) a participar de atividades acadêmicas, mesmo de forma remota, nos meses iniciais após o nascimento de suas crianças, quando ambas requerem cuidados especiais. Que o benefício seja ampliado para que as trabalhadoras da iniciativa privada possam usufruir não apenas dos 120 dias, mas dos 180 dias já conquistados pelas servidoras públicas (incluídas as docentes do ensino superior), período mínimo recomendado de aleitamento exclusivo pela Organização Mundial da Saúde – mesmo para aquelas mães que, por razões diversas, não conseguem amamentar.

Que a licença paternidade também seja estendida, para que os pais possam se envolver mais, desde o início, no cuidado com as crianças – hoje, o padrão é de cinco dias, podendo chegar a 20 no setor público e nas empresas que aderem ao programa Empresa Cidadã. E que este direito seja garantido, também, a casais homoafetivos, bem como a pais e mães adotantes, e também em iniciativas solo.

Sobretudo, que com a crescente precarização das relações de trabalho, não haja retrocesso na conquista da licença para cuidar de crianças recém-nascidas, prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas. Reportagem publicada na *Folha de S. Paulo*⁸² revela que aumentou o número de crianças com poucos meses, ou até dias após o nascimento, nas creches públicas da rede municipal da capital paulista. Mais de 3,1 mil matrículas são correspondentes a bebês de até quatro meses de vida.

Esses recém-nascidos que chegam ainda não firmaram a cabeça nem conseguem ainda se virar. Tampouco se sentam, nem podem comer fruta ou papinha. Mães e pais poderão não estar presentes quando eles atingirem esses marcos pela primeira vez.

São filhos de cozinheiras, diaristas, copeiras, autônomas e outras profissões que, num ambiente profissional de crescente informalidade, muitas vezes não podem desfrutar total ou mesmo parcialmente do período legal da licença-maternidade, de 120 dias, e dos 30 de férias (RODRIGUES, 2020).

⁸² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/sem-licenca-e-com-boletos-maes-de-sp-passam-a-deixar-bebes-de-1-mes-na-creche.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Na reportagem assinada por Artur Rodrigues, o secretário municipal de Educação, Bruno Caetano, atribui o aumento desta demanda à Reforma Trabalhista, que ampliou as possibilidades de contratação de trabalho autônomo – sem direito à licença-maternidade ou paternidade, portanto

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir as afetividades e vulnerabilidades na relação entre pesquisador (a) e pesquisado (a), Ângela Cristina Salgueiro Marques e Luís Mauro Martino (2017) afirmam que quem conduz a pesquisa, quando guia-se pelos afetos, deixa-se afetar e transformar por sua investigação: “É provável que não sejamos mais os mesmos depois da pesquisa” (MARQUES; MARTINO, 2017, p. 38).

Mais do que minha transformação pessoal, sobretudo pelo autorreconhecimento de minha condição de cientista e feminista, e por minha evolução profissional como jornalista atuante na divulgação científica, a partir da vivência como pesquisadora, é preciso refletir em que medida isso deixa de ser um ganho individual e contribui para afetar e transformar a sociedade.

A experiência teve papel decisivo ao longo desta pesquisa. Não como evidência legitimadora, conforme alerta Joan Scott (1998), mas como instrumento que permitiu a abertura para o *outro* (neste caso, sobretudo, *as outras*) e expandiu o gesto de olhar para o que estava em análise. Entendendo a interpretação como apropriação (RICOEUR, 1989), o percurso da pesquisadora está intrinsecamente ligado à sua forma de leitura.

Um dos maiores desafios foi capturar um retrato do fenômeno em sua dinamicidade. O *Parent in Science* observado no início da pesquisa não é o mesmo que se apresenta ao final deste estudo. Este, por sua vez, precisa da demarcação de um término, para fins metodológicos, enquanto o movimento terá continuidade, em seu constante processo de transformação. Dado o caráter múltiplo e provisório das textualidades e da captura do texto como uma emergência, como uma rede que se expande para além de sua imanência, é preciso conectá-lo não só com experiências do passado, mas também com expectativas de futuro (LEAL, 2018).

É perceptível o esforço de adaptação do *Parent in Science* e a redefinição de suas estratégias em resposta às transformações sociais que ocorrem ao seu redor. Cabe registrar que atualizações do imaginário social da maternidade são observadas, paralelamente. Em março de 2020 (mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, é importante lembrar), a capa da revista de negócios *Forbes*, no Brasil, destacou Cristina Junqueira, cofundadora do banco digital Nubank, em sua 40ª semana de gestação, como uma das 20 mulheres mais poderosas do Brasil (FIGURA 12).

Figura 12 – Cristina Junqueira, cofundadora do Nubank, na capa da revista *Forbes*



Fonte: *Forbes Brasil*, mar. 2020.

Evidenciar uma mãe como empresária bem-sucedida, numa publicação que tradicionalmente destaca perfis masculinos, não deixa de representar uma mudança de paradigma. Em entrevista ao site *Universa*, do portal *UOL*, Cristina Junqueira revela que, para chegar à atual posição, foi obrigada a abrir mão da licença-maternidade ao final de sua primeira gravidez.

O nascimento da minha primeira filha, Alice, há 5 anos, coincidiu com o lançamento do Nubank no Brasil. Eu não tinha funcionários trabalhando comigo, somente desenvolvedores. Por causa disso, precisei pular a licença-maternidade e retornei ao trabalho logo depois do parto. Na época, não tive escolha. Não posso dizer que me arrependo, nem que foi uma bobagem. Foi algo necessário. O empreendedorismo envolve sacrifícios: são escolhas difíceis, não existe milagre. Mas tenho consciência de que a minha situação passou longe do ideal. Nenhuma mulher deveria passar por isso.⁸³

Eis, neste depoimento, mais um indício de que, para ascender à carreira, especialmente em territórios de domínio masculino – como nas ciências – as mulheres ainda precisam se adaptar a condições impostas pelo mundo dos homens, que não levam em conta particularidades do ciclo de vida feminino, como a maternidade (mesmo que esta não seja uma condição feminina universal).

⁸³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/04/vice-presidente-do-nubank-posa-gravida-para-a-capa-da-forbes-um-marco.htm>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Por outro lado, também ganham visibilidade experiências como a de Duda Salabert, primeira transexual a conseguir o direito à licença-maternidade no Brasil – a filha Sol nasceu em junho de 2019. Pré-candidata à carreira política, ela afirma, vestida com uma camisa estampada com os dizeres “[...] forte como uma mãe”, que uma de suas pautas será “[...] a rediscussão da licença maternidade [sic] no Brasil, abraçando as novas configurações familiares”⁸⁴.

Assim como o encontro com outras experiências foi o catalisador de mudanças em quem conduz esta pesquisa, percebe-se que o *Parent in Science* amplia seu escopo à medida que abre-se para a participação de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, e também de perfis mais diversos, que trazem novas perspectivas para a questão materna na carreira científica. No II Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Carreira Científica, por exemplo, foram inseridas discussões sobre o desafio de ser mãe ou pai de crianças com deficiência e sobre a sub-representação das minorias étnico-raciais nas ciências.

No entanto, discussões sobre o racismo no ambiente acadêmico-científico e suas implicações para mães negras ainda são levantadas de modo periférico e aparecem de forma incipiente no discurso institucional do *Parent in Science*. A parentalidade no contexto LBGT é uma questão que permanece invisível, a menos quando provocada pelo público, durante os eventos organizados pelo projeto.

Aprofundar tais discussões torna-se necessário em direção a uma perspectiva interseccional, a partir do entendimento de que classe, gênero, sexualidade e raça são categorias interligadas de reforço da opressão e das estruturas sociais (LUGONES, 2014). Como enfatiza Tina Mattsson (2014), apagar os resquícios da dominação colonial, tais como o racismo, a homofobia e a dominação de classes, pode implicar no risco de reproduzir tais estruturas opressoras, ainda que as iniciativas sejam bem intencionadas.

Rita Laura Segato (2016) afirma que as várias categorias de pessoas diferenciadas e minorizadas, nas quais estão incluídas não só as mulheres, mas também negros (as), indígenas, praticantes de modalidades não normativas de sexualidade, dentre outras, são consideradas anomalias desviantes do sujeito universal imposto pelo imaginário coletivo, construído a partir do homem branco colonizador.

De acordo com a autora, o que se deu, então, foi a “masculinização da institucionalidade” e a despolitização dos vínculos que emergem do espaço doméstico. A minorização das demais categorias está associada com a crença moderna de que tudo o que está relacionado às questões de gênero é relegado ao âmbito do íntimo e do privado. Ela argumenta que as questões das mulheres não são um problema de minoria, mas a base de

⁸⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/19/politica/1566239308_657567.html. Acesso em: 23 mar. 2020.

todas as outras formas de opressão na sociedade: as estratégias criadas e colocadas em prática pelas mulheres indicam o caminho para todos.

Mulheres (representando a posição feminina aqui), sujeitas à sua própria história que produziu conhecimento especializado, somos a estabilidade confiável da vida cotidiana, guardiãs das raízes, emblema da comunidade, responsáveis pela diversidade genética que ainda existe no planeta, especialistas na vida relacional e na gestão dos laços de intimidade, ideais nas práticas não burocráticas da vida, capazes de habitar o esconderijo seguro do espaço doméstico, dando-lhe politicidade, dotadas de imaginação marginal e não disciplinada pela norma positiva, hábeis para sobreviver (SEGATO, 2016, tradução nossa)⁸⁵.

Para a autora, romper com a estrutura minorizadora significa propor outra política. Ela defende que o problema da mulher seja retirado do gueto; que os muros limitadores dos espaços domésticos sejam derrubados e que sua politicidade seja restaurada.

Entendemos que o *Parent in Science* dá um importante passo ao tornar visível a questão da maternidade, tida como um tabu nas instituições de pesquisa, espaços masculinizados nos quais o tema era tratado como algo da esfera doméstica. No entanto, o projeto precisa ampliar sua perspectiva, que parte da mulher branca como universal, para a pluralidade das mulheres no ambiente acadêmico-científico.

A conclusão deste trabalho ocorre em meio ao ápice da pandemia do novo coronavírus, que afeta, evidentemente, a pesquisadora e o fenômeno pesquisado, assim como a todos que vivenciam esta crise. Sem a pretensão de analisar um fenômeno de tal magnitude, em tempo real, é possível pontuar questões que já começaram a ser levantadas e dialogam com as reflexões desenvolvidas na presente pesquisa.

O próprio adiamento do III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, no contexto das medidas tomadas pelas autoridades para evitar aglomerações de pessoas e conter o avanço da nova doença, faz parte de um cenário de incertezas para o movimento *Parent in Science* e para a sociedade como um todo, o que inclui as instituições de ensino e pesquisa. O *Parent in Science* encaminhou uma carta às agências de fomento e pró-reitorias de pós-graduação das universidades, pedindo a prorrogação dos prazos dos editais de financiamento e das defesas de mestrados e doutorados, sem a perda das bolsas. Ações tomadas pelas instituições nesse sentido também foram divulgadas pelo projeto.

No âmbito das relações trabalhistas, repentinamente, somada à precarização dos contratos de prestação de serviços, com vínculos cada vez mais informais, surge a

⁸⁵ No original: “Las mujeres (representando aquí la posición femenina), sujetas de una historia propia que produjo saberes especializados, somos la estabilidad confiable del cotidiano, custodias del arraigo, emblema de la comunidad, responsables por la diversidad genética que todavía existe en el planeta, expertas en la vida relacional y en la gestión de los lazos de la intimidad, idóneas en las prácticas no burocratizables de la vida, capaces de habitar el seguro escondite del espacio doméstico otorgándole politicidad, dotadas de una imaginación marginal y no disciplinada por la norma positiva, hábiles para sobrevivir”.

modalidade compulsória de trabalho remoto. Ao mesmo tempo, as escolas tiveram as atividades presenciais suspensas por tempo indeterminado e as crianças estão quase totalmente entregues aos cuidados de suas famílias. Agora, com a restrição da participação das avós, importante sustentação das redes de apoio, principal grupo de risco em eventual contágio pela Covid-19.

Mesmo as famílias que podiam contar com babás são forçadas a avaliar a viabilidade de manter as profissionais em atividade, uma vez que, via de regra, elas precisam se expor ao risco de contaminação no transporte público para chegar ao trabalho – o que constitui uma ameaça à saúde das crianças sob seus cuidados e, conseqüentemente, aos seus próprios empregos.

Como já demonstrado, a tendência é que a sobrecarga extra do cuidado com as crianças recaia sobre as mães, o que coloca aquelas em situação *so/lo*, ou as que respondem majoritariamente pela guarda das crianças, em posição particularmente vulnerável. Para além da pressão psíquica da ameaça de uma doença e do isolamento social forçado pela quarentena, muitas daquelas que não tiveram suas fontes de renda inviabilizadas, na categoria que passou a ser chamada de “empreendedorismo materno”, agora precisam se adaptar ao *home-office*, quando têm a sorte de terem seus vínculos empregatícios mantidos.

A questão foi imediatamente levantada pelo *Parent in Science*, que promoveu uma enquete em suas mídias sociais com a seguinte pergunta: “*Home-office*: Esta é uma alternativa para quem tem filhos em casa? Conta pra gente como tem sido sua experiência”⁸⁶. A rápida observação de mais de uma centena de comentários publicados em resposta (o depoimento de um único homem foi identificado) revela que as palavras mais frequentes são “impossível” e “muito difícil”.

As mães que relatam estar conseguindo conciliar o trabalho formal e o trabalho doméstico são minoria; em geral, aquelas que conseguem revezar as atividades com os pais. Ou as que conseguem superar o cansaço e dar continuidade às atividades profissionais enquanto as crianças estão dormindo. Esta não é uma opção para as professoras, por exemplo, que precisam preparar e ministrar aulas *on-line*, cujos(as) filhos(as) acabam invadindo, vez ou outra, as interações com os alunos.

Além da sobrecarga de trabalho doméstico, reportagem do jornal *Nexo*⁸⁷, sobre os impactos da pandemia sobre as mulheres, alerta para a exacerbação de problemas como a exposição à violência doméstica e a vulnerabilidade econômica. Elas são maioria em categorias profissionais como diaristas. No sistema de saúde, estão na linha de frente dos

⁸⁶ Disponíveis em: <https://www.facebook.com/parentinscience/posts/2847763051981065> e <https://www.instagram.com/p/B94b23kpeWn/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁸⁷ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Quais-os-impactos-da-pandemia-sobre-as-mulheres>. Acesso em: 28 mar. 2020.

cuidados prestados aos infectados pelo vírus, já que são ampla maioria na área de enfermagem – no Brasil, cerca de 85% das enfermeiras são mulheres (NEXO, 2020).

A pandemia da Covid-19 leva ainda a múltiplas reflexões sobre a posição ocupada pelas mulheres na própria corrida científica para entender a dinâmica de reprodução do novo vírus e a descoberta de uma nova vacina. No Brasil, o sequenciamento genômico em tempo recorde, realizado pelas pesquisadoras Ester Sabino e Jaqueline de Jesus, da Universidade de São Paulo, em parceria com o Instituto Adolfo Lutz, trouxe à luz o trabalho silencioso (ou silenciado) das cientistas negras à frente de pesquisas de ponta.

Dando continuidade às projeções futuras, segundo a coordenadora Fernanda Staniscuaski (2019), dentre as próximas discussões prioritárias do *Parent in Science* está o viés implícito de gênero nos processos seletivos, em especial nos concursos para a contratação de docentes nas universidades. Uma das reivindicações é que perguntas como “Você pretende se casar ou ter filhos?” sejam proibidas nas bancas.

Neste aspecto, o compartilhamento de experiências com o ambiente empresarial, como já anunciado, parece promissor. Também acostumadas a ouvir a referida questão ao apresentarem seus currículos, uma vez admitidas, as funcionárias celetistas estão fadadas a outro constrangimento: a ameaça do desemprego após o retorno da licença-maternidade. Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas com quase 250 mil brasileiras mostra que, entre mulheres com ensino fundamental incompleto e completo, mais de 50% são desligadas do trabalho até 12 meses após o período de afastamento. Dentre mulheres com ensino médio, o percentual é de 49%; acima deste nível de escolaridade, cai para 35% (MACHADO; NETO, 2016).

Em que pesem as dificuldades e restrições à sua ascensão profissional, depois de se tornarem mães, como demonstrado ao longo deste trabalho, as cientistas que atendem aos critérios do projeto *Parent in Science* para serem assim reconhecidas (necessariamente vinculadas a instituições de pesquisa, em geral como docentes nas universidades) contam com o benefício da estabilidade garantida às servidoras públicas. Desse modo, mais do que se reconhecerem como “heroínas com privilégio” (STANISCUASKI; BARBOSA, 2019), por serem pessoas com capacidade de trabalho excepcional e que contam com uma rede de apoio – o que pode soar como um discurso meritocrático – é preciso que elas passem a explicitar também, sua posição privilegiada frente às demais trabalhadoras.

Ademais, para que as demandas do *Parent in Science* não pareçam por demais corporativistas, o projeto não pode se furtar à questão da maternidade entre as alunas de graduação, como se fosse um problema *outro*, a ser resolvido entre elas e as instituições de ensino e pesquisa. Não basta apenas dar visibilidade a iniciativas de coletivos discentes, que sobrevivem em condições improvisadas. As docentes, já organizadas, podem (e devem) assumir seu papel de mediadoras, com apoio afetivo e efetivo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. R. P. *et al.* Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil. *In:* ABREU, A. R. P. *et al.* (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 149-160.
- ABRIL, Gonzalo. Aquí va a ver más que palabras. **Cuadernos de Información y Comunicación**, Madri, v. 12, p. 7-9, 2007.
- ABRIL, Gonzalo. **Cultura visual: de la semiótica a lo político**. Madrid: Plaza y Valdés, 2014.
- ABRIL, Gonzalo. Cultura visual y espacio público-político. **Cuadernos de Información y Comunicación**, Madri, v. 15, p. 21-36, 2010.
- ALBORNOZ, Mario *et al.* **Las brechas de género en la producción científica Iberoamericana**. Buenos Aires: Observatorio Iberoamericano de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad de la Organización de Estados Iberoamericanos, 2018.
- AMÁLGAMA. *In:* HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- ARAUJO, Emília; FONTES, Margarida. A mobilidade de investigadores em Portugal. **Rev. iberoam. cienc. tecnol. soc.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 8, n. 24, p. 9-43, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132013000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-288, jan./abr. 2008.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. **Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil**. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2018.
- CARVALHO, Carlos Alberto; LAGES, Luiza; LOUISE, Marcelle Louise; COSTA, Verônica. Desnaturalizar as ciências, um desafio metodológico para pensar estratégias textuais de sua divulgação. *In:* MARTINS, Bruno Guimarães; MOURA, Maria Aparecida; PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello (orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, p. 15-36, 2019.
- CASTELFRANCHI, Yuri; VILELA, Elaine M. *et al.* **Os mineiros e a ciência: primeira pesquisa do Estado de Minas Gerais sobre percepção pública da ciência e tecnologia**. Belo Horizonte: KMA, 2016.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, n. 1, p. 5-15, 2003.
- CLOUGH, Patricia T. **Affective turn**. New York: Duke, 2007.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Séries históricas até 2015**. Bolsas de Produtividade em Pesquisa por categoria/nível segundo o sexo do bolsista 2001-2015. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas/>. Acesso em: 15 set. 2018.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Sobre a Plataforma Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CRUZ, Joliane Olschowsky da. **Mulher na Ciência**: representação ou ficção. 2007. 242f. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi: 10.11606/T.27.2007.tde-06052009-131106. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-06052009-131106/pt-br.php>. Acesso em: 9 set. 2018.

DELLAZZANA-ZANON, L. L.; DELLAZZANA, Ângela Lovato; TALAMONI, Isadora. Maternidade e ciência: um estudo qualitativo sobre engajamento e motivação nas redes sociais. **Atas – Investigação Qualitativa em Saúde/Investigación Cualitativa en Salud**, Lisboa, v. 2, p. 1044-1049, 2019.

[DOC.GN] Fator F. Direção e montagem: Maria Lutterbach. 2018. 1 vídeo (17 minutos). Publicado pelo canal Gênero e Número no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RukTR9VHcUg&list=PLmcZNYcsHjhg68DTdzdzSzyUwnlttyr3x>. Acesso em: 8 jul. 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: Século XIX: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FONTGALAND, Arthur & CORTEZ, Renata. 2015. "Manifesto ciborgue". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/manifesto-ciborgue>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloísa Burque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-46.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Burque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 94-118.

HOLLANDA, Heloísa Burque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

INFANGER, Camila; CORREA LIMA, Manolita. Maternity Leave Benefit for Researchers: A Case Study of FAPESP's Maternity Leave Policy. **International journal of Environmental Science and Technology**, v. 11, n. 1, p. 134-145, 2019.

LEAL, Bruno. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. *In*: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (orgs.). **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, p. 17-34, 2018. (Olhares Transversais).

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

MACHADO, Cecília; NETO, V. Pinho. **The labor market consequences of maternity leave policies**: evidence from Brazil. FGV Biblioteca Digital, 2016.

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro; MARTINO, Luís Mauro. Afetividades e vulnerabilidades na relação pesquisador/sujeito pesquisado. *In*: KÜNSCH, Dimas A. *et al.* (orgs.). **Produção de conhecimento e compreensão**. São Paulo: Editora Uni, p. 37-48, 2017.

MATTSSON, Tina. Intersectionality as a Useful Tool: Anti-Opressive Social Work and Critical Reflection. **Affilia: Journal of Women and Social Work**, n. 29, v. 1, p. 8-17, 2014.

MENDONÇA, C. M. C.; MEDEIROS, E. S.; DA SILVA, M. S. Textualidade e dimensão afetiva como método investigativo: pesquisador afeta(n)do no aplicativo de encontro gay Grindr. *In*: MARTINS, Bruno Guimarães; MOURA, Maria Aparecida; PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello (orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, p. 37-50, 2019.

MORAES, Andrea; FARIAS, Patrícia Silveira de. Na academia. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Explosão feminista**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2018. p. 205-237.

MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. *In*: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas (orgs.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019. p. 41-49.

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. *In*: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos *et al.* (orgs.). **Comunicação e sensibilidade**: pistas metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2016. p. 79-98.

OLIVEIRA, João Manuel de. A necropolítica e as sombras na teoria feminista. **ex æquo**, Lisboa, n. 29, p. 69-82, 2014.

PARENT IN SCIENCE. **Guia prático para oferecimento de recreação em eventos científicos**. Porto Alegre, nov. 2019. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/7xjl53ucijybvc/Guia%20para%20oferecimento%20de%20recreacao.pdf?dl=0>. Acesso em: 4 abr. 2020.

PESSOA, Sônia; MANTOVANI, C. A.; BOAVENTURA, S. A dimensão dos afetos: movimentos entre corpus sensível e gestos de pesquisa. *In*: MARTINS, Bruno Guimarães; MOURA, Maria Aparecida; PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello (orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

PESSOA, S. C. **Estética da diferença**: contribuições ao estudo da deficiência e das redes sociais digitais como dispositivos de mise en scène. 2015. 330f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://150.164.100.248/poslin/defesas/1634D.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

PIRES, Breiller. Ser mãe ou jogar futebol, o dilema das mulheres que vivem da bola. **El País Brasil**, São Paulo, 13 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/13/deportes/1560383306_048881.html?rel=str_articulo#1561403254123. Acesso em 4 abr. 2020.

RICACHENEVSKY, Felipe. **Me tornar pai mudou completamente minha vida**. Mas nós, os pais, somos os sortudos. Porto Alegre, 15 jan, 2020. Facebook: parentinscience. Disponível em: https://www.facebook.com/parentinscience/posts/2720230088067696?_tn_=K-R. Acesso em: 9 mar. 2020.

RICOEUR, P. **Do texto à ação**. Ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1989.

RODRIGUES, Artur. Sem licença e com boletos, mães de SP passam a deixar bebês de 1 mês na creche. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/sem-licenca-e-com-boletos-maes-de-sp-passam-a-deixar-bebes-de-1-mes-na-creche.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ROMAR, R. Una gallega gana la batalla para que no se penalice a científicas embarazadas. **La voz de Galicia**, Arteixo, 27 dez. 2018. Disponível em: https://www.lavozdegalicia.es/noticia/sociedad/2018/12/27/gallega-gana-batalla-penalice-cientificas-embarazadas/0003_201812G27P25991.htm. Acesso: 20 maio 2019.

SANTOS, B. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso: 14 jun. 2020.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogos com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p.137-150, 2001.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SEGATO, Rita Laura. Patriarcado: del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad, y crueldad en la fase apocalíptica del capital. **La guerra contra las mujeres**, p. 91-108, 2016.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 48, e164809, 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600480009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000300301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STANISCUASKI, Fernanda. Maternidade e ciência. [Entrevista concedida a] Alessandra Ribeiro. **Minas faz ciência**. Belo Horizonte, n. 74, p. 6-9, jun. 2018.

STANISCUASKI, Fernanda. Parent in Science: atualização dos dados do projeto e relato dos avanços nas ações desenvolvidas. Palestra proferida no II Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, Porto Alegre, maio 2019. Disponível em: <https://youtu.be/KlelrOmtPO4>. Acesso em: 4 abr. 2020.

STANISCUSKI, Fernanda; BARBOSA, Márcia. Parent in Science: A ciência não deve ser feita somente por super-heroínas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 maio 2019. Ciência & Matemática. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia-matematica/post/parent-science-ciencia-nao-deve-ser-feita-somente-por-super-heroínas.html>. Acesso em: 1 jun. 2019.

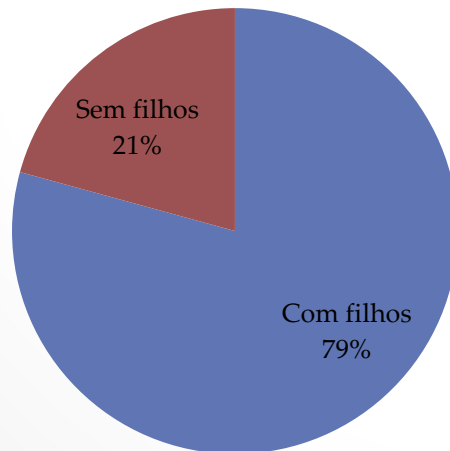
STEWART, Kathleen. **Ordinary affects**. Durham;London: Duke University Press, 2007.

ANEXO A – Resultados preliminares *Parent in Science*

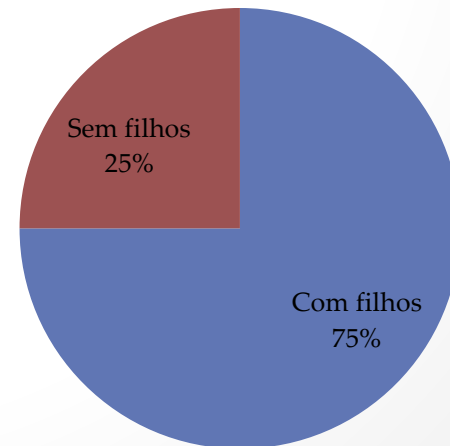
Como estamos....

- 881 respostas do grupo das docentes mães
- 239 respostas do grupo das docentes sem filhos

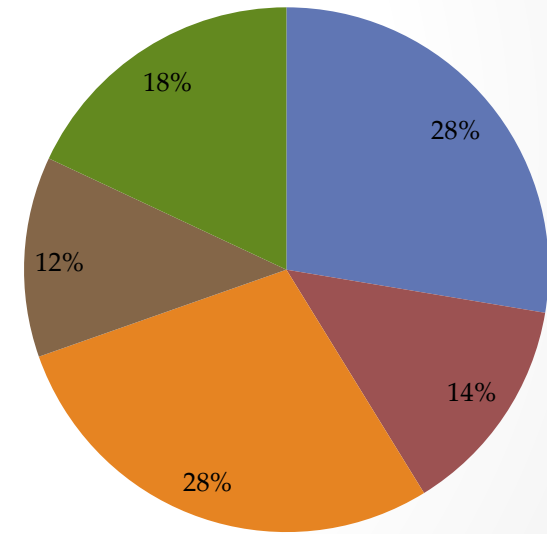
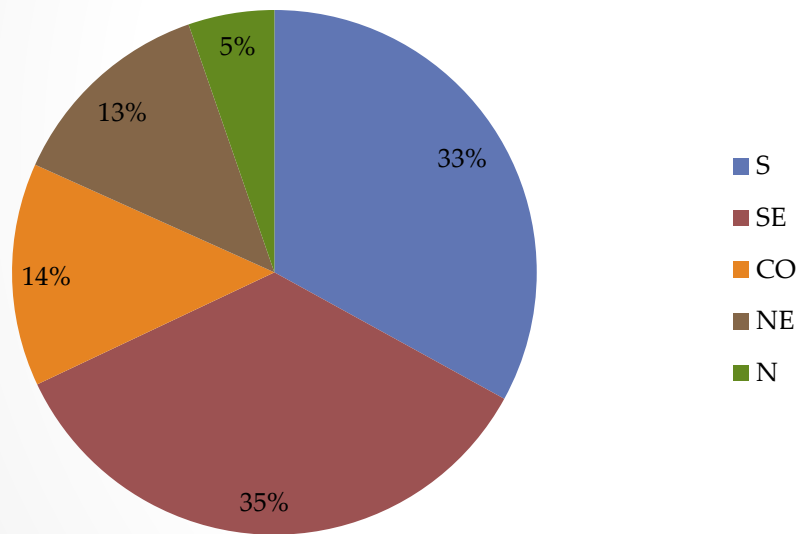
Respostas



IB - UFRGS



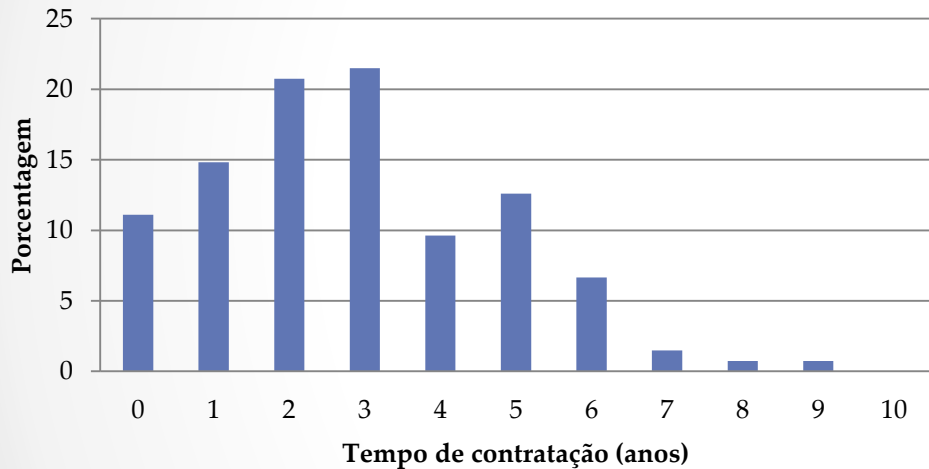
Representatividade nacional



Número de pesquisadores
por região
Censo CNPq 2016

Quando ocorre a maternidade das docentes?

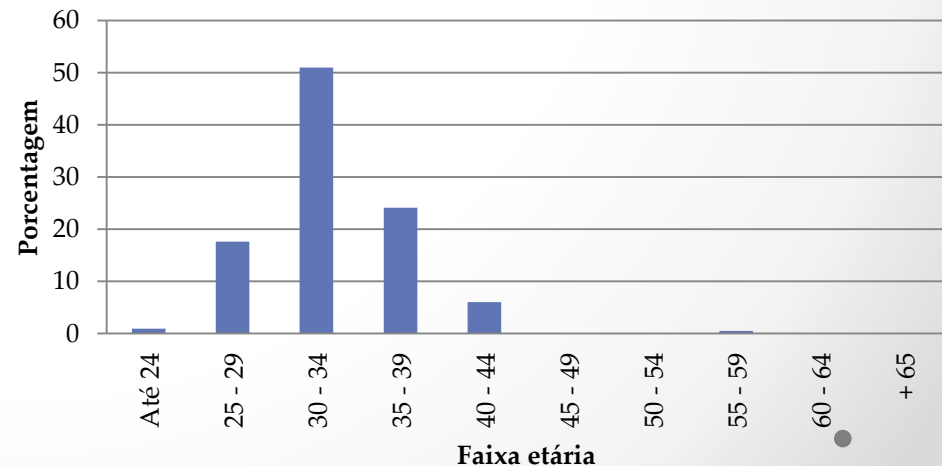
Primeiro filho



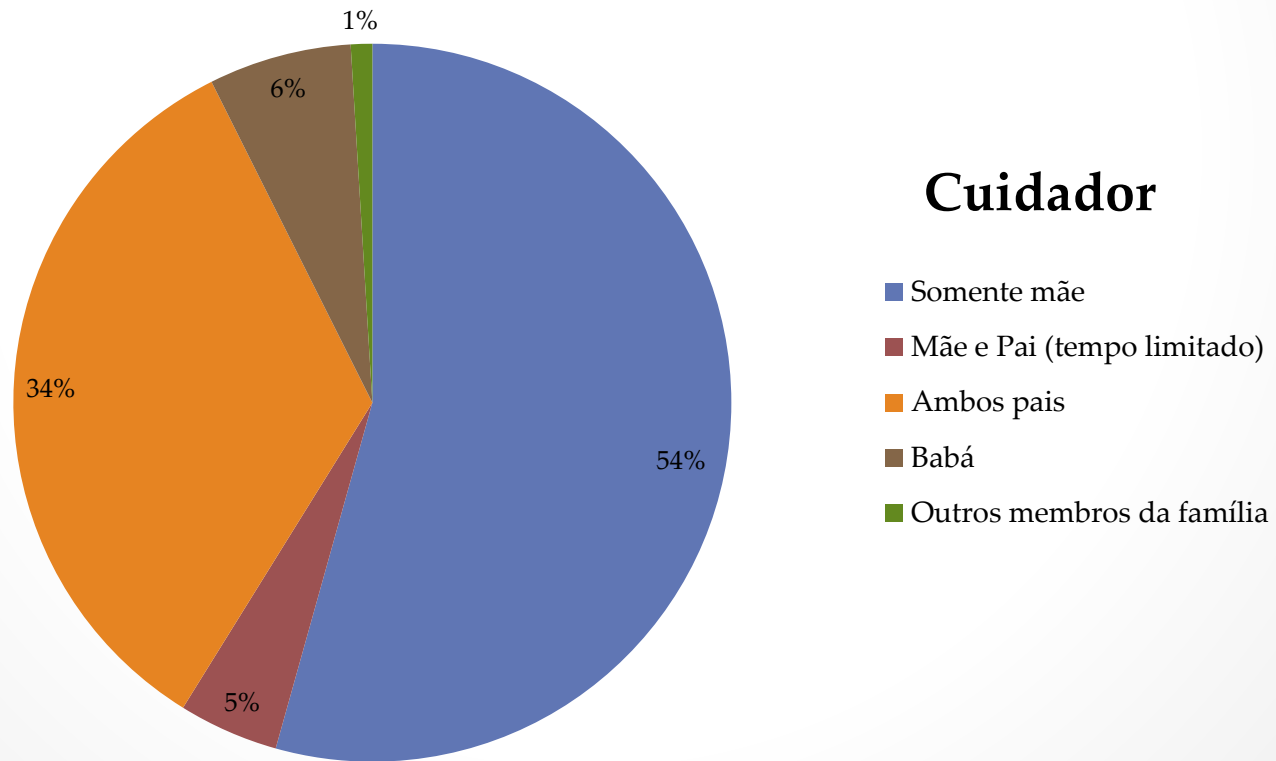
2,8 anos após a contratação

32 anos de idade

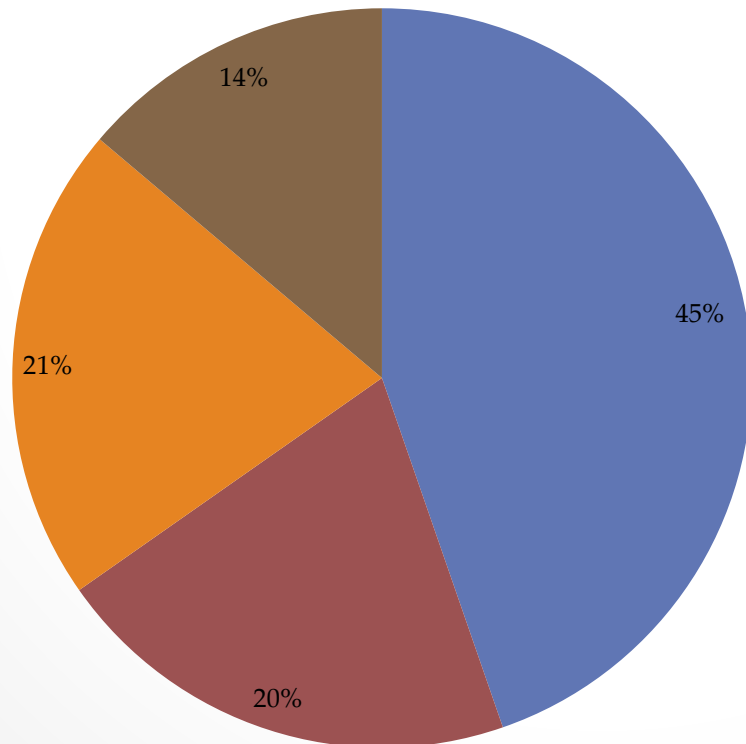
Contratação



Quem cuida?



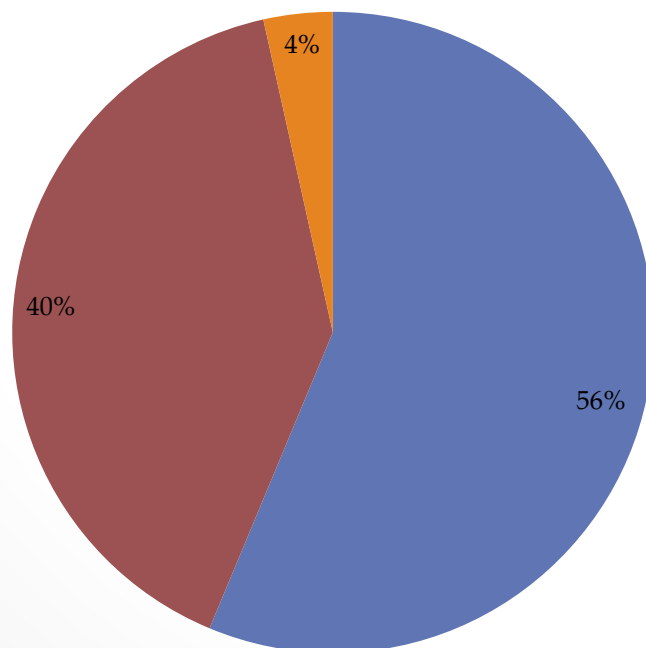
Disponibilidade de tempo



Trabalho em casa

- Não/Muito raramente/Muita dificuldade
- Somente tarefas simples/pouco tempo
- Após filhos dormirem/madrugada
- Sim

Editais de fomento – cumprimento dos prazos

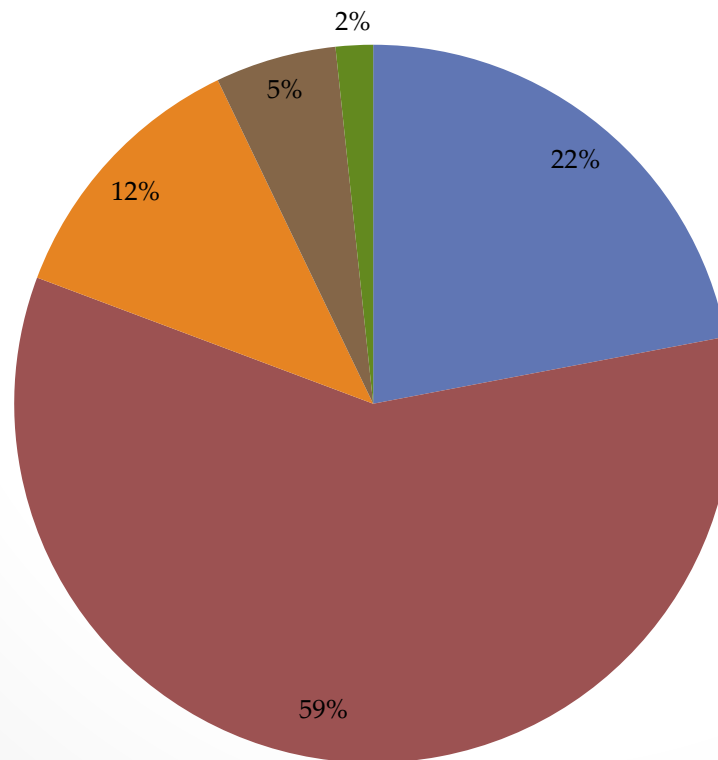


**Não cumpriu prazo
para submissão**

- Sim
- Não
- Decisão de não submeter

Impacto da maternidade

A percepção das mães



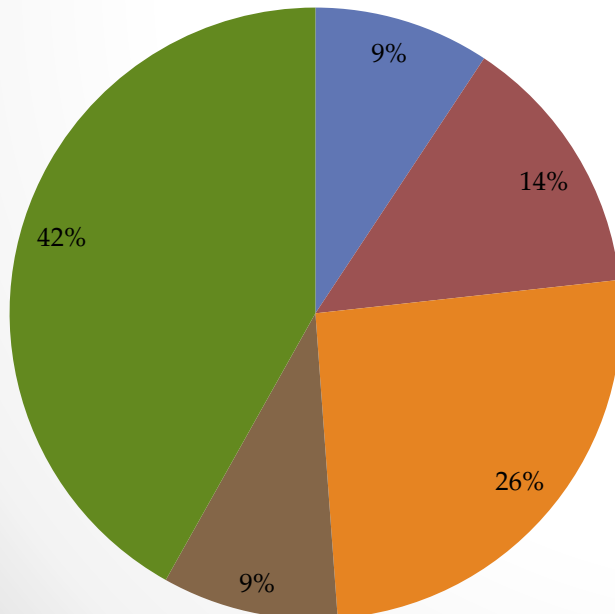
Impacto na carreira

- Bastante negativo
- Negativo
- Nenhum
- Positivo
- Bastante positivo

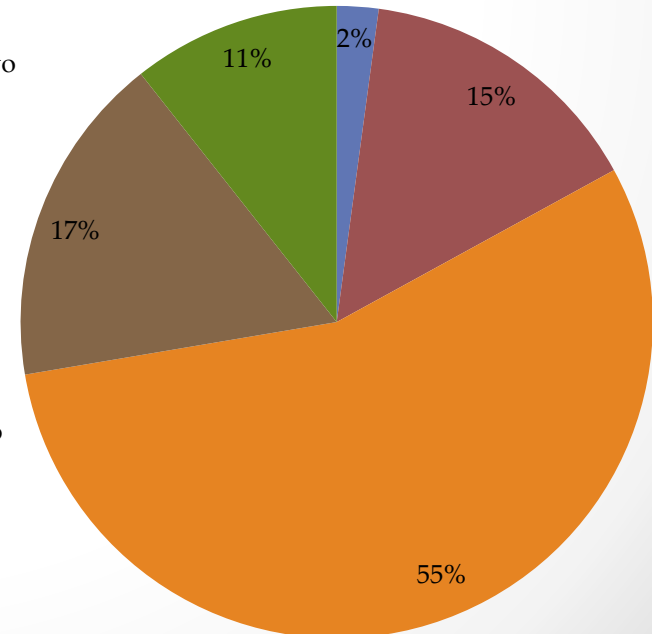
Mulheres em fase de formação

- Questionário liberado em fevereiro de 2018
 - Mestrado/doutorado: 92 respostas
 - Pós-doutorandas: 9 respostas

Orientador(a)



PPG



E os pais?

- Questionário liberado em fevereiro de 2018
 - 41 respostas

ANEXO B – Programa Embaixadores *Parent in Science*



Programa Embaixadores Parent in Science

Objetivo

Capilarizar a influência do grupo Parent in Science a um alcance nacional, buscando impacto no maior número de estados possível a fim de **mobilizar redes locais, levantar dados de realidades estaduais** do ecossistema científico brasileiro e **habilitar soluções para problemas** da esfera da maternidade na academia.

Critérios para candidatura e seleção

Critérios obrigatórios

- Ser mãe ou pai
- Ser pesquisador(a) (incluindo alunos(as) de pós-graduação e pós-doutorandos(as))

Critérios não obrigatórios

- Estar envolvido(a) em projeto ou ação relacionada à temática de gênero na ciência, incluindo (mas não restrito): mulheres na ciência, maternidade e ciência, mulheres em STEM (exatas), comunicação científica feminista, carreira da mulher na ciência.
- Inserção em algum coletivo universitário

A candidatura será realizada através do preenchimento do Formulário de Candidatura, disponível na página (www.parentinscience/embaixadores), até às 23:59 do dia 31 de janeiro de 2020.

A seleção será feita através da análise das informações fornecidas no formulário. Caso julgue necessário, a equipe do Parent in Science agendará uma entrevista virtual, em horário e dia a combinar com os candidatos. A descrição da motivação para participar do programa será o principal ponto a ser considerado na seleção.

Serão escolhidos até quatro Embaixadores por instituição de ensino e/ou pesquisa, sendo até dois pesquisadores docentes (uma mãe e um pai) e até dois pesquisadores discentes de pós-graduação/pós-doutorandos(as) (uma mãe e um pai).

Nas instituições onde existem membros permanentes do Parent in Science (UFRGS, UNIPAMPA, UFF, INPA, UERJ e UFCSPA) não serão selecionadas embaixadoras da categoria pesquisadoras docentes mães.

O resultado da seleção será divulgado em nossas redes sociais, bem como por e-mail para os candidatos, a partir do mês de março de 2020.

Ações planejadas para os Embaixadores

Desenvolvimento de ações locais – realizar levantamentos a respeito do tema m(p)aternidade dentro da sua instituição, principalmente no que diz respeito às políticas de apoio, tanto à alunos quanto à docentes; promover a agenda do projeto dentro das suas instituições, levando as demandas geradas às instâncias competentes.

*Toda e qualquer ação planejada de forma individual pelo(a) embaixador(a) em sua instituição deverá ser validada por membros do grupo previamente à sua execução, visando à conformidade com os princípios do movimento.

Geração de materiais – serão produzidos coletivamente pelas pesquisadoras do Parent in Science materiais que poderão ser utilizados na resolução de problemas locais e para divulgação, por parte dos embaixadores, da agenda desenvolvida pelo grupo.

*Qualquer material produzido de forma individual deverá ser validado por membros do grupo previamente à sua divulgação externa, visando à uniformidade nas informações prestadas.

Ponto de apoio para pesquisa – espera-se que os embaixadores se disponibilizem para eventuais coletas de dados de sua respectiva comunidade acadêmica assim como compartilhamento do que for produzido sob sua coordenação nas instituições acadêmicas em seu estado.

Apoio online – espera-se que os embaixadores apoiem o grupo por meio de mídias sociais, em especial no tocante a temas que de alguma forma perpassem seu respectivo estado, mas também no apoio a grupos de discussões no Facebook/Twitter.

Representação em eventos – espera-se que os embaixadores se disponibilizem para representar o grupo em eventuais eventos e reuniões institucionais. Nas referidas

ocasiões, o(a) embaixador(a) será previamente contatado por membros do grupo e contará com todo o apoio necessário.

Termo de Adesão – a fim de garantir o envolvimento dos embaixadores dentro das ações planejadas pelo grupo no curto prazo, solicita-se a adesão pelo período de 01 (um) ano ao Programa de Embaixadoras Parent in Science. Entretanto, caso o(a) embaixador(a) julgue necessário, poderá solicitar afastamento do programa a qualquer momento dentro deste período. O desligamento do(a) embaixador(a) poderá ser realizado a qualquer momento pela coordenação do movimento, caso ações não condizentes com os princípios do grupo sejam verificadas. A renovação da participação do(a) embaixador(a) no programa se dará mediante concordância de ambas as partes.

Dúvidas devem ser encaminhadas para o e-mail do programa: embaixadoras.parentinscience@gmail.com.

ANEXO C – Guia prático para oferecimento de serviços de recreação em eventos científicos



Guia prático para oferecimento de serviços de recreação em eventos científicos

Visando permitir a participação de mães e pais em eventos científicos, é essencial que a organização do evento leve em consideração o acolhimento de crianças durante o evento. Além de permitir que os responsáveis possam aproveitar plenamente as atividades do evento, o oferecimento de serviço de recreação/cuidadores é fundamental para que a experiência seja positiva para a criança também!

Abaixo, deixamos algumas dicas práticas sobre como planejar o oferecimento deste serviço em seu evento. E estamos à disposição para auxiliar ao longo do caminho!

1. Conhecendo a demanda

Para fornecer um serviço apropriado, é preciso conhecer com antecedência a demanda que o evento terá para este serviço. Sugerimos que a organização do evento, uma vez escolhida a cidade onde o mesmo ocorrerá, divulgue um questionário para levantamento de possíveis usuários da recreação/espço infantil/estrutura para recebimento de bebês. Neste link, uma sugestão de questionário para este levantamento:

<https://forms.gle/HrvAEyoaN5eMTtoCFA>

O formulário pode ser enviado por e-mail para os membros da sociedade científica organizadora, bem como divulgado nas redes sociais. O Parent in Science oferece a divulgação do questionário em suas redes. Basta enviar o link por e-mail, com os detalhes do evento.

2. Planejamento do serviço, custos e alternativas

Uma vez conhecida a demanda (número de crianças, idades e tipo de serviço necessário), é hora de planejar o que é viável de ser oferecido. Busque locais para realização do evento que tenham em suas dependências fraldários e/ou banheiro família. Verifique se alguma sala poderia ser reservada para amamentação, bem como ordenha de leite.

2.1 Contratação de serviços de terceiros para recreação

Se a ideia é oferecer recreação através da contratação de prestadores deste serviço, é importante obter recomendações destes prestadores. Entre em contato com mães/pais que morem na cidade do evento, eles poderão auxiliar na escolha dos profissionais. Realize os orçamentos para o número de crianças levantado na demanda, mas peça que seja enviado no orçamento valores referentes a faixas de números de crianças (10-20; 20-30, etc). Também solicite informações sobre a possibilidade de contratação do serviço para o número mínimo de crianças previstas e do ajuste deste número (e dos valores) em data mais próxima ao evento, deixando já estabelecida esta data. É essencial obter juntamente aos prestadores do serviço as seguintes informações:

- idade mínima para atendimento das crianças sem a presença constante do responsável;
- trocam fraldas?
- auxiliam na alimentação (caso seja oferecido algum tipo de lanche pela organização do evento)?
- têm experiência no cuidado de crianças com deficiência (caso isto tenha sido levantado no questionário da demanda)?

Alternativamente à contratação de serviços de terceiros, é possível planejar a realização do evento em hotel que ofereça recreação entre seus serviços. É preciso averiguar se a recreação é adequada ao número de crianças previsto, assim como se o serviço será oferecido somente aos participantes que estiverem hospedados no hotel ou se poderá ser oferecido a todos participantes.

É necessário definir se a organização do evento arcará com as despesas do serviço ou se o mesmo será oferecido, mas com um custo extra na inscrição para quem desejar utilizar. Via de regra, agências de fomento não possuem uma rubrica em seus editais que permitam a utilização de verba para serviços de recreação. Sugerimos a busca por apoio financeiro privado. Empresas fornecedoras de produtos e serviços na área do evento podem se interessar em custear o serviço. Como contrapartida, ofereça a divulgação do logo da empresa em todo o material do evento, bem como nas redes sociais. Algumas empresas poderão solicitar espaço para demonstração de seus produtos ou até mesmo participação em alguma palestra/workshop. Estude se esta é uma contrapartida viável. Editoras de livros/periódicos da área também são potenciais patrocinadores.

2.2 Parcerias com universidades/faculdades locais

Não havendo a possibilidade de arcar com custos relacionados à recreação, é possível conseguir uma parceria com instituições de ensino superior que tenham cursos relacionados a estas atividades, como Pedagogia e Educação Física. Procure se na cidade do evento há alguma

universidade/faculdade e entre em contato com professores dos cursos, propondo uma atividade de extensão conjunta. Assim, o evento poderá contar com (futuros) profissionais que tenham experiência em cuidados/recreação de crianças e, em contrapartida, os docentes e alunos receberão créditos pela atividade de extensão. Este contato precisa ser feito com bastante antecedência, para que a atividade possa ser planejada e devidamente registrada. O Parent in Science está à disposição para apresentar exemplos de atividades que já foram realizadas. Basta enviar um e-mail solicitando mais informações!

Esperamos ter auxiliado vocês no planejamento deste serviço tão essencial em eventos científicos!

Ficou com alguma dúvida? Entre em contato através do e-mail parentinscience@gmail.com

Você tem o direito de **compartilhar** (copiar e redistribuir) este guia, desde que os seguintes termos sejam respeitados:

Atribuição — Você deve atribuir o devido crédito ao Parent in Science, fornecendo o link original da publicação em redes sociais ou o endereço para download do documento em nosso site.

Não Comercial — Você não pode usar este material para fins comerciais.

Sem Derivações — Se você modificar ou transformar este guia, o mesmo não poderá ser distribuído sem prévia autorização do Parent in Science.

Este documento foi redigido originalmente em 02/11/2019.